

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS – ESAN

VIVIANE SUEMI YAMAMOTO

SUSTENTABILIDADE NO ENSINO: UM DIAGNÓSTICO DOS CURSOS DE
GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO
GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE – MS

2018

VIVIANE SUEMI YAMAMOTO

SUSTENTABILIDADE NO ENSINO: UM DIAGNÓSTICO DOS CURSOS DE
GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO
GROSSO DO SUL

Trabalho de Conclusão Final apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – Profiap – realizado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Rosamaria Cox Moura Leite Padgett

Coorientadora: Prof.^a Dra. Denise Barros de Azevedo

CAMPO GRANDE – MS
2018

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

YAMAMOTO, Viviane Suemi. **Sustentabilidade no Ensino: um diagnóstico dos Cursos de Graduação em Administração da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – Profiap, Escola de Administração e Negócios, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2018, 112p.

Documento formal, autorizando reprodução deste relatório para empréstimo ou comercialização, exclusivamente para fins acadêmicos, foi passado pelo autor à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Escola de Administração e Negócios e acha-se arquivado na Secretaria do Programa. O autor reserva para si os outros direitos autorais, de publicação. Nenhuma parte deste trabalho pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor. Citações são estimuladas, desde que citada a fonte.

VIVIANE SUEMI YAMAMOTO

SUSTENTABILIDADE NO ENSINO: UM DIAGNÓSTICO DOS CURSOS DE
GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO
GROSSO DO SUL

Trabalho de Conclusão Final apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – Profiap – realizado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Campo Grande, 10 de setembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Rosamaria Cox Moura Leite Padgett, UFMS - Campo Grande/MS
Orientadora

Prof. Dr. Wesley Ricardo de Souza Freitas, UFMS - Campo Grande/MS
Examinador Interno

Prof. Dr. Nelson Santos Machado - Universidade do Oeste de Santa Catarina/SC
Examinador Externo

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus pela oportunidade de realizar o Mestrado, por ter me dado força e graça durante toda esta caminhada. Toda honra e glória à Ele.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Rosamaria Cox Moura Leite Padgett, pela constante ajuda, empenho e longanimidade na condução de todo o trabalho. Sua contribuição foi fundamental na minha formação.

À minha coorientadora, Prof^a. Dr^a. Denise Barros de Azevedo, agradeço por todo auxílio no processo de definição da pesquisa e pela disponibilidade em me atender, mesmo no período de licença.

Agradeço também ao corpo docente dos cursos de graduação em Administração da UFMS que aceitaram com prontidão em participar da pesquisa.

Em especial, agradeço ao meu noivo, pela compreensão e paciência nesses anos de estudos e aos meus pais e família, pelo amor, incentivo e apoio no decorrer desta trajetória.

E, por fim, a todos que de alguma forma contribuíram nesse processo de transformação acadêmica, minha Diretora e colegas de trabalho e do PROFIAP.

RESUMO

A Educação para Sustentabilidade tem sido vista como uma estratégia para o desenvolvimento de uma sociedade mais sustentável, responsável e consciente dos impactos de suas ações com a natureza e com o próximo. As Instituições de Ensino Superior (IES) e, mais especificamente, os cursos de Administração não estão imunes a esse desafio, à medida que a complexidade da problemática socioambiental vivida na atualidade impõe a necessidade de formar um profissional consciente às demandas globais, uma vez que de suas salas de aula emergem gestores, líderes, profissionais que poderão fomentar ou prejudicar o desenvolvimento sustentável (DS). Esse estudo foi elaborado com o objetivo de avaliar o processo de ensino da sustentabilidade nos cursos de graduação em administração da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), com vistas à obtenção de subsídios para a proposição de ações de melhorias para a educação da temática. A pesquisa de natureza qualitativa foi dividida em duas etapas: a pesquisa documental, com a análise dos projetos pedagógicos dos cursos (PPC) e dos planos de ensino; e a entrevista estruturada conforme o instrumento de avaliação AISHE 2.0. Os resultados apontam que a temática já vem sendo abordada pelos oito cursos de graduação em Administração da UFMS, porém de forma tímida, pontual e não explícita nos PPC, refletindo-se na baixa porcentagem de disciplinas que abordam a sustentabilidade no currículo e retratado pelo baixo nível de sustentabilidade dos cursos analisados, apresentando uma mediana do Módulo AISHE de 1,25. Neste sentido, o estudo propôs ações de melhoria na área didático-pedagógica dos cursos, visando contribuir efetivamente na formação de valores sustentáveis nos discentes.

Palavras-chave: Ensino Superior. Desenvolvimento Sustentável. Educação Ambiental. Administração.

ABSTRACT

The Education for Sustainability is has been seen as a strategy for the development of a more sustainable, responsible and conscious society of the impacts of its actions on nature and with the next. Higher Education Institutions (HEIs) and, more specifically, Business Administration courses are not immune to this challenge, as the complexity of the current socio-environmental problematic imposes the need to train a conscientious professional to the global demands, since of their classrooms emerge managers, leaders, professionals who can foster or undermine sustainable development (DS). This study was elaborated with the objective of evaluating the sustainability teaching process in the undergraduate courses in administration of the Federal University of Mato Grosso do Sul (FUMS), aiming to obtain subsidies for proposing improvements actions for the education of thematic. The research of qualitative nature was divided in two stages: the documentary research, with the analysis of the pedagogical projects of the courses (PPC) and the teaching plans; and the structured interview according to the AISHE 2.0 evaluation instrument. The results show that the theme has already been covered by the eight undergraduate courses in Administration of FUMS, but in a timid, punctual and non-explicit way in the PPC, reflecting the low percentage of subjects that approach sustainability in the curriculum and portrayed by the low level of sustainability of the courses analyzed, presenting a median of the AISHE Module of 1.25. In this sense, the study proposed actions of improvement in the didactic-pedagogical area and future intentions of research, aiming to contribute effectively in the formation of sustainable values in the students.

Keywords: Higher education. Sustainable development. Environmental Education. Administration.

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1- Princípios para um Educação Gerencial Responsável | 30 |
| Quadro 2- Declarações e Cartas com foco no Ensino Superior | 37 |
| Quadro 3- Níveis de inserção da temática sustentabilidade | 39 |
| Quadro 4- Ferramentas adaptadas ao contexto das IES | 43 |
| Quadro 5- Ferramentas específicas para as IES | 43 |
| Quadro 6- PPC dos Cursos de Administração vigentes por Campus da UFMS | 51 |
| Quadro 7- Indicadores do Módulo Educacional | 53 |
| Quadro 8- Fases da Pesquisa..... | 57 |
| Quadro 9- Disciplinas que desenvolvem conteúdos relacionados com a Sustentabilidade ... | 64 |
| Quadro 10- Objetivos de Disciplinas que abordam a Sustentabilidade | 69 |
| Quadro 11- Programas de Disciplina que abordam a Sustentabilidade | 70 |
| Quadro 12- Resultado dos cursos de graduação em Administração segundo o AISHE | 76 |
| Quadro 13- Proposta de Ementa..... | 84 |
| Quadro 14- Proposta de ações de melhoria do nível de Sustentabilidade dos cursos..... | 91 |

LISTA DE FIGURA

| | |
|---|----|
| Figura 1- As três dimensões do desenvolvimento sustentável | 24 |
| Figura 2- Resumo das barreiras à inserção da sustentabilidade nos currículos..... | 38 |
| Figura 3- Instrumento de avaliação AISHE 1.0 | 47 |
| Figura 4- Os quatro papéis das IES | 48 |
| Figura 5- Instrumento de Avaliação AISHE 2.0 | 49 |
| Figura 6- Mediana dos Critérios do Módulo Educacional | 77 |
| Figura 7- Mediana dos cursos de Administração | 77 |
| Figura 8- Análise conjunta dos resultados obtidos dos cursos de Administração da UFMS .. | 80 |

LISTA DE ABREVIATURAS

| | |
|--------|--|
| AISHE | Auditing instrument for Sustainability in Higher Education |
| AUA | Alternative University Appraisal Model |
| BS | Boletim de Serviços |
| CEBDS | Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável |
| CEP | Comitê de Ética em Pesquisa |
| CMMAD | Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento |
| CNE | Conselho Nacional de Educação |
| COGRAD | Conselho de Ensino de Graduação |
| CPAN | Campus do Pantanal |
| CPAQ | Campus de Aquidauana |
| CPCS | Campus de Chapadão do Sul |
| CPNA | Campus de Nova Andradina |
| CPNV | Campus de Naviraí |
| CPAR | Campus de Paranaíba |
| CPTL | Campus de Três Lagoas |
| CSAF | Campus Sustainability Assessment Framework |
| CSF | Centro de Futuros Sustentável |
| DCNEA | Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental |
| DEDS | Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável |
| DS | Desenvolvimento Sustentável |
| EA | Educação Ambiental |
| EDS | Educação para o Desenvolvimento Sustentável |
| EFQM | Fundação Europeia para a Gestão da Qualidade |
| EMAS | Eco-Management and Audit Scheme |
| ESAN | Escola de Administração e Negócios |
| GASU | Graphical Assessment of Sustainability in University |
| HESI | Higher Education Sustainability Initiative |
| IES | Instituições de Ensino Superior |
| INEP | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira |
| INK | Organização Holandesa para Gestão de Qualidade |

| | |
|---------|--|
| NUS | União Nacional de Estudantes |
| ODS | Objetivos de Desenvolvimento Sustentável |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PDCA | Planejar, Fazer, Verificar e Agir |
| PDI | Plano de Desenvolvimento Institucional |
| PLS | Plano de Gestão Logística Sustentável |
| PNE | Plano Nacional de Educação |
| PNEA | Política Nacional de Educação Ambiental |
| PNMA | Política Nacional do Meio Ambiente |
| PPC | Projetos Pedagógicos dos Cursos |
| PPI | Plano de Gestão, no Plano Pedagógico Institucional |
| PRME | Principles for Responsible Management Education |
| PRONEA | Programa Nacional de Educação Ambiental |
| RUPEA | Rede Universitárias de Programas de Educação Ambiental |
| SAQ | Sustainability Assessment Questionnaire |
| SISNAMA | Sistema Nacional de Meio Ambiente |
| STARS | Sustainability Tracking, Assessment and Rating System |
| TCLE | Ttermo de Consentimento Livre e Esclarecido |
| UFMS | Universidade Federal do Mato Grosso do Sul |
| USAT | Unit-Based Sustainability Assessment Tool |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 13 |
| 1.1 Contextualização..... | 13 |
| 1.2 Problemática | 16 |
| 1.3 Objetivos..... | 19 |
| 1.4 Justificativa | 19 |
| 1.5 Estrutura do trabalho de pesquisa | 22 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO | 23 |
| 2.1 Educação para Sustentabilidade..... | 23 |
| 2.2 Educação para Sustentabilidade nos cursos de Administração..... | 27 |
| 2.3. Legislação brasileira: Educação para Sustentabilidade e Educação Ambiental | 31 |
| 2.4. Papel das IES na inserção da sustentabilidade no ensino | 35 |
| 2.5. Instrumentos para Avaliação da Sustentabilidade nas IES..... | 41 |
| 2.5.1 AISHE- Auditing Instrument for Sustainability in Higher Education..... | 46 |
| 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 50 |
| 3.1. Abordagem e tipo de pesquisa | 50 |
| 3.2. Método de Coleta de Dados e Instrumento de Pesquisa..... | 51 |
| 3.2.1 Coleta de dados da Pesquisa Documental..... | 51 |
| 3.2.2 Coleta de dados das Entrevistas..... | 52 |
| 3.3 Técnica de Análise dos Dados | 55 |
| 4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS | 58 |
| 4.1 Projetos Pedagógicos dos Cursos | 58 |
| 4.1.1 Campus A | 58 |
| 4.1.2 Campus B..... | 59 |
| 4.1.3 Campus C..... | 59 |
| 4.1.4 Campus D | 60 |
| 4.1.5 Campus E..... | 61 |
| 4.1.6 Campus F..... | 62 |
| 4.1.7 Campus G | 63 |
| 4.1.8 Campus H | 64 |
| 4.1.9 Análise de todos os Campus | 64 |
| 4.2 Análise dos Planos de Ensino | 68 |
| 4.3 Análise das Entrevistas | 72 |
| 4.3.1 Compreensão da temática pela visão dos entrevistados | 72 |
| 4.3.2 Avaliação da sustentabilidade – Metodologia AISHE | 75 |

| | |
|--|------------|
| 4.4 Discussão dos Resultados | 80 |
| 5 PLANO DE AÇÃO DE MELHORIA DA EDUCAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE | 83 |
| 5.1 Sugestão de Ementa dos cursos de Administração | 83 |
| 5.2 Sugestão de Ações para melhorar o nível de sustentabilidade dos cursos de Administração | 88 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 92 |
| 7 REFERÊNCIAS | 94 |
| APÊNDICES | 103 |

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo introduz-se o tema, abordando o contexto em que a questão da pesquisa está inserida e apresentam-se a problemática, os objetivos, os fatores que justificam o estudo, bem como a sua estrutura e organização.

1.1 Contextualização

A sociedade, como um todo, vem enfrentando um estado de crise mundial cujas facetas afetam a saúde e o modo de vida, a qualidade do meio ambiente e das relações sociais, da economia, tecnologia e política. Assim, em um mundo globalmente interligado, registra-se taxas elevadas de desemprego, pobreza e discriminação, de poluição e desastres ambientais, mudanças climáticas, conflitos geopolíticos e outros problemas vistos em vários países (CAMARGO, 2002; CAPRA, 1982).

Crescentemente percebida desde a década de 1960, a crise no âmbito ambiental, social e econômica vêm se agravando com o passar das décadas. Tal percepção fomentou o debate em torno de novas formas de abordagem em relação ao planeta, culminando em diversas correntes de teorias, estudos e pesquisas com o objetivo de criar um modelo que permitisse aliar formas de desenvolvimento e melhorar a interação humana com o meio ambiente e com o próximo (MUNIZ; SANT’ANA JÚNIOR, 2009; OLIVEIRA et al., 2012).

Neste contexto, em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) apresentou uma proposta como alternativa para a crise global denominada desenvolvimento sustentável (DS), com intuito de integrar o desenvolvimento econômico às questões ambientais. A definição clássica de DS foi formulada no relatório intitulado “Nosso Futuro Comum”, mais conhecido como “Relatório de Brundtland”, definido como “o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades” (ONU-BR, 2017).

O relatório salienta que a humanidade depende da segurança e da existência básica do meio ambiente e que os problemas ambientais não são locais, mas globais, de modo que as ações e os impactos devem ser considerados internacionalmente. Os problemas ambientais ameaçam a saúde, os meios de subsistência e a vidas das pessoas e podem causar conflitos e ameaçar as gerações futuras (HOPWOOD; MELLOR; O’BRIEN, 2005).

Embora a definição clássica de DS ser amplamente utilizada na literatura científica, no setor privado e nas políticas públicas, o conceito foi alvo de críticas por apresentar uma ideia vaga, ambígua e inconsistente. No domínio teórico do DS, as lacunas conceituais abrem margens às polissemias do adjetivo sustentável, que ocasiona maior dificuldade para o entendimento dos termos (TEODORO, 2011).

De acordo com Labuschagne e Brent (2005) existem mais de cem definições de sustentabilidade e DS, pois ainda não há um consenso em termos de conceptualização, variando conforme as perspectivas, contexto e campo de atuações. Ainda que não seja intenção desta pesquisa realizar um relato exaustivo dos conceitos existente na literatura. Uma breve visão geral de algumas considerações será explorada para melhor compreensão.

O conceito de sustentabilidade, conforme Araújo e Mendonça (2009), refere-se à capacidade de se manter, de se sustentar e de sobreviver. Segundo Feil e Schreiber (2017), a sustentabilidade é um termo que expressa a preocupação com a qualidade do sistema ambiental humano, gerando a necessidade de uma avaliação que permita mensurar o nível ou qualidade de um sistema, podendo ser realizada por meio de indicadores e índices, de modo que seus resultados possibilitem o estabelecimento de objetivos ou metas a serem alcançados por meio de estratégias de longo prazo (TODOROV; MARINOVA, 2011).

Para Barbosa, Drach e Corbella (2014), o termo sustentabilidade é entendido como um objetivo a ser alcançado e também como um processo para atingir o objetivo. Essa forma de meta e processo difere de acordo com o contexto socioeconômico e ambiental de cada cidade. Como processo, a sustentabilidade interfere nas estruturas da sociedade, assim, as diferentes posições políticas sobre questões ambientais mais amplas, bem como atitudes individuais, podem influenciar o processo em direção à sustentabilidade. Já o DS é um processo de aprendizagem social de longo prazo, com base em estratégias e uma consequência da preservação ambiental, social, de justiça e equidade econômica.

Lozano (2012) entende que o DS envolve o crescimento econômico baseado na justiça social e na utilização eficiente dos recursos naturais. Em outras palavras, para Giddings, Hopwood e O'Brien (2002), o conceito de DS compreende três dimensões- social, ambiental e financeira, conhecido como Triple Bottom Line, um modelo desenvolvido por Elkington (1994) que visa o progresso sem a depredação desenfreada do meio ambiente.

Entretanto, no entendimento de Feil e Schreiber (2017), “sustentabilidade” e “desenvolvimento sustentável” não podem ser consideradas práticas isoladas, visto que as analogias entre os termos avançam na direção da compreensão das inter-relações de um único sistema composto pelas atividades humanas e ambientais, ou seja, os seres humanos não são

independentes e isolados, fazem parte de uma teia complexa de fenômenos naturais inserida num único sistema global. Assim, a sustentabilidade abrange os sistemas e o DS no que se refere às necessidades humanas e ao seu bem-estar. Da mesma forma que o DS é o acesso para atingir a sustentabilidade, sendo esta considerada o objetivo final de longo prazo para legar as gerações futuras (HOVE, 2004).

Neste contexto, verifica-se que até os dias de hoje, os conceitos e abordagens de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável continuam evoluindo. No entanto, os esforços e a corrida para atingir o equilíbrio ambiental, social e econômico planetário vêm exigindo mudanças práticas de um novo modo de agir e de um conjunto de ações, tanto de governos como da sociedade (MIKHAILOVA, 2004).

O governo brasileiro, por meio do documento de contribuição à Conferência Rio + 20, reforça a necessidade de uma ação conjunta dos mais diversos atores para resolver as crises de forma coerente e coordenada, tanto dos governos nacionais, os governos locais, empresários, organizações não-governamentais e indivíduos da sociedade civil. Todos esses atores deverão estar cada vez mais conscientes da importância da visão de longo prazo, para assim garantir o amanhã para as próximas gerações (BRASIL, 2011).

Numa visão mais ampla, o desafio impulsiona e requer uma urgência por cooperação e por mudanças de conhecimento e atitudes por todas as partes interessadas e por todos os setores da sociedade em direção a sustentabilidade (LANGE, 2012).

Resultante dessa demanda por mudanças, a educação é vista como uma aliada possibilitando a formação de valores, capacidades e conhecimento dos indivíduos. Conforme afirma o documento da Unesco (1999), é amplamente acordado que a educação é a melhor esperança que a sociedade possui para enfrentar os desafios do futuro:

“A educação serve à sociedade de diversas maneiras e sua meta é formar pessoas mais sábias, possuidoras de mais conhecimentos, bem informadas, éticas, responsáveis, críticas e capazes de continuar aprendendo. [...] A educação é, também, o meio de divulgar conhecimento e desenvolver talentos para introduzir as mudanças desejadas das condutas, valores e estilos de vida e para suscitar o apoio público às mudanças contínuas e fundamentais que serão imprescindíveis para que a humanidade possa modificar sua trajetória, abandonando a via mais comum que leva a dificuldades cada vez maiores e a uma possível catástrofe, para iniciar seu caminho em direção a um futuro sustentável” (UNESCO, 1999, p.35).

A “educação para a sustentabilidade”, “educação para um futuro sustentável” ou “educação para o desenvolvimento sustentável” (EDS), expressões usadas como sinônimos nos documentos oficiais, tornou-se a forma de educação preferida da Organização das Nações Unidas (ONU) para envolver e equipar as pessoas no desenvolvimento sustentável. A EDS tem

como premissa moldar o mundo de amanhã, instrumentalizando indivíduos e sociedades com as habilidades, perspectivas, conhecimento e valores para se viver e trabalhar de maneira sustentável (JICKLING; WALS, 2012; UNESCO, 2005).

No Brasil, a Educação Ambiental (EA) e a sustentabilidade caminham juntos em busca da conscientização das pessoas para o melhor cuidado do planeta. Portanto, as leis utilizam do entendimento que a EA é usada como método de ensino para se promover e buscar o desenvolvimento sustentável em todos os níveis de ensino (RANGEL, 2016).

No que se refere ao ensino superior, a sustentabilidade é um campo emergente, muitas iniciativas surgiram no ímpeto de contribuir para o despertar das universidades quanto ao seu importante papel como catalisador de conhecimento e de consciência socioambiental na formação de futuros profissionais (TAUCHEN; BRANDLI, 2006).

Uma das formas de as IES auxiliarem no processo de sustentabilidade é por meio do ensino, em outras palavras, por meio do desenvolvimento do currículo e do projeto pedagógico. Para Sterling (2004), a sustentabilidade não exige simplesmente um "complemento" às estruturas e currículos existentes, mas exige das instituições compromissos mais profundos para se transformarem em comunidades-aprendizes que trabalham em prol da sustentabilidade.

No ensino em Administração essa abordagem se torna ainda mais pertinente, formando gestores que atuarão no mercado e na prospecção de seus cenários, de modo que a partir da educação ambiental ensinada dentro do curso possam estimular a reflexão crítica de suas ações e capacitá-los na tomada de decisões sustentáveis da organização (LACERDA et al., 2014).

Inicialmente os cursos de Administração focavam principalmente nas questões econômicas, no qual o administrador deveria buscar o lucro para sua organização. Mas com o aumento do estudo do DS, as questões sociais e ambientais passaram a ser foco de atenção das organizações e consequentemente dos gestores. Assim, o ensino da sustentabilidade nos cursos de Administração possibilita aos futuros profissionais ampliarem sua responsabilidade e visão sobre a organização e seu ambiente (FRANKENBERGER; AMARANTE; VIEIRA, 2017).

1.2 Problemática

A inserção das questões sustentáveis no processo educativo configura-se um desafio para as IES, diante do papel social que as universidades possuem como formadores da sociedade e diante da complexidade e das implicações desta temática frente às questões

econômicas, políticas, sociais, culturais, tecnológicas e ambientais que a envolve (GODOY; BRUNSTEIN; FISCHER, 2013).

Somados a isso, o governo federal estabeleceu como exigência legal que a EA deve estar presente em todos os níveis e modalidades de ensino em todo território nacional, sendo o programa destinado a assegurar, no âmbito educativo, a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade - ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política - ao desenvolvimento do País, resultando em melhor qualidade de vida para toda a população brasileira (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2017).

Mais recentemente, em 2012, a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental (DCNEA) que caracteriza a abordagem da EA com uma dimensão inter, multi e transdisciplinar, de forma contínua e permanente em todas as áreas de conhecimento e componentes curriculares, enfatizando a natureza como fonte de vida e relacionando o meio ambiente com outras dimensões como a pluralidade étnico-racial, enfrentamento do racismo ambiental, justiça social e ambiental, saúde, gênero, trabalho, consumo, direitos humanos, dentre outras (BRASIL, 2012).

O Capítulo III da DCNEA propõe a organização curricular, onde se destaca que todos os compromissos da instituição de ensino, inclusive os ambientais, devem estar presentes nos projetos institucionais e pedagógicos da Educação Básica e Superior. Assim, quaisquer intenções da universidade para sustentabilidade, devem ser consideradas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que se reflete necessariamente no Plano de Gestão, no Plano Pedagógico Institucional (PPI) e, por sua vez, em todos Projetos Pedagógicos de Curso (BRASIL, 2012).

Assim, é indispensável que os projetos pedagógicos estimulem os acadêmicos a se transformarem em cidadãos ativos e conscientes de sua realidade socioambiental mediante a obtenção de vários tipos de conhecimento sobre ela (ZITZKE, 2002). Navalon e Levinbook (2013) reforçam a necessidade da reorganização dos PPC, de maneira a evidenciar práticas que permitam aos egressos exercitarem a responsabilidade social, ambiental e econômica, para aplicação em sua vida profissional.

Nesse processo, encontram-se obstáculos sobre como construir uma multidimensionalidade no âmbito das universidades que integre “justiça social, sustentabilidade ambiental, viabilidade econômica, democracia participativa, ética comportamental, solidariedade” (LIMA, 1997, p. 218). Esses obstáculos são, entre outros, relacionados à falta de conscientização, de habilidades teóricas e metodológicas que o trabalho com temas

socioambientais requer, ao sistema burocrático e hierárquico das IES, à falta de financiamento e à falta de uma visão clara sobre a situação atual da integração da sustentabilidade no ensino superior em todo o mundo (BRANDLI et al., 2012; LOZANO et al., 2013).

Os problemas citados assemelham-se com os encontrados no estudo realizado pela Rede Universitárias de Programas de Educação Ambiental (RUPEA) em 2005, que diagnosticou três dimensões principais relacionadas às dificuldades no processo de implementação da EA no ensino superior em IES brasileiras. A primeira dimensão se refere ao processo de reconhecimento e institucionalização da EA: a falta de um arcabouço teórico e metodológico consolidado, a falta de recursos financeiros e de infraestrutura acadêmica para o desenvolvimento de projetos, que estaria associada à ausência de políticas de fomento (BRASIL, 2007).

A segunda dimensão compreende a dinâmica institucional: a departamentalização da universidade, juntamente com a burocratização, fragmentação e superespecialização do conhecimento, hierarquização, especialização, e a dificuldade para a formação de equipes interdisciplinares, devido não só ao desinteresse e ao despreparo da maioria dos docentes, mas também à inexistência de oportunidades objetivas para o diálogo e disponibilidade de carga horária para os docentes se envolverem em atividades cooperativas (BRASIL, 2007).

A terceira dimensão envolve a qualidade das práticas educativas e a falta de formação de pessoal especializado em EA: a falta de reflexão e “práxis”; da dicotomia entre competências técnicas e pedagógicas; das dificuldades didáticas em tratar-se de conteúdos ambientais, e da falta de reconhecimento da importância do tema (BRASIL, 2007).

Para Jacobi, Raufflet e Arruda (2011), a questão socioambiental é complexa para a maioria das IES pois implica uma mudança não apenas daquilo que se aprende, mas também no contexto e na forma como se aprende. Tais mudanças demandam uma coerência de fundamentos, paradigmas educacionais e práticas.

Nesta conjuntura, os cursos de Administração não estão imunes a esse desafio, uma vez que do curso formam-se gestores e líderes que poderão enfrentar questões sustentáveis em sua profissão. Portanto, se faz necessário desenvolver uma pedagogia que permita levar a reflexão crítica e inovadora, ou seja, desenvolver outras formas de pensar os negócios, de negociar, de produzir, de ser lucrativa diante da responsabilidade e dos problemas socioambientais (GODOY; BRUNSTEIN; FISCHER, 2013).

Muitos programas de graduação, pós-graduação e especialização em negócios têm inserido módulos, cursos e componentes de sustentabilidade em seus currículos durante a última década (JACOBI; RAUFFLET; ARRUDA, 2011). Apesar desses avanços, a pesquisa realizada

por Wu et al. (2010) com escolas de negócio em todo o mundo, descreve uma diferença significativa na oferta das disciplinas de sustentabilidade, quando se compara graduação com pós-graduação. Percebeu-se que nos países em desenvolvimento 66,9% da oferta está na pós-graduação contra apenas 37,1% na graduação.

De acordo com Gonçalves-Dias; Herrera e Cruz (2013) e Jacobi; Rauflett e Arruda (2011), de um modo geral, muito pouco se tem feito para a institucionalização da temática na graduação, resultando em apenas pequenos avanços incrementais na direção do fortalecimento de uma agenda educacional para a questão da sustentabilidade nos cursos de gestão.

Neste sentido, Brandli et al. (2012) defende a importância das IES avaliarem a inclusão da sustentabilidade no ensino e sua influência na formação de valores nos acadêmicos, com intuito de identificar fraquezas e mudanças necessárias para melhorar a abordagem da temática nos cursos e instituições.

Diante deste contexto, a presente pesquisa busca responder: Como os cursos de graduação em Administração educam para a sustentabilidade?

1.3 Objetivos

O objetivo de pesquisa deste trabalho é avaliar o processo de ensino da sustentabilidade nos cursos de graduação em administração da UFMS, com vistas à obtenção de subsídios para a proposição de ações de melhorias para a educação da temática.

De maneira específica, objetiva-se:

- Descrever como o ensino da sustentabilidade é abordado nos cursos de graduação em administração da UFMS;
- Diagnosticar em qual estágio os cursos de graduação em administração da UFMS se encontram em relação ao ensino da sustentabilidade.

1.4 Justificativa

A Sustentabilidade é uma das metas mais importantes a ser alcançada globalmente por todos os setores da sociedade. Com isso, a educação é vista como uma estratégia para disseminar mudanças em prol da sustentabilidade, tornando-se obrigatória a inserção da temática em todos os níveis de ensino.

Desse modo, pensar na forma como a inserção da sustentabilidade nos cursos de graduação ocorre e como proporcionar aos futuros profissionais uma formação que gere a

consciência socioambiental independente da sua área de atuação se torna uma das responsabilidades e um desafio educacional das IES (MARQUES, 2016).

Na intenção de compreender melhor a educação para sustentabilidade no ensino superior, busca-se com esta pesquisa descrever como esse assunto é tratado nos cursos de graduação em seus Projetos Pedagógicos e Planos de Ensino e medir o envolvimento do curso com a sustentabilidade, através do uso de indicadores.

Este estudo optou por analisar exclusivamente os cursos de Administração, pois dispõe de um alto impacto por formarem um grande contingente de futuros gestores. Segundo o Censo da Educação Superior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o curso de Administração é o segundo curso superior mais procurado do Brasil em 2016, com pouco mais de 710 mil inscritos (INEP, 2017).

Tendo em vista esse panorama, a inserção da sustentabilidade no ensino possibilita aos acadêmicos ampliarem a sua visão de geração de lucros para a responsabilização e sensibilização para as questões socioambientais no âmbito organizacional (PALMA; OLIVEIRA; VIACAVA, 2011).

Para Barbieri (2004), grande parte dos problemas socioambientais decorre da maneira como os empresários e administradores exercem as suas atividades, seja pela utilização de recursos do meio ambiente para produzir bens e/ou serviços ou pelos resíduos gerados diretamente ou indiretamente. Além da capacidade de induzir comportamentos, hábitos de consumo ou modos de vida. Por essas razões, o autor defende que nenhum outro curso de formação profissional tenha tanta necessidade de incluir as questões sustentáveis do que os de administração.

Segundo Stubbs e Cocklin (2008), muitas empresas já inseriram elementos de sustentabilidade em suas práticas e ações de negócios, assim os autores também reforçam a necessidade de incluir a temática nos currículos dos cursos da área de negócios para melhor prepará-los aos novos desafios.

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) é o objeto desta pesquisa tendo em vista a sua relevância geográfica, situada em um estado fronteiriço que possui um dos mais importantes ecossistemas do mundo, a UFMS é reconhecidamente um bem público significativo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da região.

A Universidade conta com 111 cursos de graduação ofertados na capital, Campo Grande, e nos dez campi no interior do Estado. Suas competências institucionais estão, regimental e estatutariamente, assim estipuladas:

- Gerar, difundir, socializar e aplicar conhecimentos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida do ser humano, utilizando as potencialidades da região, mediante processos integrados de ensino, pesquisa e extensão, com princípios de responsabilidade, de respeito à ética, ao meio ambiente e às diversidades, garantindo a todos o acesso ao conhecimento produzido e acumulado;
- Formar e qualificar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, com vistas ao seu ingresso no desenvolvimento das sociedades sul-mato-grossense e brasileira em geral, de forma participativa e continuada;
- Contribuir para o desenvolvimento científico, técnico e tecnológico, artístico e cultural por meio de pesquisas e de atividades que promovam a descoberta, a invenção e a inovação, considerando o pluralismo de ideias;
- Educar para o desenvolvimento sustentável;
- Assegurar permanentemente a qualidade das atividades desenvolvidas (RELATÓRIO DE GESTÃO/2017- UFMS, p.25).

Constata-se que a UFMS tem realizado iniciativas de sustentabilidade, principalmente na gestão do seu campus, por meio da aprovação do Plano de Gestão Logística Sustentável (PLS), objetivando a excelência de gestão e redução contínua de impactos ambientais de suas atividades. No entanto, não há dados que permite avaliar a educação para a sustentabilidade.

De modo geral, a pesquisa sobre a sustentabilidade no ensino tem relevância científica a partir do momento que não se registram estudos suficientes que permitem descrever, avaliar ou comparar a educação para sustentabilidade entre as IES. A partir do estudo será possível conhecer a situação atual do ensino para sustentabilidade nos cursos de graduação em Administração da UFMS e acompanhar a evolução da instituição nos próximos anos ou comparar com outras instituições que tenham utilizado de uma ferramenta de avaliação de sustentabilidade.

Ademais, o trabalho ocorrerá em momento oportuno para uma reavaliação dos ementários dos cursos de graduação da IES, visto que o Conselho de Ensino de Graduação (Cograd) por meio da Resolução nº 104, de 4 de março de 2016, aprovou o Calendário de Alterações nos Projetos Pedagógicos de Curso, o qual determina no art. 4º que os cursos de Bacharelado deverão alterar seus PPC para atendimento aos dispositivos legais no ano civil anterior ao ano de participação no Enade no triênio 2017-2019.

A Cograd também estabeleceu por meio da Resolução nº 106, de 4 de março de 2016, que os Colegiados de Curso dos Cursos de Graduação, deverão elaborar o seu PPC, em conformidade com o documento, observando procedimentos e princípios constantes nos respectivos atos legais que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação definidas pelo Sistema Federal de Ensino.

A Resolução nº 106/2016- Cograd/RTR, cita em seu art. 12 que o PPC deverá ser composto pelos elementos listados no anexo do documento. Assim, no item 8.4 do anexo,

consta que os planos deverão atender aos requisitos legais e normativos das relações étnico-raciais, direitos humanos e educação ambiental.

Assim, com o levantamento dos dados e a possibilidade de alteração nos PPC na UFMS, a pesquisa buscará contribuir para a incorporação da sustentabilidade no ensino nos cursos de Administração por meio de sugestão de propostas de ações de melhorias para a educação da sustentabilidade.

1.5 Estrutura do trabalho de pesquisa

Este estudo está estruturado em seis capítulos, considerando a introdução, o referencial teórico, os procedimentos metodológicos, apresentação dos resultados, o plano de ação de melhoria da educação para sustentabilidade e as considerações finais. Logo na introdução apresenta-se a contextualização sobre o tema, a problemática, seus objetivos e sua justificativa.

Em seguida, o segundo capítulo evidencia os referenciais que norteiam a pesquisa, subdividido em cinco temas: a Educação para Sustentabilidade; Educação para Sustentabilidade nos cursos de Administração; Legislação brasileira: Educação para Sustentabilidade e a Educação Ambiental; Papel das IES na inserção da sustentabilidade no ensino; e, Instrumentos de Avaliação de Sustentabilidade nas IES.

O terceiro capítulo aborda os procedimentos metodológicos utilizados no trabalho, expondo a abordagem e o tipo de pesquisa empregada. Assim como é exposto as ferramentas utilizadas para atingir os objetivos proposto, os métodos de coletas de dados e a técnica para analisar os dados da pesquisa.

No quarto capítulo é apresentada a análise e discussão dos resultados obtidos no estudo após a coleta dos dados. Primeiramente é exposto a análise dos projetos pedagógicos de curso apresentados por campus da UFMS, em seguida é apresentado a análise dos planos de ensino. Posteriormente são evidenciadas as percepções dos entrevistados em relação ao entendimento sobre a temática e também, são apresentados os resultados da análise dos estágios dos cursos de Administração conforme a metodologia AISHE. Por fim, é exposto a discussão dos resultados, analisando conjuntamente os resultados da pesquisa documental e da entrevista.

O quinto capítulo contempla um plano de ação de melhoria da educação para sustentabilidade nos cursos de graduação em Administração da UFMS, e no sexto capítulo dedica-se a expor as considerações finais deste trabalho, contemplando os principais resultados da pesquisa, constatações e recomendações para estudos futuros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação para Sustentabilidade

A Educação para a Sustentabilidade surge como uma medida de ação para reorientar valores e atitudes individuais e coletivas em relação ao ambiente e ao progresso. Esse esforço requer práticas educativas para a mudança de pensamentos, costumes, perspectivas que direcionem os cidadãos a cooperar para uma sociedade sustentável (ALVES, 2009).

Em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento deu prioridade ao papel da educação em alcançar um tipo de desenvolvimento que respeitasse e protegesse o meio ambiente natural. Realizada no Rio de Janeiro, a “Cúpula da Terra” como ficou conhecida, adotou a Agenda 21, um programa baseado num documento de 40 capítulos, que constitui a mais abrangente tentativa de promover, em escala planetária, o novo padrão de desenvolvimento, o “desenvolvimento sustentável” (UNESCO, 2005).

Especificamente no Capítulo 36 da Agenda, a educação é enfatizada como fator essencial para se alcançar o DS, propondo um esforço global para fortalecer e apoiar atitudes e valores que sejam ambientalmente saudáveis envolvendo três áreas:

a. Reorientação do ensino no sentido do desenvolvimento sustentável:

“Para ser eficaz, o ensino sobre o meio ambiente e desenvolvimento deve abordar a dinâmica do desenvolvimento do meio físico/biológico e do sócio econômico e do desenvolvimento humano (que pode incluir o espiritual) deve integrar-se em todas as disciplinas e empregar métodos formais e meios efetivos de comunicação” (MMA, 1995, p. 430).

b. Aumento da consciência pública:

“É necessário sensibilizar o público sobre os problemas de meio ambiente e desenvolvimento, fazê-lo participar de suas soluções, fomentar o senso de responsabilidade pessoal em relação ao meio ambiente e uma maior motivação e dedicação em relação ao desenvolvimento sustentável” (MMA, 1995, p. 434).

c. Promoção do treinamento:

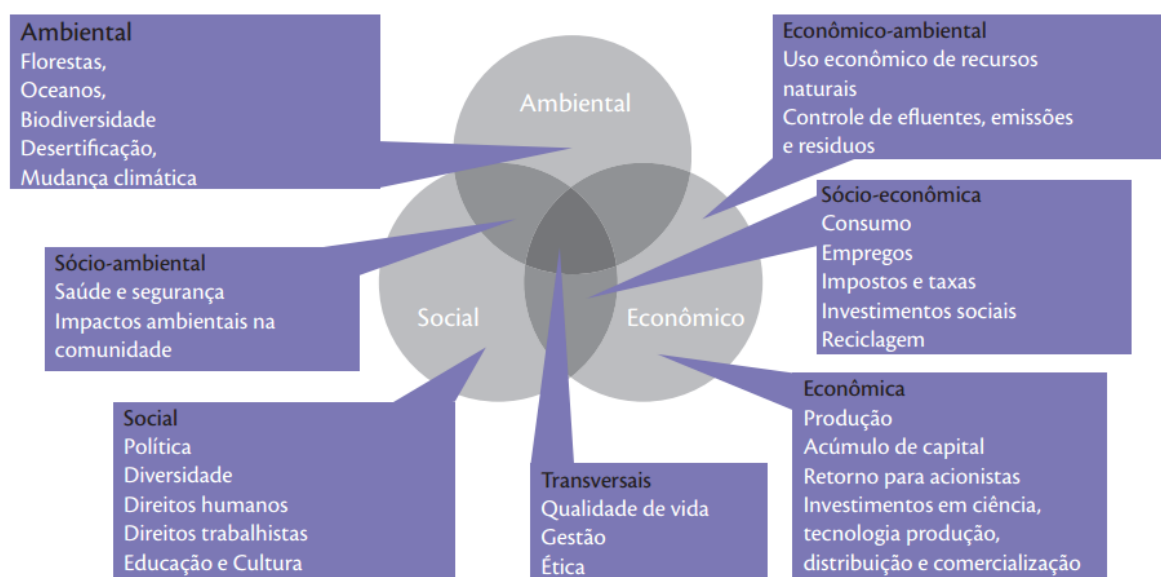
“O treinamento é um dos instrumentos mais importantes para desenvolver recursos humanos e facilitar a transição para um mundo mais sustentável. [...]os programas de treinamento devem promover uma consciência maior das questões de meio ambiente e desenvolvimento como um processo de aprendizagem de duas mãos” (MMA, 1995, p. 436 e 437).

Posteriormente, em 1997, na Conferência sobre o Meio Ambiente e Sociedade, Educação e Conscientização Pública para Sustentabilidade, em Tessalônica, foi debatido a importância de inserir o conceito de sustentabilidade na reorientação da educação, na mudança do padrão de consumo e no estilo de vida (GADOTTI, 2008). Destacando que a reorientação da educação como um todo em direção a sustentabilidade envolve todos os níveis de educação formal, não-formal e informal, e que o conceito de sustentabilidade não se restringe ao ambiente físico, mas também acolhe as questões da pobreza, população, segurança alimentar, democracia, direitos humanos e paz.

Em 2002, foi realizada na cidade de Johannesburgo, na África do Sul, a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, cujo os debates internacionais ampliaram-se para abranger a justiça social e a luta contra a pobreza como princípios primordiais do desenvolvimento que deveria resultar em sustentável, ou seja, os aspectos humanos e sociais do DS significavam que solidariedade, igualdade e cooperação eram tão fundamentais para a proteção do meio ambiente quanto às abordagens científicas (UNESCO, 2005).

Logo, o tema desenvolvimento sustentável passa a considerar as três esferas da sustentabilidade: ambiente (recursos e fragilidade do ambiente físico), sociedade (cultura, participação pública e mídia) e economia (o crescimento econômico e seu impacto na sociedade e no meio ambiente) e suas inter-relações, conforme a Figura 1 (ALMEIDA, 2012).

Figura 1- As três dimensões do desenvolvimento sustentável



Fonte: ALMEIDA (2012, p. 121)

Seguindo as recomendações apresentadas no mesmo ano, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou a implementação da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS) para o período de 2005 a 2014. A essência da DEDS era ser um instrumento de mobilização, difusão e informação. Buscou-se formar uma rede de parcerias e responsabilidades pela qual os governos, organizações internacionais, sociedade civil, setor privado e comunidades locais ao redor do mundo poderiam demonstrar seu compromisso prático de aprender a viver sustentavelmente (UNESCO, 2005).

“Educação para a Sustentabilidade”, “Educação para um Futuro Sustentável”, “Educação para o Desenvolvimento Sustentável” passaram a ser expressões usadas como sinônimas nos documentos da ONU e da Unesco a partir de então. A EDS evoluiu em diversas reuniões e conferências internacionais, mantendo com a EA relações de complementaridade, independente da discussão formal acerca da sua relação acadêmica (BARBIERI; SILVA, 2011). Como relatado no documento da Unesco (1997), as raízes da EDS estão firmemente implantadas na EA, infere-se, desse modo, que a EDS é uma evolução da EA.

A EDS busca um papel transformador para a educação, em que as pessoas estão envolvidas em uma nova maneira de ver, pensar, aprender e trabalhar. Capacitando a explorar as relações entre suas vidas, o meio ambiente, sistemas sociais e instituições, mas também para se tornar participantes ativos e decisores no processo de mudança (TILBURY; WORTMAN, 2004). Segundo o Plano de Implementação da Educação para a Sustentabilidade, a EDS deve possuir as seguintes características:

- Ser interdisciplinar e holística: aprendizado voltado para o desenvolvimento sustentável como parte integrante do currículo como um todo, não como uma matéria separada;
- Ter valores direcionados: é imprescindível que as normas assumidas – os valores e princípios compartilhados a– que sirvam de base para o desenvolvimento sustentável – sejam explícitas de modo que possam ser analisadas, debatidas, testadas e aplicadas;
- Favorecer o pensamento crítico e as soluções de problemas: que gere confiança para enfrentar os dilemas e desafios em relação ao desenvolvimento sustentável;
- Recorrer a múltiplos métodos: palavra, arte, teatro, debate, experiência, pedagogias diferentes que deem forma aos processos. É preciso passar do ensino destinado unicamente a transmitir conhecimento para um enfoque em que professores e alunos trabalhem juntos para adquirir conhecimentos e transformar o espírito das instituições educacionais do entorno;
- Participar do processo de tomada de decisões: alunos participam das decisões relativas ao modo como devem aprender;
- Ser aplicável: as experiências de aprendizagem oferecidas estão integradas no cotidiano tanto pessoal quanto profissional; · ser localmente relevante: tratar as questões locais assim como as globais, usando a linguagem que os alunos usam mais comumente. Conceitos relacionados com o desenvolvimento sustentável devem ser cuidadosamente traduzidos em outras línguas – linguagem e culturas dizem coisas de forma diferente, e cada linguagem inventa meios de expressar novos conceitos (UNESCO, 2005).

Para Vilaró e Geli de Ciurana (2004), educar para a sustentabilidade deveria revitalizar todo o mundo educativo e direcionar a modelos mais flexíveis, críticos e criativos. Segundo os autores, o ensino para a sustentabilidade envolve a coordenação de cinco ensinamentos transversais: educação ambiental, educação para a paz, educação para os direitos humanos, a educação para o desenvolvimento e a educação para o consumo.

Em 2012, o Relatório da Unesco sobre os processos e aprendizagem no contexto de educação para sustentabilidade (p.18), amplia as temáticas educativas relacionadas com a EDS para: educação ambiental, educação para a paz, educação para os direitos humanos, a educação do consumidor, educação para o desenvolvimento, educação para a saúde, a educação sobre HIV, educação sobre biodiversidade, educação sobre questões de gênero, a educação inclusiva, educação multicultural, educação holística, educação global, educação para a cidadania, a educação na redução do risco de desastres, educação alterações climáticas e educação para a segurança alimentar (WALS, 2012).

De acordo com Wals (2012), a EDS não procura mais o seu nicho, mas posiciona-se em desempenhar um papel de sinergia entre uma ampla variedade de subcampos de educação, o qual implica uma nova ideia de currículo, baseada em assuntos significativos e proficiência interdisciplinar que contribua para construir um sentimento de pertencer ao Planeta.

No final da DEEDS, em 2014, em Nagoya, Japão, realizou-se a Conferência Mundial sobre Educação para o Desenvolvimento Sustentável, que reforçou a continuidade e o compromisso de esforços para a EDS por parte de todos os países, enfatizando o potencial da educação para capacitar os alunos a se transformarem e à sociedade em que vivem através do desenvolvimento de pensamento crítico, sistêmico e analítico de resolução de problemas, criatividade, trabalhar em colaboração e tomada de decisões em face da incerteza, e compreensão da interconectividade dos desafios globais e responsabilidades que emana de tal consciência (UNESCO, 2014).

Em 2015, chefes de Estado e de Governo e Altos Representantes, reunidos na sede das Nações Unidas, em Nova York, deliberaram os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) globais, por meio da publicação do documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (PNUD, 2016).

A nova Agenda universal busca alcançar a sustentabilidade nas suas três dimensões – econômica, social e ambiental – de forma equilibrada e integrada, culminando em um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade, contendo 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas sobre meios de implementação e de parcerias globais (PNUD, 2016).

Dentre as numerosas metas e indicadores, a educação é explicitamente contemplada na Agenda como um objetivo independente- ODS nº 4: “Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”. Considerando que a educação não é apenas uma parte integrante do desenvolvimento sustentável, mas também um fator fundamental para a sua consecução, a EDS é reconhecida nos ODS como parte da meta 4.7 sobre educação:

Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável (PNUD, 2016).

A Unesco declara que a EDS permite que todos os indivíduos contribuam para o alcance do desenvolvimento sustentável ao equipá-los com o conhecimento e as competências de que necessitam, não apenas para entender os ODS, mas para participar como cidadãos informados para promover a transformação necessária (UNESCO, 2017a).

2.2 Educação para Sustentabilidade nos cursos de Administração

Na última década, as organizações têm sido cada vez mais pressionadas a melhorarem sua gestão e a se responsabilizarem pelos impactos ambientais, econômicos e sociais causados por suas atividades. Essa pressão pode ser atribuída a órgãos reguladores, a cobertura da mídia sobre questões ambientais e o aumento de um nicho de consumidores mais conscientes e bem informados, que passam a considerar a sustentabilidade e os projetos sociais como fatores de decisão de compra (PHAN; BAIRD, 2015).

Assim, se faz necessário formar gestores que sejam estimulados no desenvolvimento de novos conhecimentos e habilidades para melhor atender às demandas do ambiente empresarial do século XXI. Embora a sustentabilidade já esteja presente em um grande número de escolas de negócios, as mudanças que a temática impõe aos currículos e educadores revelou-se uma tarefa desafiadora nos cursos de administração (DEMAJOROVIC; MARTÃO, 2014; SPRINGETT, 2005).

Um dos motivos se deve ao fato de que os cursos e escolas de administração eram caracterizados por serem conservadoras, focados principalmente nas questões econômicas, na

busca pela rentabilidade e maximização do capital. Dessa forma, havia o receio que a introdução das questões socioambientais representasse um aumento nos custos e uma ameaça aos negócios ao invés de oportunidades, ocasionando maior lentidão na inserção da sustentabilidade nos cursos de Administração (AKTOUF, 2005; BARBIERI, 2004; PERINI, 2014).

Em contrapartida, Marina Grossi, presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), afirma ser imprescindível que as empresas consigam enxergar a oportunidade gerada por ações em sustentabilidade, sobretudo nos momentos de crise. Ao fazerem isso, as empresas agregam valor a suas iniciativas, atraem novos investimentos e atraem a atenção dos gestores para ações mais emblemáticas (SPINACÉ, 2017).

O segundo motivo refere-se à fragmentação do processo de ensino, ou seja, à falta de integração dos conteúdos e disciplinas. Springett e Kearins (2001) salientam que há um certo grau de resistência nos cursos de Administração às abordagens pedagógicas não tradicionais e aos métodos de avaliação exigidos pela sustentabilidade. No entanto, Leal Filho (2011) frisa que para transformar o conhecimento em ação sustentável é necessária uma reorientação curricular e inovação pedagógica.

Assim, em razão da sustentabilidade ser um tema abrangente e que envolve várias áreas temáticas, a interdisciplinaridade se apresenta como uma alternativa para abordar o assunto, pois abrangeria duas ou mais disciplinas que intencionalmente estabelecem vínculos entre si para alcançar um conhecimento amplo e unificado (PERINI, 2014).

Nesta perspectiva, a interdisciplinaridade possibilita melhorar a capacidade de pensamento sistêmico, facilitando o raciocínio e a análise de problemas complexos e ambíguos e aperfeiçoando as habilidades para a tomada de decisão, sendo benéfica à aprendizagem na administração (CEZARINO; CORRÊA, 2015).

Uma outra perspectiva para a abordagem da temática de sustentabilidade nos cursos de Administração é o seu tratamento transversal dentro das instituições de ensino. Segundo o Ministério da Educação e do Desporto, a transversalidade diz respeito à

“(…) possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender na realidade e da realidade de conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade)” (BRASIL, 1997, p. 31).

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, instituída por meio da Resolução nº 4, de 13 de julho de 2005, é estabelecido em seu artigo 5º que “os cursos de graduação em Administração deverão contemplar, em seus

projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem inter-relações com a realidade nacional e internacional” (BRASIL, 2005a).

Assim, há de se considerar os métodos e maneira como os conteúdos são ensinados na sala de aula, pois a sustentabilidade requer novas estratégias didático-pedagógicas que tragam a realidade em seus conteúdos como o trabalho com simulações, estudos de caso, técnicas de resolução de problemas, comunidades práticas, entre outras (GODOY; BRUNSTEIN; FISCHER, 2013).

Entretanto o engajamento para inserir as questões de sustentabilidade nos cursos de Administração demanda um esforço e empenho do corpo docente. Segundo Godoy, Brunstein e Fischer (2013), o grau de comprometimento ou ceticismo dos professores varia conforme o conhecimento, interesse e entendimento sobre o tema.

Uma postura tradicional do docente já não condiz com a natureza desse conteúdo, ao dar maior atenção a disciplinas de natureza funcionalista como marketing, gestão de pessoas e finanças à proporção de disciplinas de natureza crítica e reflexiva como filosofia, ética, sustentabilidade e desenvolvimento de ideias (SILVA JUNIOR et al., 2017).







Carvalho (2011) aprofunda o assunto ao afirmar que a maior dificuldade não é em encontrar um professor que introduza conteúdos ou discussões a respeito da sustentabilidade em sua disciplina, ou seja, uma iniciativa individual. O difícil é transformar iniciativas individuais em uma política institucional: dar visibilidade, comprometimento e projeção na educação para sustentabilidade.

Nesse sentido, as Nações Unidas lançaram em 2007 o “Principles for Responsible Management Education” (PRME), uma iniciativa para aumentar o perfil da sustentabilidade e para equipar os estudantes de negócios de hoje com a compreensão e a capacidade de entregar mudanças amanhã (PRME, 2018).

Com a missão de transformar a educação empresarial e de gestão e desenvolver os futuros líderes, a iniciativa voluntária que já conta com mais de 650 signatários em todo o mundo, sendo 28 brasileiras, tornou-se a maior relação organizada entre as Nações Unidas e instituições de ensino superior relacionadas à gestão (PRME, 2018).

O PRME defende que uma inserção consistente e abrangente de valores de sustentabilidade no núcleo da educação de gestão resulta em um processo de mudança muito dinâmico. Isso significa uma mudança gradual e interrelacionada em muitas frentes, em termos de inovação curricular e colaboração interdisciplinar, cultural e o comportamento da própria escola, através de uma série de projetos de transformações extracurriculares (PRME, 2012). Esse quadro de mudanças estaria baseado na adoção de seis princípios (Quadro 1):

Quadro 1- Princípios para um Educação Gerencial Responsável

| | |
|---|--|
|  | Objetivo: desenvolver as capacidades dos alunos para serem futuros geradores de valor sustentável para as empresas e a sociedade em geral e trabalhar para uma economia global inclusiva e sustentável. |
|  | Valores: incorporar nas atividades acadêmicas, currículos e práticas organizacionais os valores da responsabilidade social global como retratado em iniciativas internacionais. |
|  | Método: criar estruturas, materiais, processos e ambientes educacionais que possibilitem experiências de aprendizagem efetivas para liderança responsável. |
|  | Pesquisa: Engajar em pesquisas conceituais e empíricas que avançam na compreensão sobre o papel, a dinâmica e o impacto das corporações na criação de valor social, ambiental e econômico sustentável. |
|  | Parceria: interagir com os gerentes das corporações empresariais para ampliar o conhecimento sobre seus desafios no cumprimento das responsabilidades sociais e ambientais e para explorar abordagens conjuntamente eficazes para enfrentar esses desafios. |
|  | Diálogo: facilitar e apoiar o diálogo e o debate entre educadores, estudantes, empresas, governo, consumidores, mídia, organizações da sociedade civil e outros grupos interessados e partes interessadas sobre questões críticas relacionadas à responsabilidade social global e à sustentabilidade. |

Fonte: (PRME, 2018).

Qualquer instituição que ofereça curso superior em Administração pode aderir à iniciativa, que após tornar-se signatário do PRME, a IES se compromete a inserir os princípios nas operações, currículo e pesquisa; a engajar-se para maximizar os benefícios de sua participação, por meio de ingresso em grupos como: capítulos do PRME Regionais, Encontros Regionais e outros; e a apresentar e publicar regularmente relatórios sobre os progressos alcançados (PRME, 2018).

Desse modo, na plataforma oficial é possível encontrar todos os relatórios dos signatários, permitindo inspirar outras IES e compartilhar suas experiências, verificar o avanço de suas ações e práticas inovadoras. Embora cada caso individual apresenta um caminho de progresso único, várias dimensões estratégicas podem ser encontradas e adaptadas, por isso a riqueza das instituições de ensino serem comprometidas, avaliadas e terem seus relatórios publicados (PRME CHAPTER BRAZIL, 2018).

O PRME é somente uma das iniciativas com intuito de facilitar e disseminar o ensino da gestão responsável, há uma vasta variedade de experiências de implementação da sustentabilidade em escolas de administração. No entanto, o PRME afirma que padrões podem ser determinados em um primeiro momento facilitando a familiarização desses novos valores (PRME, 2018).

Para Czykiel (2013), um dos aspectos que limita a maior adesão dos cursos à responsabilidade socioambiental é a falta de um aparato regulamentário nos cursos de Administração mais impositivo e motivador à inserção da sustentabilidade no ensino. Já para Michael Braungart, professor da Universidade Técnica de Munique, é preciso tornar essa ideia atraente e lucrativa, não sendo suficiente cobrar que administradores e empresários protejam o meio ambiente por motivos éticos e legais (CISCATI, 2016).

Vários autores contribuíram para análise sobre a temática nos cursos de Administração nas IES brasileiras, abordando a visão dos discentes e docentes em relação a sustentabilidade, os desafios e as formas de inserção do conceito no ensino, como nos trabalhos de: Gonçalves-Dias; Herrera e Cruz (2013); Jacobi, Raufflet e Arruda (2011); Marques (2016); Petarnella, Silveira e Machado (2017).

Destaca-se as pesquisas que levantaram pontos relevantes em relação à integração do ensino da sustentabilidade, como por exemplo a contribuição do estudo de Junior et al. (2014), que propôs um conteúdo básico de sustentabilidade para ser introduzido no curso de graduação em Administração, a partir de referências das demandas de especialistas na área empresarial e do nível de conhecimento da temática por parte de alunos do curso de Administração, de uma universidade brasileira, entregando uma proposta de três disciplinas: Conceitos Básicos de Sustentabilidade; Estratégia e Sustentabilidade e *Stakeholders* e Impactos nas Empresas.

No entanto, de um modo geral, os estudos quanto à inserção da sustentabilidade no ensino dos cursos de Administração evidenciam o desafio e reforçam a necessidade de orientar a formação dos futuros profissionais de gestão para o alinhamento com a sustentabilidade.

2.3. Legislação brasileira: Educação para Sustentabilidade e Educação Ambiental

A busca pela sustentabilidade é multifacetada, portanto a educação é somente um dos alicerces para se construir sociedades sustentáveis. Nesse sentido, as parcerias são essenciais nos esforços para o avanço da sustentabilidade e envolve uma ampla gama de partes interessadas, principalmente os governos. O agente governamental assume um importante papel, seja na elaboração, na execução ou na difusão de ações que permitam o efetivo desenvolvimento sustentável (KRUGER et al., 2011).

De acordo com a Unesco (2014), uma liderança política forte é fator instrumental para avançar a Educação para Sustentabilidade e base de processos de mudança nesse campo. Liderança política deve ser vista no campo institucional e fora dele também, como nos

movimentos sociais, ambientalistas, nas comunidades locais, nos instrumentos e mecanismos de democracia participativa, como conselhos participativos, nas conferências abertas, entre outros (DINIZ, 2016).

Nesse sentido, o governo brasileiro, alinhando as diretrizes para sustentabilidade, estabelece como programa de governo, a Educação Ambiental, destinado a assegurar, no âmbito educativo, a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade - ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política - ao desenvolvimento do País, resultando em melhor qualidade de vida para toda a população brasileira, por intermédio do envolvimento e participação social na proteção e conservação ambiental e da manutenção dessas condições ao longo prazo (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2017).

Somente a partir dos anos de 1980 é que as discussões relacionadas a temática adquiriram caráter público, por meio da aprovação da Lei nº 6.983/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e institui também o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA). Conforme o inciso X do artigo 2º da Lei nº 6.983/81, a EA aparece pela primeira vez na legislação, de modo integrado, determinando sua inclusão em todos níveis de ensino, objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente (BATISTA; RAMOS, 2011; BRASIL, 1981).

Essa Lei foi posteriormente recepcionada pela Constituição Federal de 1988 que incorporou o conceito de desenvolvimento sustentável no Capítulo VI dedicado ao meio ambiente. De acordo com a Constituição, em seu art. 225 destaca:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988, art. 225).

E para assegurar a efetividade desse direito, atribui ao Estado o dever de “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (art. 225, §1º, inciso VI).

Mas foi somente em 1999, através da Lei nº 9.795, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), que ficou declarada a implementação da EA (SATO, 2004).

Entendem-se por educação ambiental o processo por meio do qual os indivíduos e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, art. 1º).

A lei propõe em seu artigo 8º que as atividades de EA devem ser desenvolvidas por meio de quatro linhas de atuação: capacitação de recursos humanos; desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações; produção e divulgação de material didático; acompanhamento e avaliação. Já o artigo 10 determina que EA deverá ser desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal (BRASIL, 1999; PEQUENO; GUIMARÃES; ALMEIDA, 2009).

Alguns anos após a criação da PNEA, sua regulamentação veio a ocorrer pela via do Decreto nº 4.281/2002. O Decreto além de detalhar as competências, atribuições e mecanismos definidos para a PNEA pela Lei nº 9.795/99, cria o Órgão Gestor, responsável pela coordenação da EA, constituído pela Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, e pela Coordenação-Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação (SECAD/MEC, 2007).

No mesmo ano, em dezembro de 2002, a Assembleia das Nações Unidas proclamou a implementação da Década da EDS para o período de 2005 a 2014. No Brasil, para iniciar a interação com a Década e para conhecer o novo vocábulo assumido pelas Nações Unidas, a “EDS”, o governo publicou em novembro de 2004, a coletânea “Identidades da Educação Ambiental Brasileira”, reunindo educadores ambientais brasileiros que trabalham com o tema para expor as características pedagógicas, viabilizando a identificação da diversidade de opções político-pedagógicas que a educação ambiental brasileira possui (BRASIL, 2005b).

Ainda em 2004, por intermédio do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, foi realizada a aplicação de uma pesquisa durante o V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental no Brasil, com mais de 1.500 participantes, que demonstrou que apenas 18% conheciam a Década e 77% da amostra brasileira achavam inconveniente mudar a expressão “educação ambiental” para “educação para o desenvolvimento sustentável” ou “educação para sustentabilidade” porque, sustentavam que “a educação ambiental contém já elementos sociais e econômicos” e a educação para o desenvolvimento sustentável é “confusa conceitualmente e operativamente” (GADOTTI, 2008).

Como não houve consenso entre os especialistas em educação ambiental quanto à implementação da Década no Brasil, o termo EA é mais presente nos currículos educacionais, uma vez que ela já contém os elementos sociais e econômicos reivindicados para a intervenção pedagógica. Portanto há o entendimento que o atributo “ambiental” contido no vocábulo Educação Ambiental, tal qual construído no Brasil e América Latina, não se refere somente a dimensão ecológica, mas envolve o conhecimento de uma educação cidadã, responsável, mais

justas entre os seres humanos e os demais seres que habitam o Planeta, para a construção de um presente e um futuro sustentável, sadio e socialmente justo (BRASIL, 2005b).

No âmbito jurídico, a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável caminham juntos em busca da conscientização das pessoas para o melhor cuidado do planeta. Portanto, as leis utilizam do entendimento que a educação ambiental é usada como método de ensino para se promover e buscar o desenvolvimento sustentável (RANGEL, 2016).

Posteriormente, o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) reforça o espaço a ser ocupado pelas universidades no desenvolvimento da EA, propondo a inclusão de disciplinas sobre meio ambiental na formação universitária, tornando esse tema transversal ao ensino, à pesquisa e à extensão (BRASIL, 2014b).

Durante a Conferência Rio+20, aprova-se a Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. A Resolução reforça que a EA visa à construção de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores sociais, ao cuidado com a comunidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental, e a proteção do meio ambiente natural (BRASIL, 2012).

Com base em práticas comprometidas com a construção de sociedades justas e sustentáveis, as Diretrizes Curriculares estabelecem em seu art. 14, que a EA deve contemplar:

- I - abordagem curricular que enfatize a natureza como fonte de vida e relacione a dimensão ambiental à justiça social, aos direitos humanos, à saúde, ao trabalho, ao consumo, à pluralidade étnica, racial, de gênero, de diversidade sexual, e à superação do racismo e de todas as formas de discriminação e injustiça social;
- II - abordagem curricular integrada e transversal, contínua e permanente em todas as áreas de conhecimento, componentes curriculares e atividades escolares e acadêmicas;
- III - aprofundamento do pensamento crítico-reflexivo mediante estudos científicos, socioeconômicos, políticos e históricos a partir da dimensão socioambiental, valorizando a participação, a cooperação, o senso de justiça e a responsabilidade da comunidade educacional em contraposição às relações de dominação e exploração presentes na realidade atual;
- IV - incentivo à pesquisa e à apropriação de instrumentos pedagógicos e metodológicos que aprimorem a prática discente e docente e a cidadania ambiental;
- V - estímulo à constituição de instituições de ensino como espaços educadores sustentáveis, integrando proposta curricular, gestão democrática, edificações, tornando-as referências de sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2012, art. 14).

No art. 16 recomenda-se as formas de inserção dos conhecimentos na organização curricular da Educação Básica e da Educação Superior pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental; ou como conteúdo dos componentes já constantes do currículo; ou pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares (BRASIL, 2012).

Segundo Yus (1998), quando se fala em transversalidade, coloca-se em questão temas que se apresentam dentro de um conjunto de conteúdos educacionais e eixos condutores comuns a todas as disciplinas, sob um ângulo transversal no currículo global da educação. Tratam-se de temas referentes à possibilidade de se estabelecer uma relação entre aprender conhecimentos teóricos e questões da realidade da vida, numa busca incessante de soluções e alternativas para as questões sobre a vida em sociedade.

No entanto, Diniz (2016) observa que o Brasil ainda precisa se fortalecer no âmbito político para o avanço da sustentabilidade no ensino, pois mesmo com apoio da Unesco e do PNUMA, a EA não é contemplada no Plano Nacional de Educação (PNE), um plano que determina as diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos.

A Constituição Federal no art. 214 prevê que o PNE deverá ser instituído por lei, de duração plurianual, visando à articulação e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis de integração do poder público que conduzam à erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, melhoria da qualidade de ensino, formação para o trabalho, promoção humanística, científica e tecnológica do País (BRASIL, 1988).

Além destas diretrizes constitucionais, o PNE vigente (Lei Federal n.º 13.005/2014) traz mais cinco outras diretrizes, entre elas a “promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental” (art.2º, inciso X). A partir disto, a proposta estabelece vinte metas a serem alcançadas pelo país, cada uma delas acompanhada de estratégias para que se atinjam os objetivos delimitados (BRASIL, 2014a).

Porém, no momento de traduzir as diretrizes em ações efetivas, o texto não apresenta metas ou estratégias que contemple a EA. Assim, não há referências à infraestrutura e recursos necessários; currículo ou gestão; aos atores, instâncias e órgãos responsáveis; à formação de pessoal, à avaliação, à relação com outras políticas públicas, aos marcos legais balizadores ou outros aspectos envolvendo a educação ambiental, conseqüentemente o Órgão Gestor da PNEA permanece sem apoio e com orçamento insuficiente (BRASIL, 2014a; DINIZ, 2016).

2.4. Papel das IES na inserção da sustentabilidade no ensino

As IES constituem um dos principais *loci* geradores de conhecimentos e têm a responsabilidade social de constituir-se em espaço educador, bem como contemplar, em suas políticas e serviços, as demandas de formação da sociedade (BRASIL, 2007). Neste contexto,

líderes de universidades se posicionaram na tentativa de responder ao desafio e apoiar o DS por meio de diversas iniciativas (BARBIERI; SILVA, 2011).

Essas iniciativas resultaram em declarações e recomendações específicas de ações no Ensino Superior, sendo acordos voluntários que expressam um compromisso de atuar proativamente na busca pela sustentabilidade. O propósito dessas iniciativas é ir além do que a legislação exige e liderar os processos de implantação de práticas alinhadas com o desenvolvimento sustentável nas Instituições (BARBIERI; SILVA, 2011).

O primeiro passo dado para a promoção do DS nas IES foi através da Declaração de Talloires (1990), no Centro Europeu da Universidade de Tufts, França, onde vinte e dois presidentes de universidades de diversos países demonstraram suas preocupações assinando e se comprometendo com a declaração contendo dez ações-chave para incorporar a sustentabilidade e a aprendizagem ambiental no ensino, pesquisa, extensão e operações nas universidades (ULSF, 2017a):

1. Aumentar a consciência para o desenvolvimento sustentável
2. Criar uma cultura institucional de sustentabilidade
3. Educar para cidadania ambientalmente responsável
4. Incentivar a literatura ambiental
5. Praticar a ecologia institucional
6. Envolver todas as partes interessadas
7. Colaborar para abordagens interdisciplinares
8. Aumentar a capacidade das escolas primárias e secundárias
9. Alargar o serviço e o alcance, nacional e internacionalmente
10. Manter o movimento (DECLARAÇÃO DE TALLOIRES - ULSF, 1990).

A Declaração de Talloires reconhece que a mudança é necessária em todos os programas de estudo, e que uma universidade sustentável deve integrar a sustentabilidade em todo o currículo, focar em pesquisas sobre o tema, criar uma gestão de campus e oferecer oportunidades para o envolvimento dos estudantes (JACOBI; RAUFFLET; ARRUDA, 2011).

Tal, é a sua relevância que o documento já foi assinado por mais de 500 líderes universitários em mais de 50 países dos cinco continentes (ULSF, 2017b). Somente no Brasil, são 52 Instituições de Ensino Superior signatárias da Declaração, sendo a mais conhecida entre as universidades brasileiras (BARBIERI; SILVA, 2011). Assim, a Declaração de Talloires é vista como um modelo internacional e inspirou outras iniciativas com foco no Ensino Superior em diferentes momentos (Quadro 2).

Quadro 2- Declarações e Cartas com foco no Ensino Superior

| ANO | DECLARAÇÃO/ CARTA | TEMAS ABORDADOS |
|------|---|--|
| 1990 | Declaração de Talloires | Currículo, pesquisa, extensão, operacional, transdisciplinaridade e DS através de experiências no campus. |
| 1992 | Declaração de Halifax | Currículo, extensão e operacional. |
| 1993 | Declaração de Kyoto | Currículo, pesquisa, extensão, operacional e colaboração com universidades. |
| 1993 | Declaração de Swansea | Currículo, pesquisa, extensão, operacional, colaboração com universidades e educar os educadores. |
| 1994 | Carta de Copérnico | Extensão, colaboração com universidades, transdisciplinaridade, DS através de experiências no campus e educar os educadores. |
| 2001 | Declaração de Lüneburg | Currículo, pesquisa, extensão, e educar os educadores. |
| 2004 | Declaração de Barcelona | Currículo, pesquisa, extensão, transdisciplinaridade, avaliação e relatórios, e estrutura institucional. |
| 2005 | Declaração de Graz | Currículo, pesquisa, extensão, colaboração com universidades e transdisciplinaridade. |
| 2009 | Declaração de Abuja | Currículo, pesquisa, extensão, operacional, colaboração com universidades e transdisciplinaridade. |
| 2009 | Declaração de Turin | Currículo, pesquisa, extensão e transdisciplinaridade. |
| 2012 | Declaração da Iniciativa de Sustentabilidade no Ensino Superior | Currículo, extensão, operacional, transdisciplinaridade e colaboração com universidades. |

Fonte: Adaptado de LOZANO et al., 2013.

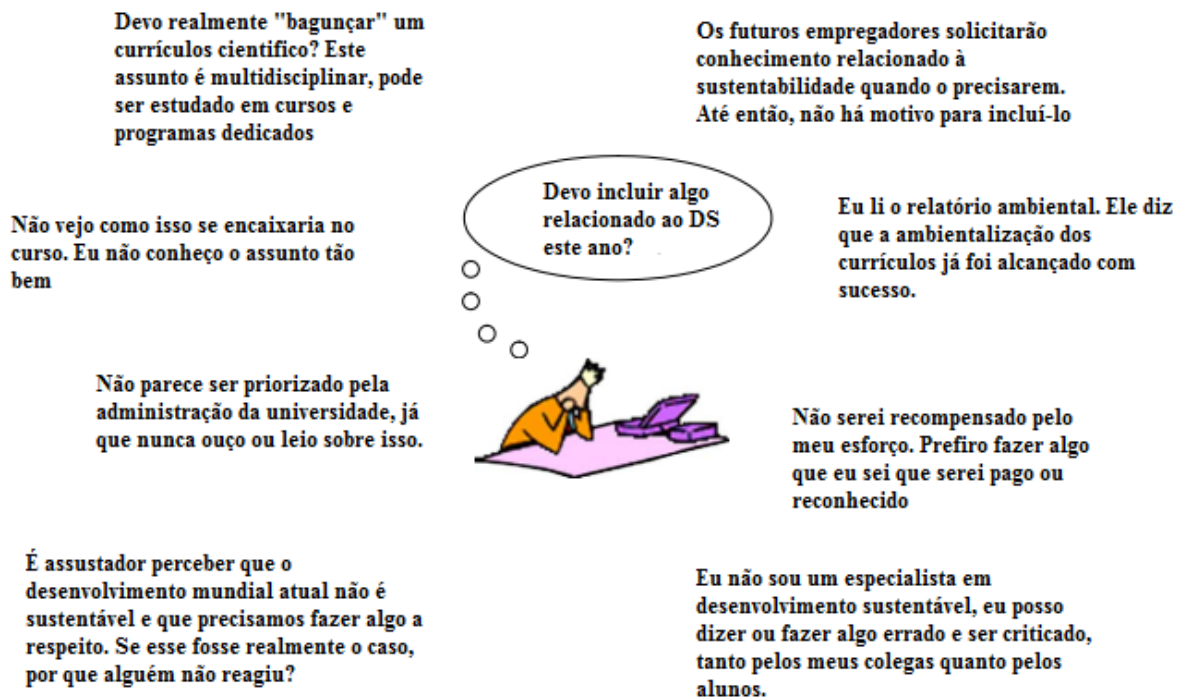
O maior desafio para se educar para sustentabilidade, frente a uma temática tão diversa, é superar as barreiras existentes nas IES como: a falta de consenso sobre sustentabilidade, a falta de interesse e comprometimento da comunidade universitária, o limitado conhecimento para a inovação, a falta de experiência e de apoio financeiro (THOMAS, 2004).

Em relação a dificuldade de financiamento público, o custo é um fator de peso para as IES decidirem investir para sustentabilidade, por razões principalmente das condições econômicas que limitam os orçamentos universitários. No entanto, a sustentabilidade oferece as Instituições a oportunidade de a administração ganhar em economia, em torno da gestão de energia, água e materiais, que podem fornecer uma reserva para futuro investimento em

iniciativas de sustentabilidade, por exemplo na construção de novos empreendimentos verdes ou investir em qualidade e segurança no trabalho ou na capacitação da comunidade universitária em relação ao desenvolvimento sustentável (CAMPELLO; SILVEIRA, 2016).

O segundo desafio se relaciona com a organização por disciplinas nas universidades e pela relutância de os docentes formados em uma visão disciplinar se engajarem com abordagens mais práticas relacionadas com a educação para a sustentabilidade, dificultando a integração e a interdisciplinaridade (JACOBI; RAUFFLET; ARRUDA, 2011). Lidgren, Rodhe e Huisingh (2006) resumem e esclarecem algumas barreiras para a inserção da sustentabilidade nos currículos, apresentada na Figura 2.

Figura 2- Resumo das barreiras à inserção da sustentabilidade nos currículos



Fonte: LIDGREN; RODHE; HUISINGH (2006)

De acordo com Gadotti (2008) essas barreiras fornecem direções para mudanças, chamando a atenção para o treinamento, a necessidade de ter pessoal capacitado e competente em DS, e uma segunda forma consiste na transferência da sustentabilidade no ensino, por meio do desenvolvimento do currículo e do projeto pedagógico dos cursos, oferecendo aos alunos a oportunidade de aprendizagem.

Apesar da sua aparente complexidade, todas as disciplinas e todos os docentes podem contribuir para a educação para a sustentabilidade, por exemplo: as matemáticas podem trabalhar com os dados referentes à contaminação ambiental e ao crescimento da pobreza e da

desigualdade social; as disciplinas linguísticas podem analisar o papel dos meios de comunicação e dos anúncios publicitários na formação de hábitos de consumo; a história e as ciências sociais podem discutir o etnocentrismo, o racismo e a desigualdade de gêneros. Razão pela qual, Gadotti (2008) defende a necessidade de reorientação dos programas educacionais existentes, no sentido de promover o conhecimento, as competências, habilidades, princípios, valores e atitudes relacionadas com a sustentabilidade.

Dentro da DEDS de 2005 a 2014, as IES tomaram medidas para reorientar a aprendizagem e o ensino. Foi dada atenção à integração da sustentabilidade nos currículos, competências de sustentabilidade e pedagogias (WALS, 2014). No Brasil, a Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as DCNEA, reforça a abordagem curricular integrada e transversal, contínua e permanente em todas as áreas de conhecimento, componentes curriculares e atividades escolares e acadêmicas.

Nesse sentido, Raufflet, Dupré e Blanchard (2009) em seu estudo auxiliaram a identificar três níveis de aplicação da noção de sustentabilidade nos cursos, programas e atividades curriculares, conforme Quadro 3:

Quadro 3- Níveis de inserção da temática sustentabilidade

| NÍVEL | ATUAÇÃO | DESCRIÇÃO |
|----------|---|--|
| 1º Nível | Atua nos cursos existentes ou nos novos cursos | Consiste basicamente em inserir as temáticas ou o material pedagógico em disciplinas existentes |
| 2º Nível | Atua no nível de programas, implica em três opções: | 1. inserção de um ou mais cursos sobre o tema em um programa já existente; |
| | | 2. inserção de questões centrais da sustentabilidade nos cursos existentes; |
| | | 3. reelaboração do programa com base nas questões da sustentabilidade, com aplicação em torno da resolução de problemas e da tomada de consciência individual e coletivas. |
| 3º Nível | Atua no nível da reflexão pedagógica e ontológica | Consiste em ter uma visão abrangente de sociedade e de formação, e assim, contribuir na identificação das implicações quanto aos objetivos e ao conteúdo desses programas. |

Fonte: Elaborado pela autora com base em RAUFFLET, DUPRÉ E BLANCHARD (2009).

Stough et al. (2018) afirma que a integração da sustentabilidade no conteúdo do curso pode ser feita verticalmente (sustentabilidade integrada através de disciplinas específicas

relacionados à sustentabilidade) ou horizontalmente (sustentabilidade integrada em diferentes disciplinas regulares do currículo). As "disciplinas de sustentabilidade", nesse sentido, representam a integração vertical do conteúdo de sustentabilidade em um programa educacional, pois são disciplinas autônomas que se concentram no tema da sustentabilidade. "Disciplinas que incluem sustentabilidade" dão uma visão de como a sustentabilidade é integrada horizontalmente em um programa de estudo, pois são as disciplinas que relacionam o tema principal do curso com o conceito de sustentabilidade.

A avaliação curricular é uma das opções da universidade para examinar a integração da sustentabilidade nas funções de educação, pesquisa, operações e envolvimento da comunidade das IES. Elas podem oferecer aos líderes universitários um ponto de partida para a mudança, fornecendo uma linha de base de onde os problemas de sustentabilidade estão presentes nos programas e onde os programas podem ser melhorados (LOZANO; YOUNG, 2013).

Porém, embora a avaliação ofereça os principais benefícios para as IES que desejam integrar a sustentabilidade, não foi alcançado consenso sobre como avaliar a integração da sustentabilidade no ensino superior ou o que exatamente incluir em tais avaliações, como evidenciado pela não conformidade das ferramentas de avaliação disponíveis para ensino superior (STOUGH et al., 2018). Corroborando, com o trabalho de Rebello (2003), no qual já afirmava que não existia um modelo universal de implementação da EDS.

Apesar de não haver um modelo universal, há exemplos em diversos países, de IES que estão trabalhando ativamente para implementar a mudança para a sustentabilidade tanto na área de ensino e aprendizagem como na parte operacional, em suas atividades e gerenciamento de instalação do campus (TILBURY; WORTMAN, 2004).

O trabalho realizado por Marcelino (2016) traz exemplos de Universidades que são referências em ações na educação, como a *Appalachian University*, nos Estados Unidos, que oferece 228 cursos relacionados à sustentabilidade na graduação e 82 cursos no mestrado. Além disso, 876 cursos incluíram alguns aspectos da sustentabilidade, a partir de uma ampla variedade de programas acadêmicos em toda a universidade. Na Europa, a *Leuphana Universität* da Alemanha, é uma universidade com o estudo focado em questões de sustentabilidade. Seu ensino é inovador e reconhecido pelo prêmio *ZEIT-Wissen Encouraging Sustainability Prize*, indicando a integração dos princípios da sustentabilidade em todos os aspectos da vida acadêmica

Outro exemplo, é a Universidade de Plymouth, na Inglaterra, reconhecida por ser uma Instituição de Ensino Superior líder em educação de sustentabilidade. Premiados com um centro

educacional, o Centro de Futuros Sustentável (CSF), desenvolveram uma política de sustentabilidade universitária e um plano de ação baseado em um modelo holístico 4C: currículo, campus, comunidade e cultura, vistos como focos complementares da universidade sustentável (JONES; SELBY; STERLING, 2010). Em 2015, a Universidade de Plymouth recebeu um prêmio da União Nacional de Estudantes (NUS) pelo seu trabalho de Educação de Sustentabilidade. O programa “NUS Responsible Futures” concede a certificação em reconhecimento de abordagens em toda a instituição para a educação em sustentabilidade (CSF PLYMOUTH, 2017).

Em 19 de julho 2017, a Unesco, como um parceiro da Iniciativa Educação Superior (HESI), juntou-se ao evento "Instituições de Ensino Superior - o principal motor do desenvolvimento sustentável", realizada na sede das Nações Unidas, reunindo representantes do governo, academia, administradores universitários, representantes da ONU, profissionais de sustentabilidade e estudantes. No evento foi enfatizado que o acesso à educação de qualidade é um alicerce fundamental para a manutenção da paz e do desenvolvimento sustentável. E destacou ainda mais o papel das IES no apoio à implementação da Agenda 2030, fornecendo a base de dados e pesquisa analítica e conhecimento necessário para a elaboração de políticas específicas e eficazes à sustentabilidade (UNESCO, 2017b).

2.5. Instrumentos para Avaliação da Sustentabilidade nas IES

Uma IES quando opta em declarar e validar suas ações no sentido da sustentabilidade, se esforça para integrar questões relacionadas com a sustentabilidade nas suas diversas atividades, seja no ensino, através dos currículos e de aplicações práticas de conceitos de sustentabilidade; na pesquisa, focando as investigações sobre o tema; nas atividades de extensão com as comunidades; ou em suas operações, por meio de sua gestão, se interessando também pela avaliação e divulgação do seu trabalho (LICÓRIO et al., 2015; MADEIRA, 2008).

Para mensurar a efetividade desses esforços são necessários instrumentos que avaliem a sustentabilidade nas IES e que apresentem dados concretos, fazendo o uso de indicadores. De acordo com Van Bellen (2004), o objetivo principal dos indicadores é de acrescentar e quantificar informações de uma maneira que sua significância fique mais aparente, simplificando as informações sobre fenômenos complexos com intuito de melhorar a comunicação ou informação sobre o progresso em direção a uma determinada meta.

O uso de um instrumento de avaliação da sustentabilidade no Ensino Superior permite obter informações que colaborem para a gestão e formulação de uma política, além de permitir a identificação de práticas de sucesso que devem ser divulgadas para conhecimento da comunidade universitária e de outras instituições (BRANDLI et al., 2012).

Nixon (2002) argumenta que por meio da avaliação também é possível identificar as fraquezas e onde as mudanças se fazem necessárias, por exemplo, uma instituição pode apresentar uma alta taxa de reciclagem e economia de energia, porém um fraco programa de estudos ambientais. Essa informação ajuda a determinar as áreas prioritárias para estudos futuros ou ações concretas nas universidades.

Segundo o mesmo autor, as universidades só tendem a ganhar com os resultados obtidos da avaliação, pois auxiliam a compreensão da posição que uma IES se encontra em relação ao seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, identifica áreas e desenvolve estratégias para melhorar seu desempenho e ajuda na implantação de uma cultura comprometida com a sustentabilidade, e diversos outros benefícios, como:

1. Assegura o sucesso a longo-prazo de uma instituição;
2. Fornece uma valiosa oportunidade de serviço de aprendizagem para estudantes;
3. Assegura a conformidade com a legislação em vigor;
4. Reduz o risco de responsabilidade;
5. Reduz os custos de operação e manutenção;
6. Melhora a qualidade do ambiente de trabalho e de aprendizagem;
7. Constrói e fortalece a comunidade universitária;
8. Melhora a relação universidade e cidade;
9. Melhora a imagem pública da instituição; e,
10. Identifica as “boas práticas” e partilhá-las com outras instituições (NIXON, 2002, p. 6–7).

Madeira (2008) destaca que já foram desenvolvidas diversas ferramentas e instrumentos para ajudar a avaliar a sustentabilidade nas organizações em geral, possibilitando as universidades optarem por utilizar ferramentas de avaliação já existentes e adaptadas ao contexto das IES ou utilizarem ferramentas criadas específicas para as IES.

Nishimura (2015) traz alguns exemplos de ferramentas adaptadas ao contexto das IES, no Quadro 4 e algumas ferramentas específicas para as instituições de Ensino Superior, conforme Quadro 5.

Quadro 4- Ferramentas adaptadas ao contexto das IES

| FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO | DESCRIÇÃO |
|--|--|
| Norma ISO 14001 | Esta norma auxilia na aplicação de um Sistema de Gestão Ambiental em qualquer tipo, dimensão de instituições, com caráter voluntário. Enfatiza o cumprimento da política ambiental e à melhoria contínua do desempenho ambiental. |
| Ecological Footprint Model | Utilizada como um indicador de sustentabilidade ambiental, podendo ser usado para medir e gerir o uso de recursos através da economia |
| Agenda Local 21 | Promove a produção de avaliações científicas sobre depleção de recursos, uso de energia, impactos à saúde e tendências demográficas e torna-as públicas e desenvolvimento de programas de educação ambiental |
| Dashboard of Sustainability | É baseado nos indicadores da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, pode ser manipulado para incluir diferentes conjuntos de dados em diferentes indicadores e por isso pode ser apropriado para aplicação ao campus. Tem pretensão em medir o progresso relativamente aos compromissos da Agenda 21. |
| Eco-Management and Audit Scheme (EMAS) | É uma ferramenta de gestão ambiental que institutos e organizações podem adotar de maneira voluntária e auditável. Envolve a análise ambiental, desenvolvimento de um programa ambiental, estabelecimento de um sistema de gestão ambiental, realização de uma auditoria ambiental interna, preparação de uma declaração ambiental, verificação por um terceiro independente e registro e o uso do logo do EMAS. |
| Barômetro da Sustentabilidade | Ferramenta composta por uma série de indicadores sobre o bem-estar do meio ambiente e da humanidade, que são avaliados com notas de 0 a 100, gerando um gráfico bidimensional com os resultados finais relacionados ao nível de sustentabilidade que a instituição se encontra. |

Fonte: adaptado de NISHIMURA (2015)

Quadro 5- Ferramentas específicas para as IES

(continua)

| FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO | DESCRIÇÃO |
|---|--|
| Sustainability Assessment Questionnaire (SAQ) | Avalia qualitativamente a situação das IES quanto às seguintes áreas: currículo; pesquisa e bolsa de estudo; operações; recompensas e desenvolvimento da Faculdade e de Pessoal; atividades comunitárias e serviços; oportunidades para estudante; missão; estrutura e planejamento institucional. |

| | |
|--|---|
| Auditing instrument for Sustainability in Higher Education (AISHE) | O objetivo do instrumento é fornecer uma avaliação geral de todos os papéis fundamentais de uma IES: identidade, operações, educação, pesquisa e sociedade. Tem como estrutura o método PDCA (Planejar-Fazer-Verificar- Agir). |
| Sustainability Tracking, Assessment and Rating System (STARS) | AS IES recebem uma pontuação baseadas em 74 indicadores relacionados a área acadêmica, engajamento, operação e planejamento e administração. |
| Alternative University Appraisal Model (AUA) | Ela é dividida em três partes: (1) Questões do Indicador de Referência (BIQs); (2) Perfil institucional; e (3) Perguntas de autoconsciência de acordo com o tema escolhido pela IES, que pode ser, por exemplo: equidade, promoção da saúde, meio ambiente, etc. |
| Campus Sustainability Assessment Framework Core (CSAF Core) | CSAF Core (2009) inclui 48 indicadores para avaliar a sustentabilidade em um campus, separados em dez sessões (água, materiais, ar, energia, terra, saúde e bem-estar, comunidade, conhecimento, governança, economia e riqueza). |
| Green League (People and Planet Green League Guide, 2013) | A ferramenta é dividida em duas partes. A primeira inclui questões relativas à estrutura, práticas de gestão ambiental e ética. Na segunda parte, as IES relatam seu desempenho em relação aos problemas ambientais. |
| UI' s GreenMetric University Sustainability Ranking (GreenMetric) | A ferramenta é dividida em seis blocos: a primeira solicita informações sobre estrutura e orçamento e as outras referem-se a energia e mudanças climáticas; água; transporte e educação. O último bloco também faz perguntas sobre a pesquisa. |
| The Green Plan - National Framework (Green Plan) | Esta ferramenta abrange nove desafios, organizada em cinco áreas focais: estratégia e governança; ensino e treinamento; pesquisa; gestão ambiental; e políticas regionais e presença. Cada área focal avalia uma série de variáveis estratégicas e operacionais usando a escala Guttman da etapa final. |
| Unit-Based Sustainability Assessment Tool (USAT) | Esta ferramenta é dividida em quatro partes: ensino; atividades e gestão; envolvimento dos alunos; e políticas e declarações. Sendo utilizado para a autoavaliação da sustentabilidade da universidade e como base para a aprendizagem reflexiva em relação a ela. |
| Graphical Assessment of Sustainability in University (GASU) | Ele envolve quatro dimensões da sustentabilidade: econômica, social, ecológica e ensino, baseado em 59 indicadores. A ideia é de grau cada indicador em uma escala de 0-4; 0 indica ausência de informação, enquanto que 4 indica que a informação dada tem um excelente desempenho. Em seguida, o Gasu gera automaticamente nove gráficos. |

Fonte: adaptado de ALGHAMDI, DEN HEIJER, DE JONGE (2017); GOÉS, MAGRINI (2016); NISHIMURA (2015).

De acordo com Goés e Magrini (2016), há mais de 20 ferramentas de avaliação de sustentabilidade, muitos deles mencionados nos trabalhos de Saadatian et al. (2011), Shriberg (2002) e Yarime e Tanaka (2012), os quais realizaram comparações abrangentes entre as diferentes ferramentas de avaliação de sustentabilidade.

Autores que revisaram uma série de ferramentas de avaliação verificaram que cada instrumento tem seu próprio escopo (por exemplo, educação, pesquisa, operações do campus), métodos, ênfase (ambiental, social, econômico) e abordagem (qualitativo, quantitativo), o que pode gerar diferenças nos resultados das avaliações (LAMBRECHTS; RYMENAMS, 2015).

Berzosa, Bernaldo e Fernández-Sanchez (2017) reforçaram a afirmação de Lambrechts e Rymenams (2015) ao constatarem que ao implementar diferentes avaliações de sustentabilidade na mesma universidade, a pontuação máxima adquirida em uma das ferramentas não garantia uma boa pontuação nas demais, pois os pesos dos critérios diferem entre os instrumentos escolhidos. Portanto, de acordo com Alghamdi, Den Heijer e De Jonge (2017), cada ferramenta e cada abordagem tem suas próprias forças e fraquezas.

Em outras palavras, se o cerne da investigação for a área educacional e currículos, uma das ferramentas mais indicada seria a AISHE, pois segundo os autores, é a mais completa para abordar a sustentabilidade focada na educação, na qual a área curricular é melhor representada, garantindo uma maior pontuação. Caso o objeto de avaliação for as operações dos campus, a USAT possibilitaria uma rápida avaliação do nível de integração de questões de sustentabilidade nas funções e operações das IES. Já a STARS seria um bom exemplo de ferramenta que abordam diferentes áreas da universidade, pois avalia a instituição de um modo integral (BERZOSA; BERNALDO; FERNÁNDEZ-SANCHEZ, 2017).

Em contrapeso, a AISHE é uma das ferramentas mais complexas, pois seus critérios são abstratos e difíceis de compreender (BRANDLI et al., 2012). No caso da USAT, os indicadores são avaliados subjetivamente, dependendo da apreciação das partes interessadas da universidade. Esta forma de qualificação complica comparações e benchmarking, uma vez que depende em parte da amostra escolhida. E considera-se um ponto fraco da ferramenta STARS, o esforço necessário para alcançar todas as informações necessárias e a especificidade desses indicadores (BERZOSA; BERNALDO; FERNÁNDEZ-SANCHEZ, 2017).

Diante deste contexto, recomenda-se prioritariamente uma profunda compreensão das ferramentas de avaliação disponíveis antes da escolha da abordagem. Nesse sentido, deve-se adotar um modelo de avaliação aplicável às IES e ao objetivo proposto, para o fortalecimento de diretrizes para ações futuras e na elaboração de programas para o processo de melhoria contínua (GOÉS; MAGRINI, 2016).

No caso das IES brasileira, Goés e Magrini (2016) afirmam que deve se considerar também, o tamanho das universidades na escolha da ferramenta de avaliação, o que pode não ser adequado aplicar o questionário à instituição como um todo, pois não capturaria os diferentes interesses e realidades de suas subunidades. Sendo idealmente a escolha de uma ferramenta que possa ser aplicável a cada subunidade da IES separadamente até que ele cubra gradualmente toda a instituição, para assim melhor diagnosticar a sustentabilidade como um todo.

2.5.1 AISHE- Auditing Instrument for Sustainability in Higher Education

A Educação para Sustentabilidade tem como a intenção que os graduados do Ensino Superior sejam conhecedores e capacitados para contribuir com a sustentabilidade, portanto, se faz necessário medir a probabilidade de que isso aconteça. Um bom indicador deve informar se os alunos estão recebendo conhecimento e assumindo o compromisso para fazer mudanças societárias que contribuem para sustentabilidade (LIDGREN; RODHE; HUISINGH, 2006).

Para Brandli et al. (2012), é necessário dimensionar a inclusão da sustentabilidade no ensino e sua influência, para avaliar se as IES estão de fato contribuindo para formação dos valores dos acadêmicos. Assim, dentro das análises das ferramentas e instrumentos, AISHE é frequentemente visto como um bom exemplo de uma abordagem orientada a processos e por sua natureza e metodologia inovadoras no ensino (LAMBRECHTS; CEULEMANS, 2013).

A AISHE é um instrumento de auditoria para a Sustentabilidade no Ensino Superior, usado tanto para auditoria interna - com intuito de avaliar a situação atual na organização em relação à sustentabilidade; obter pontos de partida para uma futura política neste assunto; levantar um grupo de pessoas envolvidas nas atividades sustentáveis, criar apoio e envolvimento-; como para auditoria externa - para avaliar a situação atual em relação a um Protocolo de DS, investigar se as demandas foram cumpridas; ou em relação à visita ou acreditação. É possível auditar Universidades (e outras organizações para o Ensino Superior, ou partes dela (como Faculdades ou cursos separados) (MADEIRA, 2008; ROORDA, 2001).

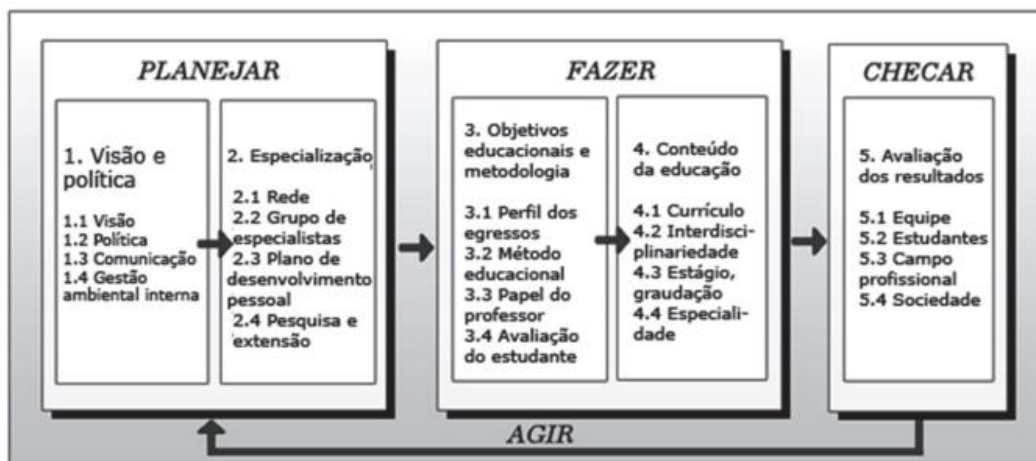
Este instrumento é baseado em um modelo de gestão de qualidade, desenvolvido pela Fundação Europeia para a Gestão da Qualidade (EFQM), que utiliza como base o Círculo de Qualidade Deming, também conhecido como o ciclo PDCA (Planejar, Fazer, Verificar e Agir). Sendo que nas suas fases foram incluídos um número de critérios, que atuam como indicadores, e dizem respeito à qualidade de gestão da companhia. A Organização Holandesa para Gestão de Qualidade (INK), melhorou o modelo EFQM acrescentando para cada critério uma escala

ordinal de cinco estágios. Cada estágio é uma descrição verbal de um possível estado em que a companhia avaliada está a respeito de um critério (BRANDLI et al., 2012).

O modelo original foi desenvolvido para ser usado em empresas comerciais, e, conseqüentemente, adaptado por um grupo de especialistas em educação superior em gestão de qualidade para aplicação em IES. O AISHE parte da ideia de que, com base em um conjunto de critérios, uma organização está situada em um determinado estágio de desenvolvimento: (1) orientada a atividade (separado em partes), (2) orientada a processos (único processo), (3) orientada para o sistema (processo com feedback), (4) orientada para cadeia (parte de uma rede de processo) ou (5) orientada para a sociedade (parte da sociedade). Os estágios de AISHE são cumulativos e a instituição se move para uma integração holística, buscando alcançar o status de "educação superior sustentável" (LAMBRECHTS; CEULEMANS, 2013; ROORDA, 2001).

A primeira versão do AISHE (AISHE 1.0) se concentrou em apenas um papel das universidades, ou seja, o papel educacional. Nele são definidos 20 critérios diferentes, agrupados em cinco campos de atenção: visão e política; especialização; objetivos educacionais e metodologia; conteúdo da educação e resultados da avaliação, conforme a Figura 3.

Figura 3- Instrumento de avaliação AISHE 1.0



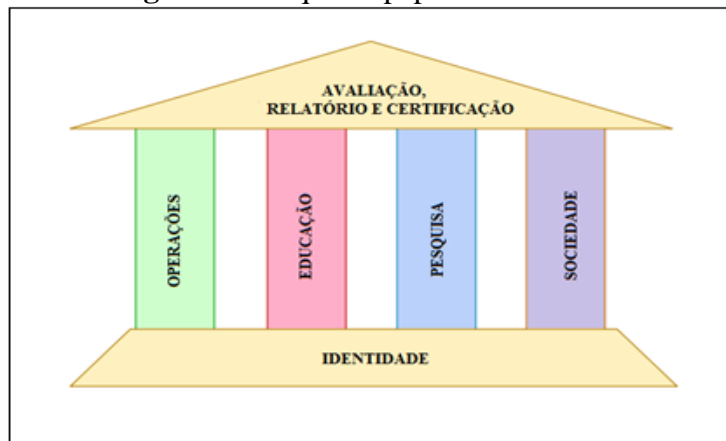
Fonte: BRANDLI et al, 2012

O AISHE 1.0 tem sido utilizada em várias universidades em todo o mundo, produzindo relatórios sobre os pontos fortes e fracos do instrumento. Os principais pontos fortes foram a abordagem orientada para o processo, as possibilidades de aumentar a conscientização entre os participantes e o fato de que ele conecta as abordagens de baixo para cima para iniciativas de alto nível. Uma das críticas foi que o instrumento apenas se concentrou em aspectos educacionais, deixando os aspectos de pesquisa, divulgação e operações do campus pouco

relevante. Outra crítica centrou-se nos resultados, que apenas inclui critérios qualitativos, desse modo, as críticas levaram ao desenvolvimento de uma nova versão do instrumento AISHE (AISHE 2.0) (LAMBRECHTS; RYMENAMS, 2015; ROORDA et al., 2009).

Esta nova versão inclui os quatro papéis das IES, com objetivo de fornecer um panorama geral da instituição e contribuir para o processo de DS na sociedade. Conforme mostra a Figura 4, todos esses quatro papéis são baseados em um fundamento comum, uma visão compartilhada sobre a identidade e o caráter da universidade, geralmente expressa em uma declaração de missão (ROORDA et al., 2009).

Figura 4- Os quatro papéis das IES



Fonte: Adaptado de ROORDA et al. (2009).

O AISHE 2.0 foi desenvolvido por um grupo internacional com representantes de universidades e outras instituições de cerca de quinze diferentes países. Esta nova metodologia consiste em cinco módulos: Identidade, Educação, Pesquisa, Operações e Serviços para a sociedade. Cada módulo é composto por seis indicadores, conforme a Figura 5. E cada qual avaliado fazendo uso de uma escala com cinco estágios, sendo que as questões de um dado estágio são cumulativas com as anteriores e a resposta a ser assinalada é aquela cujas respostas são positivas, assim como nas questões que a precedem (GÓES, 2015).

Figura 5- Instrumento de Avaliação AISHE 2.0

| AISHE 2.0 | | | | |
|-------------------|---------------------------------|--------------------------|--------------------------|---------------------------|
| | Operação | Educação | Pesquisa | Sociedade |
| Checar | Avaliação da Qualidade | Avaliação dos Resultados | Avaliação dos Resultados | Avaliação de Impacto |
| Fazer | Humanidade | Integração Interdiscipl. | Integração Interdiscipl. | Conectando |
| | Ecologia | Integração temática | Integração temática | Envolvimento temático |
| | Economia | Consciência e Base | Consciência e Base | Consciência e Aprendizado |
| | Estrutura Física | Metodologia | Metodologia | Metodologia |
| Plan. | Objetivos | Objetivos | Objetivos | Objetivos |
| Identidade | | | | |
| Checar | Transparência, Responsabilidade | | Agir | |
| | Coerência | | | |
| | Especialização | | | |
| Fazer | Comunicação | | | |
| | Liderança | | | |
| Plan. | Visão e Política | | | |

Fonte: ROORDA et al. (2009).

Sua estrutura modular possibilita selecionar apenas os módulos em que uma universidade está interessada em um determinado momento, ou seja, no caso desta pesquisa será avaliado somente o módulo educacional, sem que haja alteração ou prejuízo dos resultados. Para Shriberg (2002), esta ferramenta é um excelente exemplo de avaliação de sustentabilidade a partir de indicadores com orientação, deixando claro o estágio em que se encontra a Instituição pesquisada.

No geral, as ferramentas de avaliação da sustentabilidade facilitam a comunicação dos resultados obtidos e análise das metas desejadas. Uma vez institucionalizada, traz benefícios para a universidade e sua ausência percebida como uma potencial fragilidade (NISHIMURA, 2015).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo tem por objetivo apresentar os procedimentos metodológicos utilizados para a elaboração deste trabalho, realizado junto aos cursos de Administração da UFMS. A seguir são descritos a abordagem e o tipo de pesquisa, os procedimentos de coleta de dados e as técnicas de análise utilizada na interpretação dos mesmos.

3.1. Abordagem e tipo de pesquisa

O presente estudo visa avaliar a educação para a sustentabilidade dos cursos de graduação em administração da UFMS, ofertado nos campus de Aquidauana, Corumbá, Chapadão do Sul, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Três Lagoas e Campo Grande. Para esta pesquisa, os oito campus foram analisados por permitir descrever e diagnosticar o ensino da temática nos cursos de administração da IES em questão e entre os seus campus.

Portanto, realizou-se uma pesquisa de natureza predominantemente qualitativa. Segundo Godoy (1995) a abordagem qualitativa se caracteriza pela obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, para entender o fenômeno segundo a perspectiva dos participantes.

Gil (2008) corrobora, dizendo que o método de pesquisa qualitativa está voltado para auxiliar os pesquisadores a compreenderem pessoas e seus contextos sociais, culturais e institucionais. Para Gerhardt e Silveira (2009), os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito.

Quanto aos objetivos da pesquisa, para Gil (2002) é possível classificar o estudo em três grupos: pesquisa exploratória, pesquisa descritiva ou pesquisa explicativa. Este trabalho, de acordo com Andrade (2002) é caracterizada como descritiva, com o intuito de conhecer, descrever, analisar e diagnosticar o ensino da sustentabilidade na UFMS, assim como contribuir com a compreensão da temática e com ações de melhoria da educação para a sustentabilidade nos cursos de graduação em Administração.

Triviños (1987) afirma que a pesquisa descritiva pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade. Gil (2002) salienta que esse tipo de pesquisa envolve atividades como levantamento bibliográfico, pesquisa documental, questionários e entrevistas, observação sistemática com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre o tema.

3.2. Método de Coleta de Dados e Instrumento de Pesquisa

Quanto ao método para a obtenção de dados foram realizadas duas etapas: a pesquisa documental (análise dos projetos pedagógicos dos cursos e dos planos de ensino) e a entrevista estruturada (com os coordenadores dos cursos de graduação em Administração, ou com o docente indicado para responder a pesquisa). Em função disso, optou-se por dividir em seções, buscando tornar os procedimentos realizados mais claros.

3.2.1 Coleta de dados da Pesquisa Documental

Com o intuito de compreender e analisar a educação para sustentabilidade nos cursos de graduação em Administração da UFMS, a pesquisa propôs examinar dois documentos: primeiramente os PPC, especificamente as ementas das disciplinas; e segundo, os Planos de Ensino das disciplinas ofertadas em 2017.

Os PPCs trazem a definição dos parâmetros para a ação educativa, embasando a gestão acadêmica, pedagógica e administrativa de cada curso, sendo necessário a aprovação do projeto pelo Conselho de Ensino de Graduação (Cograd) da UFMS por meio de Resolução e publicação no Boletim Oficial de Atos Administrativos, o Boletim de Serviços (BS).

Assim, realizou-se a coleta dos PPC em sítios eletrônicos oficiais da UFMS, como no BS e nos sites dos cursos de graduação. Em razão de a pesquisa delimitar o estudo ao ementário, a busca se concentrou nas Resoluções da Coeg que estão em vigor e aprovam o item curricular dos PPC, conforme descritos no Quadro 6.

Quadro 6- PPC dos Cursos de Administração vigentes por Campus da UFMS

(continua)

| CAMPUS | PPC |
|-------------------------------|--|
| Campus de Paranaíba (CPAR) | Resolução COEG/UFMS nº 666/2014 |
| Campus de Naviraí (CPNV) | Resolução COEG/UFMS nº 324/2016 Resolução COEG/UFMS nº 860/2016 |
| Campus Chapadão do Sul (CPCS) | Resolução COEG/UFMS nº 63/2018 |

(conclusão)

| CAMPUS | PPC |
|---|--|
| Campo Grande (Escola de Administração e Negócios- ESAN) | Resolução COEG/UFMS nº 419/2013 |
| Campus de Aquidauana (CPAQ) | Resolução COEG/UFMS nº 747/2016 |
| Campus de Nova Andradina (CPNA) | Resolução COEG/UFMS nº 664/2014 Resolução COEG/UFMS nº 367/2015 |
| Campus do Pantanal (CPAN) | Resolução COEG/UFMS nº 478/2014 |
| Campus de Três Lagoas (CPTL) | Resolução COEG/UFMS nº 307/2014 Resolução COEG/UFMS nº 695/2016 |

Fonte: Elaborada pela autora

Os cursos podem apresentar mais de uma Resolução aprovada com matéria de projeto pedagógico, pois os PPCs são passíveis de alterações, permitindo a inclusão, substituição ou exclusão de disciplinas desde que aprovadas pelo Cograd.

O segundo documento analisado foram os Planos de Ensino, como o próprio nome já diz, refere-se a um planejamento semestral sobre as atividades ministradas em sala de aula. Os planos permitem a organização das disciplinas constantes na estrutura curricular dos cursos, que deve ser elaborado em consonância com a ementa da disciplina e o perfil do profissional.

Quanto à coleta destes documentos, os Planos ficam à disposição somente na secretaria acadêmica dos cursos ou com os coordenadores e docentes que ministraram a disciplina no período correspondente. Neste sentido, a análise restringiu-se as disciplinas ofertadas no primeiro e segundo semestre letivo de 2017.

Para obtenção dos dados, foi solicitado formalmente por e-mail os planos de ensino de 2017/1 e 2017/2 às secretarias acadêmicas, e por contato telefônico aos coordenadores de curso. Ao todo foram coletados 106 planos de ensino dos campus da UFMS que ofertam o curso de Administração, com exceção de três campus, os quais a análise foi realizada somente com as ementas do Projeto Pedagógico.

3.2.2 Coleta de dados das Entrevistas

No segundo momento da pesquisa, se propôs diagnosticar o estágio dos cursos de graduação da UFMS em relação à sustentabilidade no ensino, através da utilização de indicadores de sustentabilidade. Entende-se por indicadores de sustentabilidade os instrumentos essenciais para guiar a ação e subsidiar a avaliação do progresso alcançado pela instituição analisada (BRASIL, 2015).

Nesta pesquisa, o desempenho dos indicadores é apresentado através da ferramenta de avaliação de sustentabilidade AISHE 2.0, cuja obtenção de dados é obtida por meio de um roteiro de perguntas elaborado por Roorda et al. (2009) e adaptado pela autora do trabalho para fins de aplicação na UFMS. Desse modo, serão realizadas entrevistas estruturadas com os Coordenadores de Curso dos Cursos de Administração da UFMS ou com o docente mais capacitado a responder a pesquisa, sugerido pelo Coordenador.

Os participantes foram selecionados intencionalmente a partir da análise que estes atores seriam as pessoas com mais conhecimento e responsabilidade para responderem por seus cursos, pois estão envolvidos diretamente nas atividades cotidianas dos mesmos e na condução da política pedagógica dos cursos. Já a escolha pela ferramenta AISHE se deve pelo fato de ser um instrumento de avaliação desenvolvido especialmente para medir o nível de envolvimento da universidade com a sustentabilidade, possibilitando avaliar sua situação atual ou progresso.

Além de ser uma ferramenta já testada, validada, e aplicada em vários países como Holanda, Bélgica, Suécia, inclusive no Brasil, na Universidade de Passo Fundo/RS (UFPF) e em sete IES localizadas em Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, sendo cinco privadas e duas federais (BRANDLI et al., 2012; LICÓRIO et al., 2015).

A versão utilizada é a mais recente e atualizada e permite estudar somente o módulo de interesse da pesquisa no momento: o módulo educacional. O módulo é composto por seis indicadores, ou seja, por seis áreas de análise do roteiro da entrevista, conforme Roorda et al. (2009), descritos no Quadro 7 abaixo:

Quadro 7- Indicadores do Módulo Educacional

(continua)

| INDICADORES | DESCRIÇÃO |
|-------------|--|
| Objetivos | Os objetivos finais do programa educacional determinam o perfil do egresso, ou seja, a caracterização e qualificação do acadêmico que sai do programa educacional e entra no campo profissional. |

(conclusão)

| INDICADORES | DESCRIÇÃO |
|--|---|
| Metodologia | Algumas metodologias educacionais são mais adequadas do que outras para adquirir uma variedade de habilidades, conhecimentos e atitudes em relação ao desenvolvimento sustentável. Idealmente, o currículo consiste em uma variedade de metodologias educacionais, combinando as características do perfil graduado. |
| Conscientização e Introdução aos conceitos básicos | Os conceitos básicos de sustentabilidade são tratados, bem como suas inter-relações. Esta introdução pode assumir a forma de um curso básico, tratado como assunto separado ou integrado em um ou mais assuntos existentes. |
| Integração temática | Ao longo do currículo, os assuntos relacionados ao desenvolvimento sustentável são tratados. A maioria deles terá uma forte relação com a disciplina, embora outros assuntos também possam estar presentes. |
| Integração interdisciplinar | Os vários temas envolvendo à sustentabilidade no currículo estão relacionados entre si de várias maneiras: intradisciplinar (dentro da própria disciplina), multidisciplinar (envolve mais de uma disciplina, mas cada uma destas disciplinas mantém seus métodos e teorias em perspectiva.), interdisciplinar (mais de uma disciplina se une em um projeto comum, com um planejamento que as relacione), ou mesmo transdisciplinar (práticas educativas além das disciplinas segmentadas). |
| Avaliação de resultados | Avalia se a integração do desenvolvimento sustentável no currículo resulta em projetos de pesquisa, teses de graduação ou relatórios finais de disciplinas, provando que a produção do programa está contribuindo evidentemente para o desenvolvimento sustentável. |

Fonte: Elaborado pela autora com base em ROORDA et al. (2009).

Por conseguinte, cada indicador pode ser classificado de acordo com cinco estágios, para avaliar o nível de sustentabilidade: Estágio 1: atividade; Estágio 2: processo; Estágio 3: sistema; Estágio 4: rede; Estágio 5: sociedade (BRANDLI et al., 2012). Em outras palavras, estágio 1 significaria que a sustentabilidade é praticamente ausente no ensino e no estágio 5 o tema já se encontra consolidado e conhecido pela sociedade (LICÓRIO et al., 2015).

A escala utilizada denomina-se escala de Gutman, formada por questões binárias dispostas em estágios, sendo que as questões de um dado estágio são cumulativas com as dos anteriores e a resposta a ser assinalada é aquela cujas respostas são positivas, assim como nas questões que a precedem. Sendo assim, no AISHE, só é permitido concluir que um determinado estágio foi alcançado, se as fases anteriores forem atingidas em sua plenitude, pois as etapas de um critério são destinadas a serem cumulativas (GÓES, 2015).

Anterior a fase de aplicação do AISHE, o roteiro de perguntas passou por um pré-teste no curso de Administração de Campo Grande, para verificar a coerência, a clareza do

instrumento, o entendimento e a adequação dos termos utilizados. Previamente a esta etapa, foi acrescentado a opção pelo estágio 0, significando “não consta” ou “não se adequa”, caso o curso avaliado não se enquadrasse no primeiro estágio de avaliação no nível de sustentabilidade.

De maneira geral, foi possível verificar uma dificuldade no entendimento de alguns termos presente no roteiro como “conectividade e complexidade” o que permitiu clarificar os conceitos. Constatou-se também que o entendimento sobre sustentabilidade pode variar conforme a compreensão da temática pelo entrevistado, por essa razão, foi adicionado duas perguntas abertas sobre o assunto.

Após os ajustes, as entrevistas foram agendadas por meio eletrônico, no qual foi encaminhado um e-mail com o convite para participação e uma breve explicação dos objetivos da pesquisa. Os entrevistados que concordaram em participar da pesquisa assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFMS, com enfoque em pesquisa envolvendo Seres Humanos.

As entrevistas foram realizadas pessoalmente, por telefone em modo viva-voz ou por meio de ligação por vídeo, a conveniência dos participantes, durante os meses de março e abril de 2018. O roteiro da entrevista consistiu em duas perguntas abertas para fins de compreensão do entendimento do participante sobre o tema e depois as seis perguntas conforme a ferramenta de avaliação de sustentabilidade AISHE 2.0. As respostas foram gravadas em mídia digital (gravador de celular) e depois transcritas, previamente autorizadas no TCLE.

Para facilitar a identificação dos respondentes, os coordenadores ou docentes foram classificados com as letras do alfabeto de A à H, os quais correspondem aos oito campus da UFMS que ofertam o Curso de Graduação em Administração.

3.3 Técnica de Análise dos Dados

Para a análise dos dados coletados nos Projetos Pedagógicos e nos Planos de Ensino, utilizou-se da técnica de análise documental, que segundo Bardin (2004) visa representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente do original, a fim de facilitar a consulta e armazenagem. Ainda conforme o autor, a análise documental faz-se, principalmente, por classificação em palavra-chave, descritores ou índices e permite classificar e agrupar os documentos que apresentam critérios comuns, ou que possuem analogias no seu conteúdo.

A partir do levantamento dos projetos pedagógicos vigentes, a pesquisa analisou especificamente o item do currículo que trata as ementas das disciplinas, com o propósito de

compreender e descrever como os cursos de graduação em Administração da UFMS abordam a sustentabilidade no ensino. Para isso, buscou-se identificar conteúdos relacionados ao meio ambiente e à sustentabilidade socioambiental como parte dos componentes constantes do currículo dos cursos, conforme a DCNEA estabelecida na Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012.

Em outras palavras, a DCNEA determina que a EA deve contemplar uma abordagem curricular que enfatize a natureza como fonte de vida e relaciona a dimensão ambiental à outras questões sociais, portanto buscou-se nas ementas, temas que tratam sobre a natureza ou meio ambiente e que relacionassem a questão ambiental com outras temáticas (BRASIL, 2012).

Desse modo, os dados coletados foram descritos por campus da UFMS apresentando os conteúdos encontrados nas ementas dos PPC que abrangem a temática, o quantitativo e em quais disciplinas contemplam a sustentabilidade.

No segundo momento, foi realizado a leitura dos Planos de Ensino, averiguando somente os objetivos e os programas das disciplinas. Dessa forma, a análise dos dados concentrou-se em compreender a abordagem utilizadas pelos docentes para inserir as questões socioambientais em seus conteúdos. Os dados pesquisados foram reunidos e descritos em dois quadros: objetivos de disciplinas que abordam a sustentabilidade e programas de disciplinas que abordam a sustentabilidade.

Já para analisar os dados coletados das entrevistas, utilizou-se da técnica de análise de conteúdo, que de acordo com Bardin se difere da análise documental, visto que a análise de conteúdo consiste em:

Um conjunto de técnica de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2004, p.37).

A análise de conteúdo constitui uma técnica que objetiva a identificação do que está sendo dito a respeito de determinado tema, há a necessidade da descodificação do que está sendo comunicado. Para a descodificação dos documentos, o pesquisador pode utilizar vários procedimentos, como análise léxica, análise de categorias, análise da enunciação, análise de conotações (CHIZZOTTI, 2003).

Nesse sentido, a entrevista iniciou-se com duas perguntas abertas, para salientar trechos da entrevista transcrita com intuito de conhecer a opinião do entrevistado com relação

à temática e compreender e classificar as barreiras existentes nos cursos de cada campus que dificultam o desenvolvimento da sustentabilidade no ensino.

Após esta etapa, foi realizado seis perguntas conforme o roteiro estabelecido no AISHE, com objetivo de avaliar em qual estágio da sustentabilidade cada curso se encontra. Conforme a análise, a resposta de cada pergunta poderia ser enquadrada em seis categorias ou estágios: (0) não consta ou não se adequa ao curso; (1) orientado para a atividade, (2) orientado para o processo, (3) orientado para o sistema, (4) orientado para a cadeia/rede de processo ou (5) orientado para a sociedade.

Ressaltando que as questões de um dado estágio são cumulativas com as anteriores e a resposta a ser assinalada é aquela cujas respostas são positivas, assim como nas questões que a precedem. Para isso, as perguntas foram feitas intencionalmente de modo a investigar em qual dos seis estágios o curso se encaixava. Os dados foram tabulados na forma de parágrafos textuais, gráficos, tabelas e quadros a fim de facilitar a compreensão. Em suma, o Quadro 8 demonstra uma síntese dos procedimentos metodológicos.

Quadro 8- Fases da Pesquisa

| Fases | Técnica de Coleta | Técnica de Análise | Objetivo |
|--------------|--------------------------|---------------------------|---|
| 1º momento | Pesquisa Documental | Análise documental | Descrever como o ensino da sustentabilidade é abordado nos cursos de graduação em Administração da UFMS |
| 2º momento | Entrevista estruturada | Análise de conteúdo | Diagnosticar em qual estágio os cursos de graduação da UFMS se encontram em relação à sustentabilidade no ensino. |

Fonte: Elaborado pela autora.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com intuito de apresentar os resultados alcançados no estudo de forma organizada, este capítulo foi dividido em quatro partes: a primeira trata da análise dos projetos pedagógicos dos cursos apresentado por campus da UFMS; a segunda parte traz os resultados da análise dos planos de ensino referente ao ano letivo de 2017; na terceira parte é apresentado os dados obtidos das entrevistas realizadas com os coordenadores ou docentes dos cursos de acordo com a metodologia AISHE; e por fim, a discussão dos resultados na quarta parte, analisando conjuntamente os dados encontrados na pesquisa documental com os dados da entrevista.

4.1 Projetos Pedagógicos dos Cursos

Uma leitura atenta foi realizada nas ementas buscando conteúdos relacionados à sustentabilidade nas disciplinas constantes nos PPC, com objetivo de descrever como o ensino da temática é abordado no Ensino Superior, especificamente no curso de graduação em Administração. Dessa forma, primeiramente são apresentados a análise dos projetos pedagógicos por campus da UFMS, e em seguida será apresentado um quadro com o resumo dos dados, Quadro 9.

4.1.1 Campus A

O curso de Administração do “campus A” oferta ao todo 85 disciplinas, os quais 40 são disciplinas obrigatórias e 45 disciplinas optativas, escolhidas pelo acadêmico desde que cumprido carga horária mínima de 272 horas.

Feita a análise no projeto pedagógico do curso, foram encontrados os seguintes conteúdos nas ementas que envolvem a temática: “Responsabilidade social, ética nos negócios e o desenvolvimento autossustentado”; “Natureza e Cultura”; “A relação da empresa com os recursos naturais: noções de direito ambiental”; “Gestão ambiental e responsabilidade social nas organizações”; “Modelo de gestão ambiental e de responsabilidade social”; “Práticas socioambientais estratégicas” e “Projetos socioambientais”.

O quantitativo de disciplinas que tratam os itens de sustentabilidade no ementário são quatro, todas de formação obrigatória, representando 4,71% de disciplinas do currículo do curso. Destas, uma disciplina tem a nomenclatura associada diretamente com a questão

ambiental, “Gestão Socioambiental”, e as outras três aparecem no ementário como conteúdos transversais das disciplinas: “Administração Mercadológica I”, “Antropologia” e “Direito aplicado a Administração”.

Verificou-se também que as disciplinas de Tópicos Especiais Interdisciplinares do “campus A” não descrevem as ementas no PPC, portanto não foi possível realizar a análise dos conteúdos destas disciplinas. Dessa forma, desconsiderou-se a disciplina que apresentava somente a nomenclatura relacionada à temática, como no caso de “Tópicos Especiais em Projetos Socioambientais”.

4.1.2 Campus B

O curso do “campus B” é constituído por 47 disciplinas, divididos em conteúdos de formação básica, de formação profissional, conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias, conteúdos de dimensão prática, conteúdos curriculares não disciplinares e conteúdos de formação complementar, sendo 33 disciplinas obrigatórias e 14 optativas ao acadêmico de Administração.

Considerando o DCNEA, observou-se que o curso do “campus B” aborda 13 disciplinas com assuntos de sustentabilidade, correspondendo 27,66% de disciplinas do currículo. Dentre as quais, nove são obrigatórias: Administração Mercadológica II, Direito Empresarial, Empreendedorismo, Gestão de Agronegócios, Elaboração e Análise de Projetos, Gestão de Pessoas I, Gestão Socioambiental, Introdução ao Direito; e quatro disciplinas optativas: Tópicos Especiais I- Administração da Produção e Operações; Tópicos Especiais V- Inovação; Tópicos Especiais VI - Desenvolvimento Regional; e Tópicos Especiais XI- Educação Ambiental.

Ao contrário do “campus A”, as disciplinas optativas de Tópicos Especiais Interdisciplinares apresentam no PPC as ementas, o que possibilitou a análise dos conteúdos ofertados, assim as disciplinas optativas foram consideradas na análise.

Desse modo, observou-se na análise que o curso de Administração do “campus B” envolve as questões socioambientais principalmente através das temáticas de responsabilidade e gerenciamento socioambiental, marketing verde e consumo consciente, impactos ambientais, organização e natureza, inovação socioambiental e educação ambiental.

4.1.3 Campus C

O projeto pedagógico do “campus C” apresenta um total de 55 disciplinas, sendo 45 obrigatórias ofertadas ao longo de oito semestres e 10 disciplinas optativas, que o acadêmico poderá cursar para integralizar o curso de Administração.

Ao buscar no ementário temas que abordassem a sustentabilidade, identificou-se duas disciplinas: “Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável”, disciplina obrigatória ministrada no 3º semestre do curso; e “Administração aplicada à Pecuária”, disciplina optativa. As disciplinas identificadas representam somente 3,64% de todo currículo, assim nota-se a pouca inserção da temática de forma transversal e prática interdisciplinar, em contrapartida os conteúdos encontram-se de forma concentrada em disciplina específica.

A disciplina de Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável tem relação direta com a temática pesquisada, além da gestão ambiental empresarial, a disciplina aborda a questão sustentável trazendo seu histórico, conceito, responsabilidade e a educação. Especificamente, a ementa descreve como conteúdos: histórico do pensamento sustentável, tripé da sustentabilidade, gestão socioambiental em instituições públicas e privadas, compras públicas sustentáveis, responsabilidade social, educação ambiental e educação para a sustentabilidade.

Já a optativa “Administração aplicada à Pecuária” possui foco nas ações do administrador dentro de uma empresa pecuária, no entanto, a disciplina teve o cuidado de abordar a temática com o conteúdo presente na ementa como “sustentabilidade dos sistemas de produção (produção x conservação sobre a ótica do administrador).”

4.1.4 Campus D

Ao todo o curso de Administração do “campus D” é composto por 44 disciplinas, incluindo as Atividades Complementares e Trabalho de Conclusão de Curso. Destas, 35 são disciplinas obrigatórias com conteúdo de formação básica, formação profissional, formação complementar obrigatória e conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias; e 9 disciplinas optativas de livre escolha do aluno.

Ao analisar o ementário do PPC foram identificadas 13 disciplinas com assuntos de sustentabilidade, correspondendo 29,55% de disciplinas do currículo. Outro ponto importante é que 12 disciplinas são de formação obrigatória e somente 1 no rol das optativas. Ressaltando que não foi possível realizar a análise de todas as disciplinas optativas, pois os “Tópicos Especiais Interdisciplinares” não trazem a descrição das ementas.

As disciplinas encontradas foram: Administração de Materiais e Logística; Administração de Produção e Operações I; Administração de Produção e Operações II;

Administração Empreendedora; Administração Mercadológica I; Administração Mercadológica II; Educação Ambiental; Elaboração e Análise de Projetos; Filosofia e Ética Profissional; Gestão Ambiental e Responsabilidade Social; Gestão do Agronegócios; Introdução ao Direito e Introdução às Ciências Sociais e Políticas.

Entre os temas encontrados nos ementários, curiosamente, observa-se que no “campus D” das 13 disciplinas, o tema “educação ambiental” é mencionado em 9 ementas, além da disciplina específica, ofertada no curso como optativa. De acordo com a DCNEA, a regra geral é que a EA deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar, mediante a inserção de temas relacionados com o meio ambiente e à sustentabilidade, mas faculta aos cursos de graduação a criação de componente curricular específico.

No entanto, ao contrário da orientação dada na DCNEA de abordar temas inerentes ao meio ambiente e sustentabilidade, nota-se que a interdisciplinaridade é desenvolvida de uma maneira vaga por meio da inserção do tema “educação ambiental” na ementa de diversas disciplinas, como por exemplo: “Introdução ao planejamento e controle da produção e educação ambiental”; “Política de comunicação integrada de marketing e a educação ambiental”; “Projetos no contexto da educação ambiental e direitos humanos”. Desse modo, não é possível analisar com maior profundidade quais assuntos da educação ambiental serão discutidos durante as aulas.

Já na disciplina específica, Educação ambiental, os conteúdos abordados são: meio ambiente; ecologia; poluição ambiental; impactos ambientais; desafios da educação ambiental; implementação da educação ambiental; a transversalidade da educação ambiental; projetos de educação ambiental; elaboração e apresentação de projetos de educação ambiental.

4.1.5 Campus E

O curso de Administração do “campus E” consta 43 disciplinas no total, que somam uma carga horária de 3.000 horas, divididos em 35 disciplinas obrigatórias e 8 disciplinas optativas, das quais se deve cumprir uma carga horária de 204 horas.

Ao verificar o ementário, 4 disciplinas apresentaram conteúdos relacionados a sustentabilidade, representando 9,30% das disciplinas do currículo. Das quais, duas são obrigatórias e duas optativas, respectivamente: Administração da Produção I; Introdução ao Direito; Gestão de Projetos e Gestão Ambiental.

Os conteúdos abordados pelas disciplinas envolvem principalmente as questões ambientais e sustentáveis, os quais são: “Meio ambiente e gestão ambiental”; “Políticas

públicas ambientais”; “Gestão ambiental empresarial”; “Sistemas de gestão ambiental”; “Auditorias ambientais”; “Relatórios ambientais”; “Estudo de Impacto Ambiental”; “Produção e o meio ambiente”; “Sustentabilidade de projetos”, e; “A relação da empresa com os recursos naturais: noções de direito ambiental”.

Na análise identificou-se também o conteúdo “Ecologia organizacional”, ministrado na disciplina de Teoria das Organizações, porém verificou-se que o conteúdo não tem ligação com os assuntos socioambientais, uma vez que a disciplina explica os fenômenos organizacionais, principalmente as entradas e saídas em determinados ramos de negócios, utilizando o meio ambiente como metáfora. Em razão disto, o conteúdo e a disciplina não foram considerados como conteúdos que abordam a sustentabilidade.

4.1.6 Campus F

No curso de Administração do “campus F” os componentes disciplinares estão organizados e agrupados em dois grupos: componente curricular disciplinar, que envolve conteúdos de formação básica, de formação profissional, de estudos quantitativos e suas tecnologias, de formação complementar, de dimensões práticas e as optativas; e componente curricular não-disciplinar, que envolve as atividades de extensão, atividades complementares e trabalho de conclusão de curso I e II.

Ao todo são 54 disciplinas, 40 obrigatórias e 14 optativas. Com a análise da ementa curricular desse curso, pôde-se verificar 4 disciplinas que abordam a sustentabilidade, correspondendo 7,41% das disciplinas do currículo. Das quatro, somente uma é disciplina obrigatória e está diretamente ligada à temática, denominada “Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável”, ofertada no terceiro semestre aos acadêmicos.

Essa disciplina trabalha conteúdos como o histórico do pensamento sustentável; tripé da sustentabilidade; gestão socioambiental em instituições públicas e privadas; compras públicas sustentáveis; a problemática dos resíduos sólidos; responsabilidade social; educação ambiental e educação para a sustentabilidade.

As disciplinas optativas também apresentam relação direta com as questões socioambientais, porém ficam a critério do aluno cursar tais disciplinas: “Educação Ambiental” e “Tópicos Avançados em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável”, optativa que trabalha de forma mais profunda a sustentabilidade, buscando proporcionar uma ampliação da visão sobre gestão ambiental e desenvolvimento sustentável de forma que o acadêmico seja

capaz de elaborar e implantar estratégias organizacionais que resultem em desempenhos superiores.

E por fim, a disciplina optativa “Sociologia Rural” apresenta relação por meio da transversalidade, mediante tema relacionado com o meio ambiente em sua ementa, abordando a questão do campo e sua relação com o meio ambiente e turismo rural.

4.1.7 Campus G

O curso de Administração do “campus G” apresenta em sua estrutura curricular um total de 71 disciplinas, incluindo as disciplinas optativas, atividades complementares, estágio obrigatório e trabalho de conclusão de curso. Destas, 38 são disciplinas obrigatórias e 33 optativas, no qual o acadêmico deverá cursar no mínimo 272 horas-aula.

Ao buscar conteúdos com assuntos de sustentabilidade no ementário do curso, constata-se que 7 disciplinas trabalham com a temática, porém somente uma disciplina é obrigatória, “Gestão de Projetos”, que trata em um dos seus tópicos sobre as áreas de conhecimento envolvidas na gestão de projetos: integração, escopo, tempo, custo, qualidade, recursos humanos, comunicação, riscos, aquisições, sustentabilidade.

Dentre as disciplinas optativas, uma tem relação direta com a questão socioambiental, “Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa”, trabalhando conteúdos como gestão ambiental: elementos históricos e impactos ambientais, sustentabilidade em operações, tecnologia e meio ambiente, normas internacionais e sistemas de gestão ambiental; responsabilidade social: elementos históricos e conceitos, teoria das partes interessadas (stakeholders), normas internacionais e sistemas de gestão social, benefícios da adoção de práticas da responsabilidade social, comunicação: relatórios ambientais e sociais.

As outras disciplinas optativas que desenvolvem a temática em seus conteúdos são: “Agronegócios II”, que trata em dos seus tópicos sobre a agricultura familiar e desenvolvimento sustentável; “Sistemas Integrados de Gestão I”, que traz sobre o sistema de gestão ambiental (ABNT NBR ISO 14001); “Sistemas Integrados de Gestão II”, que aborda a gestão ambiental, responsabilidade social e sustentabilidade; e, “Economia e Negócios do Turismo”, que trata sobre o desenvolvimento e turismo sustentável.

No geral, somente 9,86% do currículo do curso de Administração do “campus G” insere conhecimentos concernentes à EA, sendo a maioria das disciplinas ofertadas como optativas, portanto cabe ao acadêmico a decisão de cursar e ter o interesse no aprendizado das questões sustentáveis na sua formação como administrador.

4.1.8 Campus H

O projeto pedagógico do curso de Administração do “campus H” conta com 48 disciplinas no currículo, composto por 31 disciplinas obrigatórias e 17 optativas, dos quais oferta-se “Estudo de Libras”, “Educação das Relações Étnico-Raciais” e “Tópicos Especiais Interdisciplinares de I a XV”, cuja ementa não é disponibilizado no PPC.

Assim, na análise das ementas do currículo os Tópicos Especiais Interdisciplinares não foram considerados, resultando em somente 1 disciplina que aborda formalmente a questão ambiental, representando 2,08% do currículo. O índice alerta para a pouca importância dada ao ensino da sustentabilidade no curso do “campus H”, sendo encontrada na disciplina obrigatória “Introdução ao Direito”, no tópico de Direito Ambiental.

4.1.9 Análise de todos os Campus

Após a análise individual de cada projeto pedagógico dos cursos de graduação em Administração dos campus da UFMS, o Quadro 9 mostra um panorama geral das disciplinas e ementas encontradas que contem temas conforme o DCNEA, considerando a dimensão ambiental e as questões socioambientais em seus conteúdos.

Quadro 9- Disciplinas que desenvolvem conteúdos relacionados com a Sustentabilidade

(continua)

| Campus UFMS | Disciplina | Ementa |
|-------------|--|---|
| A | Administração Mercadológica I | Responsabilidade social, ética nos negócios e o desenvolvimento autossustentado. |
| | Antropologia | Natureza e Cultura |
| | Direito Aplicado a Administração | A relação da empresa com os recursos naturais: noções de direito ambiental. |
| | Gestão Socioambiental | Gestão ambiental e responsabilidade social nas organizações. Modelo de gestão ambiental e de responsabilidade social. Práticas socioambientais estratégicas. Legislação pertinente. Projetos socioambientais. |
| B | Administração Mercadológica II | Marketing verde. |
| | Administração de Materiais e Logística | Logística reversa- descartes na empresa e programas ambientais |
| | Direito Empresarial | As orientações jurídicas sobre o papel da empresa e o Meio Ambiente. |
| | Empreendedorismo | Empreendedorismo e seus impactos ambientais. |
| | Gestão de Agronegócios | Impactos Ambientais associados ao agronegócio. |

(continuação)

| Campus UFMS | Disciplina | Ementa |
|--------------------|---|---|
| B | Gestão de Pessoas I | Cultura Organizacional e Meio Ambiente |
| | Elaboração e Análise de Projetos | Técnicas Ambientais envolvidas na Elaboração e Análise de Projetos |
| | Gestão Socioambiental | Evolução do pensamento socioambiental. Definições e contextos de Responsabilidade socioambiental das Empresas. Inovação socioambiental empresarial. Consumo consciente. Avaliação da performance ambiental e social. Certificações e rotulagem ambientais e sociais. |
| | Introdução ao Direito | A relação da empresa com os recursos naturais |
| | Tópicos Especiais I - Administração da Produção e Operações | A série ISO 9000 e ISO 14000 |
| | Tópicos Especiais V- Inovação | Sustentabilidade ambiental Inovação sustentável e sustentabilidade da inovação. |
| | Tópicos Especiais VI - Desenvolvimento Regional | Estudos de impactos ambientais resultante do desenvolvimento urbano e de cadeiras produtivas locais |
| | Tópicos Especiais XI- Educação Ambiental | Princípios ecológicos da educação ambiental. Princípios metodológicos da educação ambiental. Fundamentos teórico-metodológicos da educação ambiental. Desenvolvimento socioeconômico, política e meio ambiente. Educação ambiental e cidadania. Educação ambiental na educação formal e no âmbito informal. Práticas de educação ambiental. |
| C | Administração Aplicada à Pecuária | Sustentabilidade dos sistemas de produção (produção x conservação sobre a ótica do administrador) |
| | Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável | Histórico do pensamento sustentável. Tripé da sustentabilidade. Gestão socioambiental em instituições públicas e privadas. Compras públicas sustentáveis. Responsabilidade social. Educação ambiental e educação para a sustentabilidade |
| D | Administração de Materiais e Logística | Tecnologias da informação e comunicação na gestão de materiais e logística, respeitando os direitos humanos e ambientais. |
| | Administração de Produção e Operações I | Introdução ao Planejamento e Controle da Produção e educação ambiental. |
| | Administração de Produção e Operações II | Gestão de Qualidade na Produção pesquisa operacional e educação ambiental no processo produtivo |
| | Administração Empreendedora | A importância do empreendedorismo e da educação ambiental |
| | Administração Mercadológica I | Responsabilidade social e ética nos negócios: direitos humanos e educação ambiental. |
| | Administração Mercadológica II | Política de comunicação integrada de marketing, e a educação ambiental. |
| | Educação Ambiental | Meio ambiente. Ecologia. Poluição ambiental. Impactos Ambientais. Desafios da educação ambiental. Implementação da educação ambiental. A transversalidade da educação ambiental. Projetos de educação ambiental. Elaboração e apresentação de projetos de educação ambiental. |

(continuação)

| Campus UFMS | Disciplina | Ementa |
|--------------------|---|--|
| D | Elaboração e Análise de Projetos | Projetos no contexto da educação ambiental e direitos humanos. |
| | Filosofia e Ética Profissional | A ética e as políticas de educação ambiental nas empresas. |
| | Gestão Ambiental e Responsabilidade Social | As Relações do homem com os recursos naturais em uma perspectiva histórica. Os aspectos conceituais da Gestão Ambiental e Gerencial. Riscos Ambientais e Sociais e o papel ambiental e social. Políticas de educação ambiental. |
| | Gestão do Agronegócios | Gestão ambiental e de desenvolvimento sustentável. |
| | Introdução ao Direito | A relação da empresa com os recursos naturais. |
| | Introdução às Ciências Sociais e Políticas | Educação ambiental e a sociedade |
| E | Gestão Ambiental | Meio ambiente e gestão ambiental. Gestão ambiental global e regional. Políticas públicas ambientais. Gestão ambiental empresarial. Sistemas de gestão ambiental. Auditorias ambientais. Relatórios ambientais. Estudo de Impacto Ambiental. |
| | Administração da Produção I | Produção e o meio ambiente |
| | Gestão de Projetos | Sustentabilidade de projetos |
| | Introdução ao Direito | A relação da empresa com os recursos naturais: noções de direito ambiental |
| F | Educação Ambiental | Princípios éticos e filosóficos na relação entre sociedade e natureza. O surgimento das preocupações ambientais. A Educação Ambiental e formação da cidadania. Racionalização do uso do patrimônio natural no contexto do desenvolvimento sócio econômico. Contribuições da Educação Ambiental para a saúde e o bem-estar do homem. A Legislação Ambiental no Brasil. A formação profissional e docente em Educação Ambiental. |
| | Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável | Histórico do pensamento sustentável. Tripé da sustentabilidade. Gestão socioambiental em instituições públicas e privadas. Compras públicas sustentáveis. A problemática dos resíduos sólidos. Responsabilidade social. Educação ambiental e educação para a sustentabilidade. |
| | Sociologia Rural | O campo e sua relação com o meio ambiente e turismo rural. |
| | Tópicos Avançados em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável | Proporcionar uma ampliação da visão sobre gestão ambiental e desenvolvimento sustentável de forma que o acadêmico seja capaz de elaborar e implantar estratégias organizacionais que resultem em desempenhos superiores. |
| G | Gestão de Projetos | Áreas de conhecimento envolvidas na Gestão de Projetos: integração, escopo, tempo, custo, qualidade, recursos humanos, comunicação, riscos, aquisições, sustentabilidade. |
| | Agronegócios I | Agronegócios: gestão, inovação e sustentabilidade |
| | Agronegócios II | Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável |
| | Economia e Negócios do Turismo | Desenvolvimento e turismo sustentável |

(conclusão)

| Campus UFMS | Disciplina | Ementa |
|-------------|--|--|
| G | Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa | Gestão Ambiental: elementos históricos e impactos ambientais. Sustentabilidade em Operações, Tecnologia e meio ambiente. Normas internacionais e sistemas de gestão ambiental. Responsabilidade Social: elementos históricos e conceitos. Teoria das partes interessadas (stakeholders). Normas internacionais e sistemas de gestão social. Benefícios da adoção de práticas da Responsabilidade Social. Comunicação: relatórios ambientais e sociais. |
| | Sistemas Integrados de Gestão I | Sistema de Gestão ambiental (ABNT NBR ISO 14001). |
| | Sistemas Integrados de Gestão II | Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade |
| H | Introdução ao Direito | Direito Ambiental |

Fonte: Elaborada pela autora com base nos Projetos Pedagógicos vigentes dos cursos e nos Planos de Ensino

Depois de identificar quais as disciplinas de cada campus tratam de assuntos relacionados à temática em questão, houve a necessidade de analisar descritivamente o quantitativo destas disciplinas, considerando que as quantidades de disciplinas oferecidas pelos cursos no PPC variam muito entre si, de 43 a 85 disciplinas nas ementas. Dessa forma, a Tabela 1 relaciona o número de disciplinas constantes na ementa de cada curso e o número de disciplina que desenvolvem conteúdos relacionados com a sustentabilidade.

Tabela 1- Quantitativo de disciplinas nos Cursos de Administração da UFMS

| Campus | Nº disciplinas | Nº disciplinas com assuntos de Sustentabilidade | % |
|--------------|----------------|---|--------------|
| A | 85 | 4 | 4,71 |
| B | 47 | 13 | 27,66 |
| C | 55 | 2 | 3,64 |
| D | 44 | 13 | 29,55 |
| E | 43 | 4 | 9,30 |
| F | 54 | 4 | 7,41 |
| G | 71 | 7 | 9,86 |
| H | 48 | 1 | 2,08 |
| Média | 55,88 | 6 | 11,77 |

Fonte: Elaborada pela autora com base nos Projetos Pedagógicos vigentes dos cursos

A análise também se atentou em verificar se a disciplina identificada é conteúdo de formação obrigatória ou optativa aos acadêmicos, a Tabela 2 reuni os dados da análise individual dos campus e apresenta essa classificação.

Tabela 2- Disciplinas obrigatórias e optativas

| Campus | Nº disciplinas com assuntos de Sustentabilidade | Nº disciplinas obrigatória | Nº disciplinas optativa |
|---------------|--|-----------------------------------|--------------------------------|
| A | 4 | 4 | - |
| B | 13 | 9 | 4 |
| C | 2 | 1 | 1 |
| D | 13 | 12 | 1 |
| E | 4 | 2 | 2 |
| F | 4 | 1 | 3 |
| G | 7 | 1 | 6 |
| H | 1 | 1 | - |
| Total | 48 | 31 | 17 |

Fonte: Elaborada pela autora com base nos Projetos Pedagógicos vigentes dos cursos

Assim nota-se, por meio da Tabela 1 que a média de disciplinas com conteúdo de sustentabilidade nos cursos de Administração da UFMS é de somente 11,77%. No entanto, apesar do número de disciplinas ofertadas com conteúdo de sustentabilidade ser baixa, através da Tabela 2 pode-se observar que todos os acadêmicos terão contato no mínimo com uma disciplina obrigatória que aborda o conteúdo em questão.

Destaca-se, o campus D com 12 disciplinas obrigatórias, seguida pelo campus B, com 9 disciplinas de formação obrigatória com assuntos de sustentabilidade, em contrapartida com os campus C, F, G e H com somente 1 disciplina obrigatória. Ressalta o fato também que as disciplinas optativas não atingem todo o corpo discente, uma vez que podem ser cursadas à livre escolha do aluno, uma vez previstas no currículo do curso.

Na intenção de averiguar com maior profundidade as disciplinas que realmente abordam a sustentabilidade em seu conteúdo, houve a necessidade de realizar a leitura dos Planos de Ensino, os quais abrangem além da ementa, o programa da disciplina.

4.2 Análise dos Planos de Ensino

O segundo documento analisado foram os Planos de Ensino, especificamente os tópicos dos objetivos e dos programas das disciplinas, com a finalidade de tornar claro e compreensível como as disciplinas ensinam e relacionam as questões socioambientais em seus conteúdos. Tais planos variam conforme semestre e docente que estará ministrando a aula,

desse modo restringiu-se a análise as disciplinas ofertadas durante o primeiro e o segundo semestre de 2017.

Ao todo foram coletados 106 planos de ensino dos cursos de Administração disponibilizados pelos coordenadores e secretarias acadêmicas, com exceção de três campus que não enviaram seus documentos. Desse modo, a análise buscou primeiramente os Planos de Ensino que apresentam nos objetivos da disciplina assuntos relacionados à sustentabilidade. O Quadro 10 apresenta os resultados encontrados por campus da UFMS.

Quadro 10- Objetivos de Disciplinas que abordam a Sustentabilidade

(continua)

| Campus UFMS | Disciplina | Objetivo da Disciplina |
|--------------------|---|--|
| B | Introdução ao Direito | Analisar os princípios do Direito Econômico relacionando Desenvolvimento Sustentável, com Livre Concorrência, Iniciativa Privada. Estudar as normas de proteção ao Consumidor e normas ambientais. |
| | Gestão Socioambiental | Desenvolver a capacidade de exercer atividades de gestão sócio ambiental. Entender a perspectiva histórica da gestão socioambiental. Verificar a relevância dos conceitos de gestão ambiental e do histórico da gestão ambiental empresarial. Obter noções sobre identificação e a avaliação de impactos ambientais. Conhecer as principais normas e rotulagens sócio ambientais adotadas na gestão organizacional. Compreender a importância do consumo consciente. Entender o que são riscos ambientais e sociais associados à gestão organizacional de forma a atenuá-los ou eliminá-los. |
| | Tópicos Especiais VI - Desenvolvimento Regional | Projetar através de cenários os possíveis impactos ambientais em relação a negócios empresariais. |
| F | Filosofia | Contribuir para a formação do profissional Bacharel em Administração, sob a perspectiva formação teórico-empírica, de forma atuar criticamente nas organizações, valorizando o compromisso ético na sua relação com questões científicas e tecnológicas de maneira sustentável, promovendo o desenvolvimento humano, social, político e econômico. |
| | Teorias da Administração e das Organizações II | Refletir sobre os fenômenos organizacionais em suas dimensões histórica, social, econômica, ambiental, política e cultural |

(conclusão)

| Campus UFMS | Disciplina | Objetivo da Disciplina |
|-------------|--|--|
| G | Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa | Apresentar conceitos e casos práticos relacionados à gestão ambiental no contexto das organizações. Discutir tecnologias de gestão inovadoras relacionadas às questões ambientais, visando os aspectos centrais demandados pelas questões ambientais tocante à produtividade que estão sendo exigidos pelas organizações. Apontar e verificar problemas, oportunidades e soluções no âmbito da gestão ambiental nas organizações com o objetivo de promover um desenvolvimento sustentável em suas áreas de atuação. |

Fonte: Elaborada pela autora com base nos Planos de Ensino de 2017.

Observa-se que duas disciplinas do “campus F” não haviam sido consideradas na análise dos Projetos Pedagógicos: “Filosofia” e “Teorias da Administração e das Organizações II”, pois suas ementas não apresentaram formalmente conteúdos relacionados com a temática. No entanto, nos Planos de Ensino foi possível constatar a presença da temática como um dos objetivos destas disciplinas no ano de 2017.

Posteriormente, a análise se concentrou no conteúdo programático das disciplinas nos Planos de Ensino, assim o Quadro 11 evidencia as disciplinas que abordam as questões ambientais e sustentáveis.

Quadro 11- Programas de Disciplina que abordam a Sustentabilidade

(continua)

| Campus UFMS | Disciplina | Programa da Disciplina |
|-------------|--|--|
| B | Administração de Materiais e Logística | - A logística integrada à gestão ambiental - Logística reversa |
| | Introdução ao Direito | - Noções de Direito Ambiental |
| | Elaboração e Análise de Projetos | - Técnicas Ambientais envolvidas na Elaboração e Análise de Projetos |
| | Gestão de Agronegócios | - A Sustentabilidade do Agronegócio |

(conclusão)

| Campus UFMS | Disciplina | Programa da Disciplina |
|-------------|--|---|
| B | Gestão Socioambiental | <ul style="list-style-type: none"> - Histórico das relações antrópicas e seus impactos negativos no meio ambiente - Conceitos de gestão ambiental e histórico da gestão ambiental empresarial - Consumo consciente - Identificação e avaliação de impactos ambientais - Normalização da qualidade ambiental - Rotulagem ambiental - Responsabilidade social: conceitos, características e normalização - Riscos ambientais e sociais |
| | Tópicos Especiais I- Administração da Produção e Operações | <ul style="list-style-type: none"> - ISO9000 - Gerenciamento Ambiental ISO14000 |
| | Tópicos Especiais V- Inovação | <ul style="list-style-type: none"> - Inovação sustentável e sustentabilidade da inovação |
| F | Filosofia | <ul style="list-style-type: none"> - Moral e ética - Filosofia e ética - Ética profissional |
| | Fundamentos da Economia | <ul style="list-style-type: none"> - Recursos naturais - terra. - Desenvolvimento Sustentável e Economia Ambiental |
| | Teorias da Administração e das Organizações II | <ul style="list-style-type: none"> - Ética e responsabilidade social: novos paradigmas - Teorias ambientais: novo institucionalismo e teoria dos custos de transação |
| G | Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa | <ul style="list-style-type: none"> - A evolução histórica da questão ambiental - A tomada de consciência do problema ambiental - O desenvolvimento sustentável como novo paradigma. - As empresas e o meio ambiente - Sustentabilidade em Operações: modelos de gestão ambiental - Sistemas de gestão ambiental e normas internacionais - Responsabilidade Social e Sustentabilidade Empresarial - Normas internacionais e sistemas de gestão social - Benefícios esperados e Comunicação da Responsabilidade Social |
| H | Tópico Especial Interdisciplinar XII | <ul style="list-style-type: none"> - Empreendedorismo: Inovação, cooperação e sustentabilidade: demandas da sociedade e outras tendências |

Fonte: Elaborada pela autora com base nos Planos de Ensino de 2017.

A partir do Quadro 11 nota-se que as disciplinas “Administração de Materiais e Logística”, “Introdução ao Direito”, “Elaboração e Análise de Projetos”, “Gestão de Agronegócios”, “Tópicos Especiais I- Administração da Produção e Operações”, “Tópicos

Especiais V- Inovação” e “Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa” apresentam em seu conteúdo assuntos relacionados a temática assim como em suas ementas.

Destaca-se três disciplinas do “campus F” que apresentam conteúdos que abordam as questões socioambientais em seu programa, mas não estão explícitos na ementa: Filosofia, Fundamentos da Economia e Teorias da Administração e das Organizações II. Isso pode ocorrer pois o conteúdo programático não é tão sucinto quanto a ementa em relação aos assuntos e temas abordados. De acordo com a Resolução nº 269/2013, Cograd/UFMS, o art. 3º define ementa sendo uma síntese do conteúdo programático de uma disciplina.

Outro ponto importante é o fato da “Ética”, programa de disciplina de Filosofia, ser considerado como tema relacionado a sustentabilidade. Foi possível a análise a partir do momento em que um dos objetivos da disciplina ter descrito o compromisso ético na sua relação com questões científicas e tecnológicas de maneira sustentável, promovendo o desenvolvimento humano, social, político e econômico.

Já a disciplina de Tópico Especial Interdisciplinar XII do “campus H” foi ofertado no primeiro semestre de 2017, e não constava a descrição da ementa no PPC, assim foi possível a identificação de conteúdo somente com a disponibilização do Plano de Ensino.

4.3 Análise das Entrevistas

As entrevistas foram realizadas durante o mês de março de 2018, por meio de entrevistas pessoais, por ligação de vídeo e por telefonemas no modo viva-voz com os Coordenadores de Curso de Administração ou com o docente por eles indicados, totalizando oito entrevistados referente aos oito campus que ofertam o curso na UFMS. Todos os participantes permitiram a gravação da conversa para fins de pesquisa, sendo resguardados pelo TCLE. A análise das entrevistas é apresentada em duas partes: a compreensão da temática pela visão dos entrevistados, feita por meio das perguntas abertas e segundo, o estágio em que cada curso se encontra em relação ao ensino da temática, por meio da Metodologia AISHE.

4.3.1 Compreensão da temática pela visão dos entrevistados

Segundo Labuschagne e Brent (2005) existem mais de cem definições de sustentabilidade e DS, pois ainda não há um consenso em termos de conceptualização, variando conforme as perspectivas, contexto e campo de atuações. Nesse sentido, visando conhecer as

opiniões e compreensão a respeito de sustentabilidade dos entrevistados foi questionado o que significava o termo sustentabilidade no entendimento dos mesmos.

Seis deles entendem que a sustentabilidade é o conjunto de equilíbrio das três dimensões- social, ambiental e econômica, conhecido como Triple Bottom Line, modelo e definição desenvolvido por Elkington (1994). Complementando a resposta, o entrevistado C atribui sustentabilidade a uma “perspectiva de longo prazo, ou seja, até o ponto que a prática sustenta por si só”. Enquanto G e H complementaram a definição de sustentabilidade com o viés de preocupação com a geração futura, como alternativa para garantir a sobrevivência, em consonância com a definição clássica da CMMAD.

Diferentemente, o respondente A compreende por sustentabilidade como “o compromisso em desenvolver ações que tenham uma fundamentação ética, social, ter um retorno positivo a sociedade” e, para o respondente E “sustentabilidade tem dois sentidos, dentro de uma questão ambiental, de gestão sustentável do curso e na questão de ensino, a sustentabilidade vem da efetivação do curso, ter o curso aberto e funcionando com produtividade dos alunos e o próprio trabalho com os alunos”.

Nota-se que o E trouxe sua perspectiva sobre a temática em relação a gestão do curso, corroborando com a ideia, os respondentes B, D, F e G também incluíram em suas respostas uma perspectiva da sustentabilidade dentro do curso de Administração, preocupando-se com questão de produção, minimização dos impactos ambientais e sociais.

[...] “trazendo isso para minha área, de administração significa buscar resolver os impactos negativos no meio ambiente, das atividades na produção de bens e prestação de serviços, utilizando por exemplo energias renováveis, redução na fonte de emissão de resíduos, sempre repensando e melhorando a relação com o meio ambiente e sociedade, incluindo os processos, porque a organização é um ambiente de processos, buscando melhorar relação com as pessoas que estão vinculadas direto ou indiretamente na cadeia produtiva como um todo, sempre com a ideia de reduzir os impactos negativos buscando no presente um futuro melhor” [...].

Tais dados permitem analisar as similaridades na compreensão pelo termo sustentabilidade, assim como exposto anteriormente, não há uma definição concreta ou unicamente correta, mas percebe-se que o termo é relacionado as questões ambientais, sociais, econômicas e ética, bem como sua contribuição para formação dos administradores.

Uma segunda pergunta foi realizada com intuito de compreender as possíveis barreiras, se houvesse, que impedem o curso em desenvolver iniciativas de sustentabilidade no ensino.

Cinco dos oito entrevistados afirmaram que não há barreiras impeditivas em seus cursos para se abordar a temática nas aulas. O respondente G foi enfático em sua resposta: “Não acho que tenha barreiras, tanto que foi criado mais disciplinas que envolvem o tema sustentabilidade”. Para D, em seu ponto de vista também não há mais barreiras:

“Hoje as empresas já estão batendo muito em cima dessa questão da sustentabilidade, a preocupação, as discussões, então no campus já tem discutido muito sobre sustentabilidade, de ISO. Então aqui na região, mesmo sendo uma cidade pequena, já tem uma conscientização maior sobre isso, até pelo cenário de produtividade, de preocupação com reserva legal, com meio ambiente, áreas de erosão”.

No entanto, na visão do E, F e H há fatores que dificultam o ensino da sustentabilidade, mas não os consideram como barreiras. Portanto, entre as respostas citadas levantou-se as seguintes questões: falta de interesse e iniciativa dos docentes; falta de conhecimento sobre a temática; e, sobrecarga de atividades dos docentes.

Quatro entrevistados citaram o problema da falta de interesse e iniciativa do corpo docente em trabalhar essa temática com mais efetividade dentro do curso. Tal atitude foi justificada pelo respondente H que afirmou que “cada professor tem sua linha de pesquisa, e acaba puxando exemplos que estão mais acostumados, mas nada impede que tenha assuntos relacionados a sustentabilidade”. De acordo com o respondente C, o ensino da temática está focado mais na disciplina e eventualmente, a iniciativa de um professor ou outro de comentar ou colocar no plano de ensino.

Em relação a falta de iniciativa, o respondente B citou a estabilidade do serviço público como um fator que impedem os docentes a buscar conteúdos novos e atuais como a sustentabilidade, não há iniciativa de se atualizarem pois “acabam fazendo o mínimo necessário, a lei do esforço mínimo, o básico, o que é obrigado. Algumas pessoas acabam parando no tempo, e não buscam se atualizar para que o ensino seja melhor, não fazem esforços para fazer mais”.

Outra questão levantada diz respeito a falta de conhecimento do tema, a falta de domínio suficiente para se abordar sustentabilidade nas disciplinas, pois para o respondente E “falta conhecimento do tema para que a gente direcione o foco para a questão da sustentabilidade. Porque os professores são livres para trabalhar o PPC e direcionar para onde achar que seria a melhor opção”.

E por último, a questão de excesso de atividades dos docentes, além do ensino, há os projetos de extensão e pesquisa. A formalização da educação ambiental no ensino, obriga os docentes a envolver o assunto em suas aulas, e pode representar uma sobrecarga de suas atividades. O respondente C ressaltou ainda que a obrigação pode resultar numa abordagem superficial e sem aprofundamento, valendo-se de valores e ponto de vista individuais da maneira como o ser humano lida com a sociedade e o meio ambiente.

Dessa forma, percebe-se que não há barreiras nos cursos de graduação em Administração da UFMS que impedem a inserção da sustentabilidade no ensino, mas dificuldades relacionadas ao próprio corpo docente, pois o curso repassa aos docentes a decisão e iniciativa de inserirem a temática dentro das disciplinas, seja formalmente ou informalmente.

4.3.2 Avaliação da sustentabilidade – Metodologia AISHE

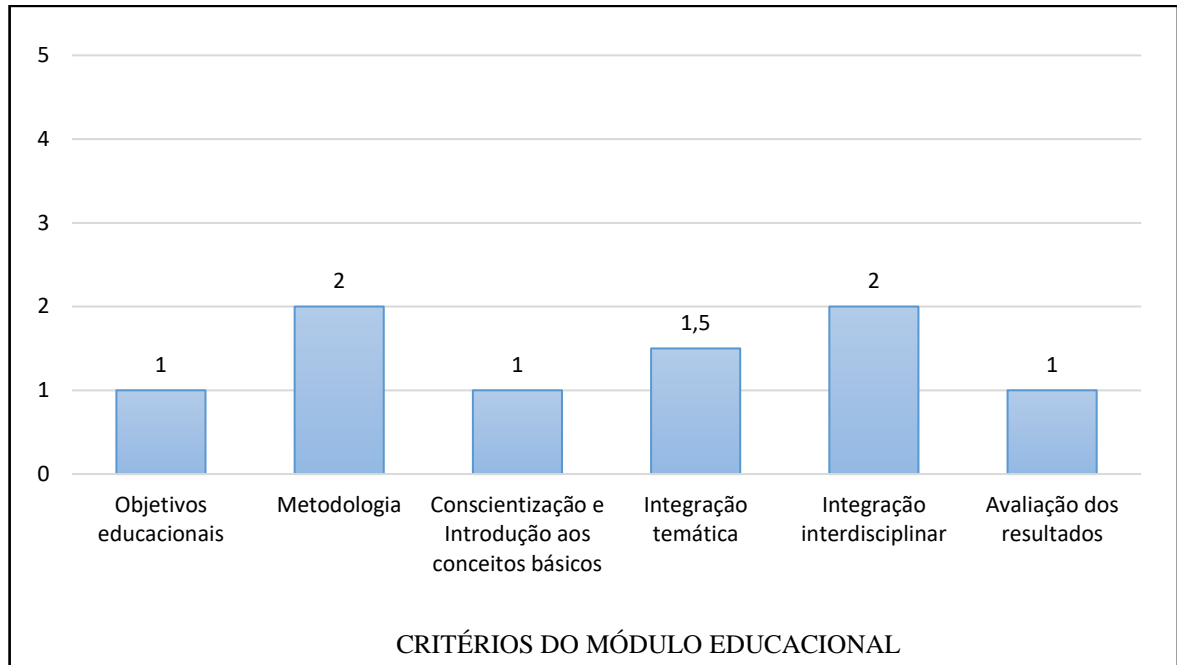
Após as perguntas abertas, os entrevistados responderam a um roteiro de seis perguntas elaborado por Roorda et al. (2009) com objetivo de diagnosticar o estágio dos cursos de graduação da UFMS em relação à sustentabilidade no ensino, através da utilização de indicadores de sustentabilidade. De acordo com a resposta dos entrevistados, o curso poderia se enquadrar em um dos seis estágios apresentados, conforme a metodologia do AISHE.

O Quadro 12 apresenta o resultado do nível de sustentabilidade atribuído a cada um dos critérios conforme as respostas dos coordenadores ou docentes em relação a situação atual dos seus cursos. Apresenta-se ainda, a análise das medianas dos cursos, dos critérios e do módulo Educacional do AISHE. Após a análise, na sequência a Figura 6 apresenta separado os resultados das medianas dos cursos e a Figura 7, a mediana dos critérios avaliados do Módulo Educacional.

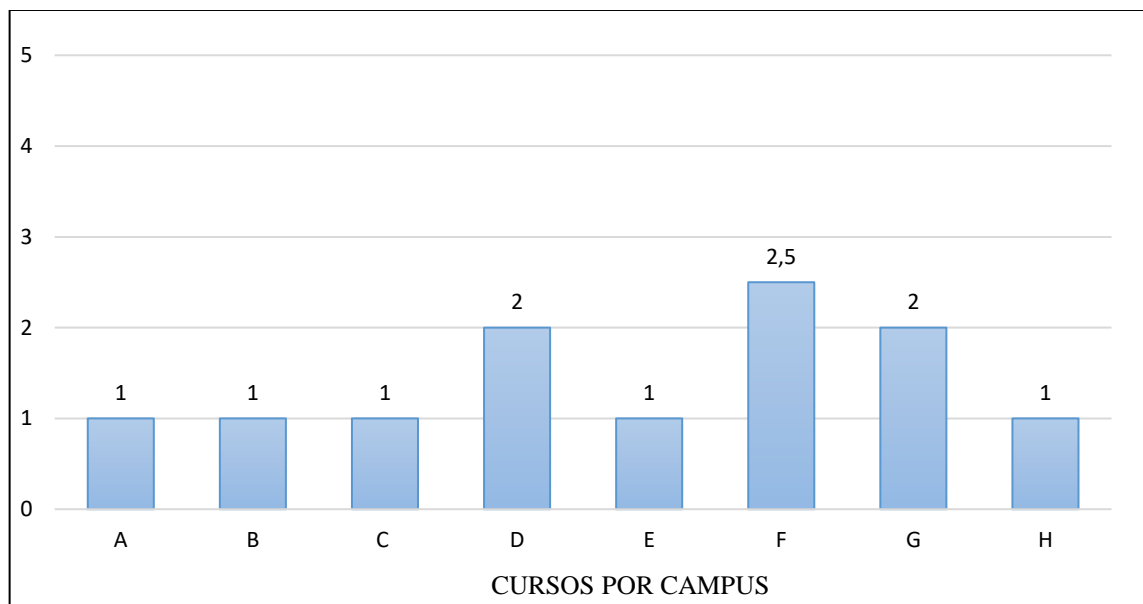
Quadro 12- Resultado dos cursos de graduação em Administração segundo o AISHE

| AISHE Auditing Instrument for Sustainability in Higher Education | | | Curso de Graduação em Administração | | | | | | | | Mediana | |
|---|--------------------|--|-------------------------------------|---|---|---|---|-----|---|---|----------|--------|
| | | | Campus da UFMS | | | | | | | | | |
| | | | A | B | C | D | E | F | G | H | | |
| | Módulo | Critérios | Nível de Sustentabilidade | | | | | | | | Critério | Módulo |
| Planejar | EDUCACIONAL | Objetivos educacionais | 1 | 1 | 1 | 2 | 1 | 3 | 1 | 1 | 1 | 1,25 |
| | | Metodologia | 1 | 2 | 1 | 3 | 2 | 5 | 2 | 1 | 2 | |
| Fazer | | Conscientização e Introdução aos conceitos básicos | 0 | 1 | 2 | 1 | 0 | 2 | 2 | 0 | 1 | |
| | | Integração temática | 2 | 1 | 1 | 2 | 1 | 3 | 3 | 1 | 1,5 | |
| | | Integração interdisciplinar | 4 | 1 | 0 | 3 | 0 | 2 | 2 | 2 | 2 | |
| Verificar | | Avaliação dos resultados | 1 | 2 | 2 | 1 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | |
| Mediana dos Cursos | | | 1 | 1 | 1 | 2 | 1 | 2,5 | 2 | 1 | | |

Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 6- Mediana dos Critérios do Módulo Educacional

Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 7- Mediana dos cursos de Administração

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme o Quadro 12, o critério Objetivos Educacionais atingiu a mediana 1, o que demonstra que o perfil do egresso almejado nos cursos de Administração da UFMS apresenta alguns aspectos relacionados à sustentabilidade, mas essa caracterização do perfil ainda não é mencionada de uma forma explícita no PPC. Analisando individualmente os cursos, destaca-se o campus F que atingiu o Estágio 3, indicando que a sustentabilidade é abordada formalmente no perfil desejado do egresso e através do ensino da temática o curso contribui para o desenvolvimento sustentável no nível de melhoramentos e adaptações.

O critério Metodologia apresentou nível de sustentabilidade 2, um dos critérios que foi melhor pontuado na mediana dos cursos. De uma maneira geral, isto demonstra que em muitas disciplinas, não em todas, já são adotadas metodologias que estimulam o aprendizado ativo, reflexivo e voltado para a inovação, o que possibilita os acadêmicos a adquirirem uma variedade de habilidades, conhecimento e atitudes que a sustentabilidade demanda.

O destaque neste critério novamente é o campus F que apresentou a pontuação máxima atingindo o Estágio 5 onde representantes da sociedade contribuem significativamente para a implementação do aprendizado. De acordo com o entrevistado, o campus F recebe visitas de acadêmicos de outras IES, possibilitando uma imersão e troca de conhecimentos, além de adotarem uma série de metodologia com intuito de serem mais reflexivas e práticas, que vão desde teatro a visitas em empresas e agências como a Green Farm, um dos modelos de desenvolvimento de venda de crédito de carbono no Brasil.

Em relação a Conscientização e Introdução aos Conceitos Básicos, na mediana os cursos se enquadraram no Estágio 1, que significa que os conceitos básicos de sustentabilidade são estudados no início do curso seja como um tema isolado ou integrado em um conteúdo de disciplina. No entanto, na análise individual verificou-se que em três campus, os cursos se encontram no estágio 0, ou seja, a introdução do conceito não é abordado ou não é ministrado logo no início do curso de Administração.

O critério Integração Temática atingiu a mediana de 1,5, que representa que ao longo do currículo temas relacionados a sustentabilidade são tratadas e em sua maioria possuem uma forte relação com a disciplina, porém nem sempre são abordadas de forma organizada ou sistemática no curso, como no caso do campus H, que segundo entrevistado a temática é estudada como parte do currículo, mas não constante no PPC:

“A sustentabilidade entra em alguns subtópicos de algumas disciplinas, mas não de forma organizada. Acaba sendo mais uma iniciativa do professor de abordar o assunto,

mesmo que não esteja planejado, pois é um tema que é relevante, tem que ser discutido, é relevante para o consumidor, para o mercado de maneira geral, que acaba sendo abordado”.

O critério Integração Interdisciplinar apresentou o Estágio 2 na mediana, demonstrando que os cursos prezam a conectividade e integração do ensino da sustentabilidade com as várias disciplinas ministradas aos acadêmicos, porém não de uma forma cuidadosamente planejada. Apesar do critério ter atingido o nível 2, dois cursos se enquadraram no estágio 0, pois a integração interdisciplinar não se aplica no currículo como objetivos explícitos do processo de aprendizagem.

Em contrapartida, o campus A se encontra no estágio 4, onde as atividades práticas foram organizadas de forma que a conectividade e a complexidade sejam praticadas em um contexto interdisciplinar. De acordo com o entrevistado, “a interdisciplinaridade é feita por meio de reuniões, para estabelecer a agenda de visita técnicas. Depois dessas visitas, todos os professores de diferentes disciplinas irão trabalhar o aprendizado na visita dentro de suas disciplinas, envolvendo a questão socioambiental”.

E o último critério, Avaliação dos Resultados, atingiu o Estágio 1. Este nível representa que todos os anos, uma variedade de projetos de graduação ou relatório finais de disciplinas estão presente aspectos da sustentabilidade. Porém, de forma geral não há uma demanda específica, especialmente quando se trata dos trabalhos de conclusão de curso, pois os temas são de livre escolha do acadêmico e conforme linhas de pesquisa do orientador. De modo que os cursos que pontuaram o nível 2, são projetos de ensino em que alguns professores demandam relatórios de atividades que abordam o tema sustentabilidade.

Assim como afirmado no trabalho de Brandli et al. (2012), os critérios que se destacaram em alguns cursos na análise individual não são suficientes para elevar o nível de sustentabilidade quando analisados os critérios de forma conjunta, como mostrado na Figura 6.

Os resultados apresentados da mediana de cada critério proporcionam uma melhor compreensão da situação atual dos cursos de Administração da UFMS. Verifica-se que os critérios com pontuações mais baixas são os objetivos educacionais, conscientização e introdução aos conceitos básicos, e avaliação dos resultados, que demonstra a falta de um maior planejamento dos cursos na inserção e implementação da temática no ensino, de forma que seja clara no projeto pedagógico do curso e também para o corpo docente e discente.

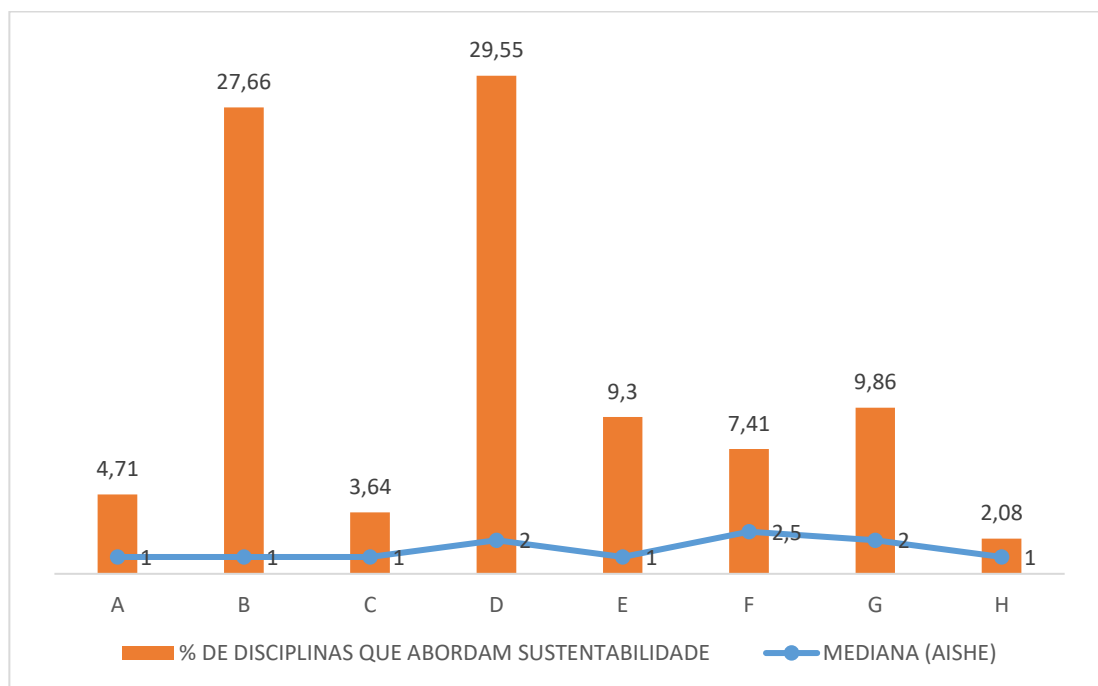
Quando a mediana dos cursos de Administração é analisada individualmente por campus da UFMS, conforme mostra a Figura 7, observa-se que os valores se encontram entre 1 e máxima 2,5, visto que 62,5% dos cursos se encontram no Estágio 1. Posto isto, nota-se que os cursos de graduação em Administração estão nos primeiros estágios da educação para sustentabilidade.

4.4 Discussão dos Resultados

Neste tópico as informações coletadas na pesquisa documental e nas entrevistas, foram analisadas em conjunto com o intuito de averiguar se as respostas obtidas pelos coordenadores corroboram com o número de disciplinas encontradas nos PPC, com vistas à obtenção de subsídios para a proposição de ações de melhorias para a educação da sustentabilidade.

Para isso, considerou-se os resultados das análises realizadas anteriormente, especificamente a porcentagem do número de disciplinas que desenvolvem conteúdos relacionados com a sustentabilidade nos PPC e a mediana dos critérios obtida na avaliação AISHE por campus da UFMS, conforme a Figura 8.

Figura 8- Análise conjunta dos resultados obtidos dos cursos de Administração da UFMS



Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com a Figura 8, percebe-se que os campus B e D apresentam as maiores porcentagens de disciplinas com conteúdo de sustentabilidade no ementário em comparação aos oito campus analisados, 27,66% e 29,55% respectivamente. Porém, ao verificar a mediana dos critérios do módulo Educacional destes campus, nota-se que ambos apresentam um número baixo, 1 e 2 respectivamente.

Observa-se também que a mediana do campus B é a mesma encontrada no campus H, que oferta somente 2,08% de disciplinas com assuntos relacionados a sustentabilidade em seu PPC, assim como o campus A e C que também apresentam uma porcentagem muito baixa de número de disciplinas mas mantiveram a mediana 1 na avaliação AISHE.

Outro destaque, é o campus F que alcançou a maior mediana na avaliação dos critérios educacionais, 2,5, mesmo apresentando menos de 10% de disciplinas no currículo do curso de Administração que abordam a sustentabilidade em seus conteúdos. Assim, uma possibilidade é que o entrevistado na avaliação do AISHE possui familiaridade com a temática e com as atividades desenvolvidas no curso analisado, porém o baixo percentual de disciplinas no PPC reflete que o ensino da sustentabilidade não é formalizado no currículo do curso, dessa forma a abordagem da temática tem dependido mais de esforços individuais do corpo docente.

A análise conjunta dos resultados de dados possibilitou constatar que para os cursos de Administração aumentarem o nível de sustentabilidade no ensino, não é o suficiente somente ofertar um “currículo sustentável”. Mas a educação para sustentabilidade envolve outras frentes como a sua formalização no PPC, a metodologia, a integração e interdisciplinaridade, envolve a área de planejamento e de gestão acadêmica.

Assim como percebido e analisado pelo PRME que defende que uma inserção consistente de valores de sustentabilidade no núcleo da educação resulta em uma mudança gradual e interrelacionada em muitas frentes, em termos de inovação curricular e colaboração interdisciplinar, cultural e o comportamento da própria instituição (PRME, 2018).

Ao somar os resultados das perguntas abertas feitas durante a entrevista no que tange ao conceito e barreiras de sustentabilidade na visão dos entrevistados, verifica-se que as principais dificuldades encontradas no ensino da sustentabilidade nos cursos de Administração da UFMS corroboram com os resultados encontrados no estudo realizado pela RUPEA com as IES em 2005, como: a falta de um arcabouço teórico e metodológico consolidado, a dificuldade para formação de equipes interdisciplinares, devido não só ao desinteresse e despreparo da maioria dos docentes, mas a falta de disponibilidade de carga horária para os docentes se envolverem

em atividades cooperativas; e a dificuldade didática em tratar de conteúdos socioambientais e falta de reconhecimento da importância do tema.

Nota-se que a presença da sustentabilidade no ensino ainda representa um desafio na formação de futuros administradores, o que se torna necessário avançar na direção de mudanças, potencializar a inovação no conhecimento e rupturas epistemológicas, ampliando espaços interativos e podendo gerar novos conhecimentos, assim como o compartilhamento mais articulado de ideias e capacidades no ensino da temática (WENGER, 2000); assim como é necessário maior comprometimento com a inserção das questões de sustentabilidade por parte dos gestores e educadores.

Jacobi, Raufflet e Arruda (2011) sustentam que dois movimentos desafiam a Educação para Sustentabilidade nos cursos de Administração: de um lado, um posicionamento institucional favorável às mudanças, como um componente estruturante da gestão acadêmica; de outro, a importância de que os docentes comprometidos e engajados com a visão do ensino para a sustentabilidade possam desenvolver e, se possível, multiplicar sua visão multidisciplinar.

5 PLANO DE AÇÃO DE MELHORIA DA EDUCAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE

Após a apresentação dos resultados da pesquisa, foi possível averiguar como os cursos de graduação em Administração da UFMS estão inserindo a sustentabilidade em seus conteúdos e em qual estágio cada curso se encontra. Desse modo, visando atender ao objetivo da pesquisa, propõe-se um plano de ação visando contribuir efetivamente na formação de valores sustentáveis em seus discentes.

O plano é composto de ações de melhorias na área didático-pedagógica buscando atender os pontos fracos identificados nos cursos analisados. Assim, para melhor compreensão, o plano inicia-se com uma descrição de ementas de disciplinas de forma a integrar a temática em seus conteúdos, e posteriormente é feita sugestões de ações para melhorar o nível de sustentabilidade nos cursos, que envolve desde a parte curricular, descrita no 5.1 como propostas de metodologias de aula, capacitação de docentes, formalização no PPC, descritos no tópico 5.2.

5.1 Sugestão de Ementa dos cursos de Administração

Como visto, as Diretrizes Curriculares que estabelecem em seu art. 14, que a EA deve contemplar uma abordagem curricular que enfatize a natureza como fonte de vida e relacione a dimensão ambiental à outras temáticas sociais, e orienta três formas de inserção dos conhecimentos na organização curricular da Educação Superior: pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental; ou como conteúdo dos componentes já constantes do currículo; ou pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares (BRASIL, 2012).

Neste sentido, o Quadro 13 apresenta uma proposta de ementa para o curso de Administração da UFMS, integrando a temática por meio da combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares, com intuito de colaborar com a inserção de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental.

Com base na análise dos PPC e Planos de Ensino, foi possível levantar as disciplinas que abordam a sustentabilidade em seus conteúdos. Assim, os conteúdos e nomenclaturas de disciplinas similares ou iguais foram dispostos conjuntamente em uma disciplina comum, resultando na descrição do Quadro 13.

Quadro 13- Proposta de Ementa

(continua)

| DISCIPLINA | EMENTA |
|--|--|
| Administração Aplicada à Pecuária | Sustentabilidade dos sistemas de produção (produção x conservação sobre a ótica do administrador). |
| Administração de Materiais e Logística | Logística reversa- descartes na empresa e programas ambientais. A logística integrada à gestão ambiental. |
| Administração de Produção e Operações | Sustentabilidade em Produção e Operações. Gerenciamento da cadeia de Suprimentos Sustentável. As práticas e competências operacionais relacionadas à Gestão da Cadeia Sustentável. Inovação e sustentabilidade. Ciclo de vida de produto. A série ISO 9000 e ISO 14000. |
| Administração Mercadológica I | Responsabilidade social, ética nos negócios e o desenvolvimento autossustentado. |
| Administração Mercadológica II | Marketing social e verde. Consumo consciente. |
| Antropologia | Natureza e Cultura: relações entre sociedade, cultura e natureza na formação sociocultural. |
| Desenvolvimento Regional | Estudos de impactos ambientais resultante do desenvolvimento urbano e de cadeiras produtivas locais. |
| Economia e Negócios do Turismo | Desenvolvimento e turismo sustentável. |
| Empreendedorismo | Empreendedorismo e seus impactos ambientais. Inovação, cooperação e sustentabilidade: demandas da sociedade e outras tendências. |
| Filosofia e Ética Profissional | A ética e as políticas de educação ambiental nas empresas. |

(continuação)

| DISCIPLINA | EMENTA |
|--|--|
| Gestão de Agronegócios | Impactos Ambientais associados ao agronegócio. Gestão ambiental e de desenvolvimento sustentável. Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável. A Sustentabilidade do Agronegócio. |
| Gestão de Pessoas I | Cultura Organizacional e Meio Ambiente. Gestão de Pessoas e Sustentabilidade. |
| Gestão de Projetos | Sustentabilidade de projetos. Técnicas Ambientais envolvidas na Elaboração e Análise de Projetos. Áreas de conhecimento envolvidas na Gestão de Projetos: integração, escopo, tempo, custo, qualidade, recursos humanos, comunicação, riscos, aquisições, sustentabilidade. |
| Gestão Socioambiental | Gestão socioambiental em instituições públicas e privadas. Compras públicas sustentáveis. Gestão Ambiental: elementos históricos e impactos ambientais, sustentabilidade em operações, tecnologia e meio ambiente, normas internacionais e sistemas de gestão ambiental. Responsabilidade Social: elementos históricos e conceitos, Teoria das partes interessadas (stakeholders), Normas internacionais e sistemas de gestão social, Benefícios da adoção de práticas da Responsabilidade Social. Comunicação: relatórios ambientais e sociais. |
| Inovação | Inovação sustentável e sustentabilidade da inovação. |
| Introdução ao Direito | A relação da empresa com os recursos naturais: noções de direito ambiental. |
| Introdução às Ciências Sociais e Políticas | Educação ambiental e a sociedade. |
| Sistemas Integrados de Gestão | Sistema de Gestão ambiental (ABNT NBR ISO 14001). Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. Sistema de Gestão da Qualidade (NBR ISO9000, NBR 9001). |

(conclusão)

| DISCIPLINA | EMENTA |
|--|--|
| Sociologia Rural | O campo e sua relação com o meio ambiente e turismo rural. |
| Teorias da Administração e das Organizações II | Ética e responsabilidade social: novos paradigmas. Teorias ambientais: novo institucionalismo e teoria dos custos de transação. |
| Conceitos Básicos de Sustentabilidade | Histórico do pensamento sustentável. Tripé da sustentabilidade. Responsabilidade social. Educação ambiental e educação para a sustentabilidade. Pegada Ecológica. Consumo consciente. Mudanças Climáticas. Climate Compensation (Crédito de carbono). O desenvolvimento sustentável como novo paradigma. As empresas e o meio ambiente. |

Fonte: Elaborado pela autora.

Com exceção da disciplina “Conceitos Básicos de Sustentabilidade”, que não consta na grade de disciplinas ofertadas nos cursos de graduação em Administração da UFMS. O estudo propõe a introdução desta disciplina baseado no trabalho de Junior et al. (2004), no qual os autores defendem a importância de sua inclusão como uma disciplina básica e como uma disciplina prévia para as outras em proposição.

No entanto, ao contrário de Junior et al. (2004), o trabalho apresenta uma sugestão diferente de conteúdo, porém se mantendo fiel a nomenclatura e ao objetivo da disciplina de apresentar os conceitos básicos de sustentabilidade e sua relação com as organizações, mostrar como algumas técnicas de gestão podem influenciar no caminho das organizações à sustentabilidade e elucidar o papel do administrador na prática da sustentabilidade organizacional.

Dessa forma, para a ementa da disciplina “Conceitos Básicos de Sustentabilidade” reuniu-se conteúdos que envolvem os conceitos sobre a temática, e que eram ofertados na disciplina “Gestão Socioambiental” nos cursos de Administração da UFMS. O intuito dessa proposta não é de criar uma nova disciplina específica ou sobrecarregar o currículo do curso, a sugestão é que esse conteúdo possa ser dado por meio de uma palestra ou aula inaugural.

No entanto, reforça-se da importância de trazer uma base de conhecimento a respeito da sustentabilidade logo no início para orientar o entendimento de todo o curso a respeito do que se compreende por sustentabilidade e facilitar a integração da temática nas demais disciplinas de Administração.

No total, a proposta envolve vinte e uma disciplinas com assuntos de sustentabilidade para os cursos de graduação em Administração da UFMS e destaca-se três condições que precisam ser atendidas nos esforços para a promoção da sustentabilidade no currículo. A primeira condição para que os desafios da sustentabilidade consigam integrar eficientemente o ensino da administração relaciona-se a necessidade de sensibilizar todo o corpo docente para as questões socioambientais visando apoio e contribuição no ensino da temática na estrutura curricular já existente.

A segunda condição corresponde a formalização da mudança de ementa nos PPC dos cursos. A explicitação da sustentabilidade nos projetos pedagógicos gera visão e comprometimento educacional do curso, deixando de ser somente iniciativas individuais. E a terceira é de suma importância que as disciplinas básicas do curso de Administração sejam pensadas de forma integrada e interdisciplinar envolvendo os conteúdos socioambientais, para que o aluno tenha acesso aos assuntos desta temática não somente em uma disciplina específica

ou em disciplina optativa, restringindo que este assunto seja estudado somente por pessoas que tem proximidade com a temática.

5.2 Sugestão de Ações para melhorar o nível de sustentabilidade dos cursos de Administração

Conforme a análise do AISHE, a mediana do Módulo Educacional dos cursos de graduação em Administração da UFMS foi de 1,25, refletindo que os cursos se encontram nos primeiros estágios em relação à sustentabilidade no ensino. Dessa forma, o trabalho propõe ações para melhorar o nível dos estágios nos cursos analisados baseando-se nos seis critérios do AISHE.

Quanto ao primeiro critério, objetivos educacionais, o educar para o desenvolvimento sustentável é uma das competências institucionais da UFMS, de acordo com o Relatório de Gestão 2017. Nesta direção, é necessário que a sustentabilidade faça parte da concepção do curso de Administração, buscando desenvolver profissionais constituídos por conhecimento e práticas de formação ética, social e ambientalmente responsáveis.

Como apontado por Carvalho (2011), a maior dificuldade é dar visibilidade, comprometimento e projeção na educação para sustentabilidade, ou seja, transformar a sustentabilidade em uma política institucional. Para isso, como melhoria neste critério e para o alinhamento da competência da UFMS com os cursos, propõe-se formalizar nos PPC a sustentabilidade no ensino como um dos objetivos do curso e perfil do egresso, para que seja uma meta explícita e de conhecimento de toda comunidade acadêmica de Administração. Posteriormente, sugere-se realizar avaliações e ajustes necessários no PPC para que realmente o egresso tenha um perfil voltado para as questões sustentáveis.

O segundo critério, relaciona-se com a metodologia aplicada nos cursos. De acordo com Roorda et al. (2009), algumas metodologias educacionais são mais apropriadas que outras por adquirirem uma variedade de habilidades, conhecimentos e atitudes relacionadas ao desenvolvimento sustentável. Assim, recomenda-se a adoção de metodologia voltada para um ensino ativo, reflexivo e voltado para a inovação, como por exemplo o uso de plataforma de ensino à distância para armazenar vídeos e aulas gravadas, prover a aproximação do docente e aluno e eventuais temas que não estejam contemplados no plano de trabalho poderão ser acrescentados na forma de enquetes ou debates. Na UFMS, alguns cursos já utilizam como ferramenta de apoio de suas aulas o Ambiente Virtual de Aprendizagem, o Moodle.

Também se propõe como metodologia as visitas supervisionadas a empresas socioambientalmente responsáveis; a prática comunitária que se caracteriza pela ação prática de responsabilidade com a comunidade; grupos de discussão e seminários com profissionais da área; estudos de casos; construção de mapas conceituais; e estímulos à geração de ideias e solução de problemas referentes à sustentabilidade.

Para o terceiro critério sobre conscientização e introdução aos conceitos básicos, propõe a inserção de conteúdo sugerido nas ementas “Conceitos Básicos de Sustentabilidade”, que pode ser ofertada não necessariamente como uma disciplina específica, mas integrada em um ou mais temas existentes, ou como uma palestra ou uma aula de introdução.

Em relação ao quarto critério, integração temática, a proposta de ementa no Quadro 13 é a sugestão do estudo como forma de integrar a sustentabilidade ao longo do currículo, mantendo relação com a disciplina. Também, sugere-se cursos de capacitação para docentes com o intuito de alinhar o entendimento sobre sustentabilidade e qualificar os docentes a dominar minimamente o arcabouço teórico e didático pertinente à Educação Ambiental.

Desse modo, possibilitaria minimizar a barreira de “falta de conhecimento em relação ao tema e sua abordagem” levantada pelos coordenadores e/ou docentes dos cursos de Administração da UFMS quanto as dificuldades que impedem seu curso em desenvolver iniciativas de sustentabilidade no ensino.

Jacobi, Raufflet e Arruda (2011), e Lidgren, Rodhe e Huisingh (2006) já haviam mencionado a dificuldade e relutância de os docentes formados em uma visão disciplinar se engajarem com abordagens mais práticas relacionadas com a educação para a sustentabilidade, dificultando a integração e a interdisciplinaridade. Portanto, corroborando com Gadotti (2008) essas barreiras fornecem direções para mudanças, chamando a atenção para o treinamento, a necessidade de ter pessoal capacitado e competente em sustentabilidade.

O PRME apresenta em seu guia alguns exemplos de programas de treinamento e desenvolvimento do corpo docente que poderiam ser adaptadas e aderidas no contexto da UFMS, como o programa de Certificação da Sustentabilidade que consiste no oferecimento de workshop centrado na multidisciplinaridade e na criação de ferramentas para a faculdade tornar-se capaz de incentivar as práticas sustentáveis no ensino das disciplinas (PRME, 2016).

A participação é voluntária e ao final do workshop os docentes podem obter uma certificação de sustentabilidade, o que reforça ainda mais a natureza formal da atividade (PRME, 2016). Voltando-se ao contexto da UFMS, sugere-se que a Certificação da Sustentabilidade seja ministrado por um grupo de docentes que já são capacitados e trabalham com a temática, e que os workshops sejam ofertados por áreas de conhecimento dos cursos da

UFMS, para auxiliar os docentes a inserirem a sustentabilidade no contexto específico de cada curso. Sugere-se também que a Certificação da Sustentabilidade faça parte da Avaliação Docente Anual, como forma de incentivar maior participação de docentes.

O PRME traz também como sugestão de treinamento, o Curso Interno. Neste curso são ensinadas as estratégias básicas para a sustentabilidade e outros temas inspirados pelo material PRME, no qual o corpo docente é incentivado a criar novos estudos de caso e material didático. Ao invés de oferecer uma introdução geral à sustentabilidade, o foco é fornecer ferramentas para resolver problemas dentro dos seus cursos (PRME, 2016).

Assim, sugere-se a adesão do Curso Interno como uma ferramenta de capacitação docente de forma mais dinâmica, permitindo levantar os problemas de seus cursos e incitar o debate e a resolução de problemas na área da educação para sustentabilidade. A participação no curso também poderia fazer parte da Avaliação Docente Anual como forma de incentivo.

No entanto, o PRME alerta que a incorporação da sustentabilidade na mentalidade dos administradores e departamentos acadêmicos requer compromisso, iniciativa e perseverança ao longo do tempo, sendo um processo e não algo pontual com data de início e fim (PRME, 2016).

Quanto ao quinto critério, a integração interdisciplinar, é necessário que a prática pedagógica esteja apoiada na interdisciplinaridade e na transversalidade para permitir uma melhor qualidade do aprendizado, portanto a integração interdisciplinar precisa ser planejada e explícita no PPC. A partir da leitura dos PPC dos cursos analisados, verificou-se as seguintes estratégias que são utilizadas para o desenvolvimento de ações interdisciplinares que podem ser adotadas por todos os cursos de Administração da UFMS: integração através das ementas das áreas de saber contíguas ou interdependentes, por meio de reuniões pedagógicas do curso, nos atos de planejamento dos docentes envolvidos, seminários integradores entre os docentes do curso ou através de produção de materiais didáticos que contemplem temáticas interdisciplinares por meio de projetos de ensino desenvolvidos pelos estudantes.

O último critério, para melhorar a avaliação dos resultados recomenda-se a formulação de relatórios, desenvolvimento de projetos, incentivos a elaboração de artigos dentro da área de sustentabilidade, como formas da IES testificar que o resultado do programa está contribuindo evidentemente para o desenvolvimento sustentável.

O Quadro 14 traz um resumo das ações que podem contribuir para melhoria da sustentabilidade no ensino, e conseqüentemente aumentar o estágio dos cursos conforme a metodologia AISHE.

Quadro 14- Proposta de ações de melhoria do nível de Sustentabilidade dos cursos

| CRITÉRIO | PROPOSTA DE MELHORIAS |
|--|--|
| Objetivos educacionais | <ul style="list-style-type: none"> - Formalizar no PPC o ensino da sustentabilidade como um dos objetivos do curso e perfil do egresso - Realizar avaliações e ajustes periódicos no perfil do egresso - Alinhar a concepção do curso com a competência da UFMS |
| Metodologia | <ul style="list-style-type: none"> - Uso de plataforma de ensino à distância - Debates - Visitas supervisionadas - Prática comunitárias - Grupos de discussão e seminários com profissionais da área - Estudos de casos - Construção de mapas conceituais - Estímulos à geração de ideias e solução de problemas referentes à sustentabilidade |
| Conscientização e Introdução aos conceitos básicos | <ul style="list-style-type: none"> - Inserção do conteúdo “Conceitos Básicos de Sustentabilidade”. - Palestra ou como uma aula de introdução sobre a temática |
| Integração temática | <ul style="list-style-type: none"> - Proposta de ementa: Quadro 13 - Capacitação dos docentes |
| Integração interdisciplinar | <ul style="list-style-type: none"> - Integração através das ementas - Reuniões pedagógicas do curso - Planejamento dos docentes envolvidos - Seminários integradores entre os docentes do curso - Produção de materiais didáticos que contemplem temáticas interdisciplinares por meio de projetos de ensino desenvolvidos pelos estudantes. |
| Avaliação dos resultados | <ul style="list-style-type: none"> - Formulação de relatórios - Desenvolvimento de projetos - Incentivos a elaboração de artigos dentro da área de sustentabilidade |

Fonte: Elaborado pela autora.

O uso de um instrumento de avaliação da sustentabilidade no Ensino Superior permite obter informações que colaborem para a gestão e formulação de uma política, além de permitir a identificação de práticas de sucesso que devem ser divulgadas para conhecimento da comunidade universitária e de outras instituições (BRANDLI et al., 2012). Porém, o instrumento só tem validade se a Instituição, no caso o curso avaliado buscar melhorar seu desempenho e buscar obter pontos de partida para uma futura política neste assunto, levantar um grupo de pessoas envolvidas nas atividades sustentáveis, criar apoio e envolvimento para inserção da sustentabilidade no ensino.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou responder como os cursos de graduação em Administração educam para a sustentabilidade, tendo como objeto de estudo a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Desse modo, o objetivo do trabalho concentrou em avaliar o processo de ensino da sustentabilidade nos cursos de graduação em administração da UFMS, com vistas à obtenção de subsídios para a proposição de ações de melhorias para a educação da temática.

Para isso utilizou-se de dois métodos de coleta de dados: a pesquisa documental (análise dos projetos pedagógicos dos cursos e dos planos de ensino) e a entrevista estruturada (com os coordenadores dos cursos de graduação em Administração, ou com o docente indicado para responder a pesquisa), utilizando o instrumento de avaliação AISHE 2.0.

Os dados da pesquisa documental permitiram descrever como o ensino da sustentabilidade é abordado nos cursos de Administração da UFMS, possibilitando quantificar o número de disciplinas que abordam a temática nos ementários e nos planos de ensino; e descrever quais conteúdos e de que maneira a sustentabilidade é abordada nos currículos do curso. Observou-se que a média de disciplina que desenvolvem conteúdo de sustentabilidade nos oito cursos de Administração da UFMS, é de somente 11,77%, entre optativas e obrigatórias. Tal número reflete o que o ensino da temática é inserido de forma tímida, pontual e não explícita nos projetos pedagógicos.

Os dados das entrevistas possibilitaram entender como os entrevistados compreendem o conceito de sustentabilidade e as barreiras existentes no curso que dificultam a maior abordagem da temática. Também foi possível diagnosticar em qual estágio os cursos de graduação em administração da UFMS se encontram em relação à sustentabilidade no ensino. Os resultados mostram que a mediana dos cursos de Administração da UFMS em relação aos critérios avaliados do Módulo Educacional do AISHE, é de 1,25, ou seja, o nível se encontra nos primeiros estágios de inserção da sustentabilidade.

Quando analisado os dados em conjunto, a experiência demonstrou que não há correlação entre os índices, sugerindo que a educação para sustentabilidade depende de um conjunto de fatores que vão desde o currículo e metodologias aplicadas na sala de aula à capacitação de docentes e planejamento e reestruturação dos projetos pedagógicos.

Os resultados apresentados neste estudo possibilitam aferir que apesar do compromisso institucional da UFMS na educação para o desenvolvimento sustentável, a presença da temática sustentabilidade no ensino vêm sendo abordada de forma tímida, pontual e não explícita nos cursos de graduação em Administração. Observa-se também a necessidade

de criação de estratégias didático-pedagógica de forma a contribuir efetivamente na formação de valores sustentáveis em seus discentes.

Neste sentido, a pesquisa buscou contribuir apresentando uma proposta de ação no intuito de auxiliar e melhorar a educação para sustentabilidade, que pode ser implementado por todos os cursos de graduação em Administração da UFMS e demais IES. O plano de ação apresentou primeiramente uma sugestão de ementa, integrando a temática nas diversas disciplinas ofertadas pelos cursos de Administração da UFMS e, em seguida uma proposta de ação nos seis critérios avaliados pelo AISHE, desde a parte curricular, sugerida anteriormente, como propostas de metodologias de aula, capacitação de docentes, formalização no PPC.

Como limitações da pesquisa, pode-se considerar que a mesma foi realizada com uma amostra pequena, sendo analisada os cursos de Administração de somente uma IES e entrevistados somente uma pessoa por campus, o Coordenador ou o docente por ele indicado, o que pode levar a respostas tendenciosas. Outro fator que restringiu a pesquisa foi a obtenção dos planos de ensino de 2017 dos cursos de Administração, devido à dificuldade de conseguir todos os documentos, que ficam em posse somente dos coordenadores de curso, limitando a análise conforme o retorno dos mesmos.

Como sugestão de novas pesquisas, identificou-se a necessidade de avaliar o ponto de vista de todos os docentes do curso de Administração da UFMS em relação ao entendimento, dificuldades e estratégias utilizadas para implementação da sustentabilidade no ensino, o que pode trazer novas perspectivas e conclusões sobre o curso analisado. Também se sugere uma nova avaliação da sustentabilidade no Ensino após dois anos, com intuito de comparar os avanços obtidos. Outro ponto interessante, seria de ampliar a avaliação em outras IES, a fim de avaliar a educação da sustentabilidade nos cursos de graduação em Administração em uma amplitude maior, do Estado de Mato Grosso do Sul ou da região Centro-Oeste.

7 REFERÊNCIAS

- ALGHAMDI, N.; DEN HEIJER, A.; DE JONGE, H. Assessment tools' indicators for sustainability in universities: an analytical overview. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 18, n. 1, p. 84–115, 3 jan. 2017.
- ALMEIDA, M. F. L. DE. Química Verde: desafios para o desenvolvimento sustentável. **Parcerias Estratégicas**, v. 17, n. 35, p. 113–166, 2012.
- ALVES, F. DA A. M. B. **A EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM MANUAIS ESCOLARES DA ÁREA CIENTÍFICA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA Um estudo transversal (2º e 3º ciclos do Ensino Básico)**. Universidade Aberta, 2009.
- ANDRADE, M. M. DE. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação : noções práticas**. 5ª Edição ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- ARAÚJO, G. C. DE; MENDONÇA, P. S. M. Análise do processo de implantação das normas de sustentabilidade empresarial: um estudo de caso em uma agroindústria frigorífica de bovinos. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 10, n. 2, p. 31–56, abr. 2009.
- BARBIERI, J. C. A Educação Ambiental e a Gestão Ambiental em Cursos de Graduação em Administração: Objetivos, Desafios e Propostas. **Revista de Administração Pública (Impresso)**, v. 38, n. 6, p. 919–946, 2004.
- BARBIERI, J. C.; SILVA, D. DA. Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental: Uma Trajetória Comum com Muitos Desafios. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 12, n. 3, p. 51–82, 2011.
- BARBOSA, G. S.; DRACH, P. R.; CORBELLA, O. D. A Conceptual Review of the Terms Sustainable Development and Sustainability Gisele. **International Journal of Social Sciences**, v. 3, n. 2, p. 01–15, 2014.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3ª. Lisboa: Edições, v. 70, 2004.
- BATISTA, M. DO S. DA S.; RAMOS, M. DA C. P. DESAFIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO SUPERIOR – DAS POLÍTICAS ÀS PRÁTICAS NO BRASIL E EM PORTUGAL. **Cadernos ANPAE. Políticas Públicas e Gestão da Educação**, v. 11, p. 1–13, 2011.
- BERZOSA, A.; BERNALDO, M. O.; FERNÁNDEZ-SANCHEZ, G. Sustainability assessment tools for higher education: An empirical comparative analysis. **Journal of Cleaner Production**, v. 161, p. 812–820, 10 set. 2017.
- BRANDLI, L. L. et al. Avaliação da presença da sustentabilidade ambiental no ensino dos cursos de graduação da Universidade de Passo Fundo. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 17, n. 2, p. 433–454, jul. 2012.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2005a**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces004_05.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2017

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 26 jul. 2017.

_____. **Documento de Contribuição Brasileira à Conferência Rio+20**. Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), 2011. Disponível em: <http://www.rio20.gov.br/documentos/contribuicao-brasileira-a-conferencia-rio-20/at_download/contribuicao-brasileira-a-conferencia-rio-20.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2017

_____. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências., 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938compilada.htm>. Acesso em: 16 maio. 2017.

_____. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências., 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: 20 jul. 2017

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014a**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 20 jan. 2017

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Educação Ambiental Por um Brasil Sustentável**. Programa Nacional de Educação Ambiental-PRONEA. 4ª ed. Brasília, DF:MMA/MEC, 2014b.

_____. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. **Mapeamento da Educação Ambiental em Instituições Brasileiras de Educação Superior: elementos para políticas públicas**. Série Documentos Técnicos nº 12. Brasília, DF:MMA/MEC, 2007.

_____. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. **Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável: Relatório da pesquisa aplicada junto a público do V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental**. Série Documentos Técnicos- 4. Brasília, DF:MMA/MEC, 2005b. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/og/pog/arqs/dt_04.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2017.

_____. Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética. In: **Parâmetros Curriculares Nacionais (1ª a 4ª série)**. Brasília: MEC/SEF, 1997. v. 1, p. 146.

_____. **Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 10 jun. 2017

CAMARGO, A. L. DE B. **As dimensões e os desafios do desenvolvimento sustentável: concepções, entraves e implicações à sociedade humana**. Florianópolis, 2002. 197f. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC.

CAMPELLO, L. G. B.; SILVEIRA, V. O. DA. Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) e o greening das universidades. **Revista Thesis Juris**, v. 5, n. 2, p. 549–572, 26 ago. 2016.

CAPRA, F. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

CARVALHO, S. L. G. **Educação para sustentabilidade em escolas de administração de empresas: a perspectiva de coordenadores acadêmicos no Brasil**. São Paulo, 2011. 157f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) - Universidade Presbiteriana Mackenzie.

CEZARINO, L. O.; CORRÊA, H. L. Interdisciplinaridade No Ensino Em Administração: Visão De Especialistas E Coordenadores De Cursos De Graduação. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 16, n. 4, p. 751, 2015.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista portuguesa de educação**, v. 16, n. 2, 2003.

CISCATI, R. **Michael Braungart: “Sustentabilidade é um conceito ultrapassado”**. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/blog-do-planeta/noticia/2016/06/michael-braungart-sustentabilidade-e-um-conceito-ultrapassado.html>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

CSF PLYMOUTH. **Sustainability education - Centre for Sustainable Futures (CSF) - University of Plymouth**. Disponível em: <<https://www.plymouth.ac.uk/your-university/sustainability/sustainability-education>>. Acesso em: 9 maio. 2017.

CZYKIEL, R. **Inserção da Sustentabilidade no Processo de Formação do Administrador: Desvendando Possibilidades**. Porto Alegre, 2013. 143f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de Pós-graduação em Administração.

DEMAJOROVIC, J.; MARTÃO, M. D. S. Competências e inserção profissional de administradores em sustentabilidade. **Revista PRETEXTO**, v. 15, n. 1. p. 48–66, 2014.

DINIZ, N. S. DE M. Década da ONU da Educação para o Desenvolvimento Sustentável O dito e o não dito no caminho de mudanças. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 11, n. 2, p. 46, 2016.

ELKINGTON, J. Towards the Sustainable Corporation: Win-Win-Win Business Strategies for Sustainable Development. **California Management Review**, v. 36, n. 2, p. 90–100, 1994.

FEIL, A. A.; SCHREIBER, D. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável : desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. **Cad. EBAPE.BR**, v. 14, p. 667–681, 2017.

FRANKENBERGER, F.; AMARANTE, J. G. M. C. DA C.; VIEIRA, A. M. D. P. Sustentabilidade no curso de administração: ensino é refletido no Enade? **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, v. 10, n. 2, p. 171, 2017.

GADOTTI, M. **Educar para a Sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008. Série Unifreire; 2.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. Plageder, 2009.

GIDDINGS, B.; HOPWOOD, B.; O'BRIEN, G. Environment, economy and society: fitting them together into sustainable development. **Sustainable Development**, v. 10, n. 4, p. 187–196, 2002.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

_____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57–63, 1995.
- GODOY, A. S.; BRUNSTEIN, J.; FISCHER, T. M. D. Introdução ao Fórum Temático Sustentabilidade nas Escolas de Administração: tensões e desafios. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, n. 3, p. 14–25, 2013.
- GÓES, H. C. DE A. **Análise Comparativa de Instrumentos para Avaliação da Sustentabilidade em Universidades visando uma Proposta para o Brasil**. Rio de Janeiro, 2015. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ.
- GOÉS, H. C. DE A.; MAGRINI, A. Higher education institution sustainability assessment tools. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 17, n. 3, p. 322–341, 2016.
- GONÇALVES-DIAS, S. L. F.; HERRERA, C. B.; CRUZ, M. T. DE S. Desafios (e dilemas) para inserir “Sustentabilidade” nos currículos de administração: um estudo de caso. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, n. 3, p. 119–153, 2013.
- HOPWOOD, B.; MELLOR, M.; O’BRIEN, G. Sustainable development: mapping different approaches. **Sustainable Development**, v. 13, n. 1, p. 38–52, 2005.
- HOVE, H. Critiquing sustainable development: a meaningful way of mediating the development impasse? **Undercurrent**, v. 1, n. 1, p. 48–54, 2004.
- INEP. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação - INEP**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 17 jan. 2018.
- JACOBI, P. R.; RAUFFLET, E.; ARRUDA, M. P. DE. Educação para a sustentabilidade nos cursos de Administração: reflexão sobre paradigmas e práticas. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 12, n. 3, p. 21–50, 2011.
- JICKLING, B.; WALSH, A. E. J. Debating Education for Sustainable Development 20 Years after Rio: A Conversation between Bob Jickling and Arjen Wals. **Journal of Education for Sustainable Development**, v. 6, n. 1, p. 49–57, 2012.
- JONES, P.; SELBY, D.; STERLING, S. R. **Sustainability education : perspectives and practice across higher education**. Earthscan, 2010.
- JUNIOR, F. H. et al. A Sustentabilidade no ensino de Administração: proposta de um currículo básico para o curso de graduação. **Anais do XXXVIII Encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro, 2014.
- KNIGHT, K. W.; ROSA, E. A.; SCHOR, J. B. Could working less reduce pressures on the environment? A cross-national panel analysis of OECD countries, 1970–2007. **Global Environmental Change**, v. 23, n. 4, p. 691–700, 2013.
- KRUGER, S. D. et al. Gestão ambiental em instituição de ensino superior: uma análise da aderência de uma instituição de ensino superior comunitária aos objetivos da agenda ambiental na administração pública (A3P). **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, v. 4, n. 3, p. 44–62, 2011.
- LABUSCHAGNE, C.; BRENT, A. C. Sustainable Project Life Cycle Management: the need to integrate life cycles in the manufacturing sector. **International Journal of Project Management**, v. 23, n. 2, p. 159–168, 2005.

- LACERDA, C. C. D. O. et al. Temática Ambiental nos Currículos de Ensino dos Cursos de Administração das Instituições de Ensino Superior do Estado da Paraíba. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 3, n. 1, p. 28–42, 2014.
- LAMBRECHTS, W.; CEULEMANS, K. Sustainability assessment in higher education: Evaluating the use of the auditing instrument for sustainability in higher education (AISHE) in Belgium. **Sustainability Assessment Tools in Higher Education Institutions: Mapping Trends and Good Practices Around the World**, p. 157–174, 2013.
- LAMBRECHTS, W.; RYMENAMS, S. **Sustainability assessment in higher education : first application and evaluation of AISHE 2 . 0 in Belgium**. Global Cleaner Production and Sustainable Consumption Conference. **Anais...Sitges**, Barcelona, Spain: 2015
- LANGE, J. M. Education in Sustainable Development: How Can Science Education Contribute to the Vulnerability Perception? **Research in Science Education**, v. 42, n. 1, p. 109–127, 2012.
- LEAL FILHO, W. About the role of universities and their contribution to sustainable development. **Higher Education Policy**, v. 24, n. 4, p. 427-438, 2011.
- LICÓRIO, A. M. D. O. et al. **Estudo sobre a Sustentabilidade no Ensino em IES da Amazônia brasileira**. XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA - CIGU. Desafios da Gestão Universitária no Século XXI. Mar del Plata – Argentina, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/136131/101_00245.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 jul. 2017
- LIDGREN, A.; RODHE, H.; HUISINGH, D. A systemic approach to incorporate sustainability into university courses and curricula. **Journal of Cleaner Production**, v. 14, n. 9–11, p. 797–809, 2006.
- LIMA, G. F. DA C. O DEBATE DA SUSTENTABILIDADE NA SOCIEDADE INSUSTENTÁVEL. **Revista Política e Trabalho**, v. 13, n. 0, p. 201–202, 1997.
- LOZANO, R. Towards better embedding sustainability into companies' systems: an analysis of voluntary corporate initiatives. **Journal of Cleaner Production**, v. 25, p. 14–26, 2012.
- LOZANO, R. et al. Declarations for sustainability in higher education: becoming better leaders, through addressing the university system. **Journal of Cleaner Production**, v. 48, p. 10–19, 2013.
- LOZANO, R.; YOUNG, W. Assessing sustainability in university curricula: exploring the influence of student numbers and course credits. **Journal of Cleaner Production**, v. 49, p. 134–141, 2013.
- MADEIRA, A. C. F. D. **INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE PARA INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR**. Porto, 2008. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto- FEUP.
- MARCELINO, I. P. **Avaliação da Universidade Federal de Santa Catarina como laboratório vivo de sustentabilidade**. Florianópolis, 2016. TCC (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Tecnológico. Engenharia Sanitária e Ambiental.
- MARQUES, C. S. **Educação para Sustentabilidade : contribuições para o desenvolvimento do tema em Pós-Graduações em Administração**. Rio Grande do Sul, 2016. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade Federal de Santa Maria, UFSM.
- MIKHAILOVA, I. Sustentabilidade: evolução dos conceitos teóricos e os problemas da

mensuração prática. **Economia e Desenvolvimento**, n. 16, 2004.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Programas de Governo**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/pol%C3%ADtica-de-res%C3%ADduos-s%C3%B3lidos/item/8272-programas-mma>>. Acesso em 29 ago. 2017.

NAVALON, E.; LEVINBOOK, M. **Diálogos entre Educação, Moda e Sustentabilidade: práticas aplicadas**. 9º Colóquio de Moda, 2013. Disponível em: <http://www.coloquiomoda.com.br/anais_ant/anais/9-Coloquio-de-Moda_2013/ARTIGOS-DE-GT/Artigo-GT-Ensino-Educacao-teoria-e-pratica-em-Moda/Dialogos-entre-Educacao-Moda-e-Sustentabilidade-praticas-aplicadas.pdf>. Acesso em: 3 set. 2017

NISHIMURA, É. K. **Inserção da Sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior : Um estudo comparativo dos casos da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo e da Universidade Leuphana de Lüneburg**. São Paulo, 2015. Monografia (Graduação em Engenharia Ambiental). Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo- USP.

NIXON, A. **Improving the Campus Sustainability Assessment Process**. Honors Theses. Western Michigan University, 2002.

OLIVEIRA, L. R. DE et al. Sustentabilidade: da evolução dos conceitos à implementação como estratégia nas organizações. **Production**, v. 22, n. 1, p. 70–82, 2012.

ONU-BR. **A ONU e o Meio Ambiente**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente>>. Acesso em: 7 jul. 2017.

PALMA, L. C.; OLIVEIRA, L. M. DE; VIACAVA, K. R. Sustainability in Brazilian federal universities. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 12, n. 3, p. 250–258, 2011.

PEQUENO, M. G. C.; GUIMARÃES, J. P.; ALMEIDA, M. DA C. V. **EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO SUPERIOR: QUAL SEU LUGAR NOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO DOCENTE?** Congresso Internacional da AFIRSE. Anais do Congresso Internacional da AFIRSE. João Pessoa, 2009. Disponível em: <http://afirse.com/archives/cd11/GT_07-POLÍTICAS_E_PRÁTICAS_CURRICULARES/719_EDUCAÇÃO_AMBIENTAL_NO_ENSINO_SUPERIOR.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2018

PERINI, R. DE L. **Educação Socioambiental nos Curso de Administração- Uma Análise dos Currículos dos Cursos em Caxias do Sul-RS**. Rio Grande do Sul, 2014. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de Pós-graduação em Administração.

PETARNELLA, L.; SILVEIRA, A.; MACHADO, N. S. Educação Ambiental e Ensino de Sustentabilidade: Reflexões no Contexto da Administração. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 6, n. 1, p. 1–12, 2017.

PHAN, T. N.; BAIRD, K. The comprehensiveness of environmental management systems: The influence of institutional pressures and the impact on environmental performance. **Journal of Environmental Management**, v. 160, p. 45–56, 2015.

PNUD. **Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

PRME. **Desenvolvimento do corpo docente para a Educação em Gestão responsável:**

Resultados da Pesquisa entre signatários PRME. / Daiane Nara de Oliveira Nogara (trad.) / Curitiba: SESI/PR, 2016. Disponível em: <http://prmebrazil.com.br/pluginfile.php/49/mod_folder/content/0/Desenvolvimento%20de%20corpo%20docente%20para%20a%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20em%20Gest%C3%A3o%20Respons%C3%A1vel.pdf?forcedownload=1>. Acesso em: 23 set. 2018.

_____. **INSPIRATIONAL GUIDE FOR THE IMPLEMENTATION OF PRME: Placing sustainability at the heart of management education.** GSE Research Limited, 2012.

_____. **PRME - About Us - Overview.** Disponível em: <<http://www.unprme.org/about-prme/index.php>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

PRME CHAPTER BRAZIL. **PRME: Publicações.** Disponível em: <<http://prmebrazil.com.br/mod/folder/view.php?id=22>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

RANGEL, T. L. V. Educação para o desenvolvimento sustentável: a confluência entre o bem-estar humano e econômico e as tradições culturais e o respeito aos recursos naturais. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIX, n. 155, 2016. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=18044&revista_caderno=5%3E>. Acesso em: 26 jul. 2017.

RAUFFLET, E.; DUPRÉ, D.; BLANCHARD, O. TRAINING MANAGERS FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT. In: CHARLES WANKEL, S. J. U. (Ed.). **Management education for global sustainability.** Information Age Pub, 2009. p. 404.

REBELLO, D. DE. **What is the role for Higher Education Institutions in the UN Decade of Education for Sustainable Development?** International Conference on Education for a Sustainable Future Shaping the Practical Role of Higher Education for a Sustainable Development. Czech Republic: IAU- International Association of Universities, 2003. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/arqs/daphrebell.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2017

ROORDA, N. Auditing Instrument for Sustainability in Higher Education. **Dutch Committee on Sustainable Higher Education (DHO)**, 2001.

ROORDA, N. et al. **AISHE 2.0 Manual:** Assessment Instrument for Sustainability in Higher Education, Edition 2.0. Second draft. English text, 2009.

SAADATIAN, O. et al. Identifying Strength and Weakness of Sustainable Higher Educational Assessment Approaches. **International Journal of Business and Social Science**, v. 2, n. 3, 2011.

SATO, M. **Educação Ambiental.** Santos ed. São Carlos/SP: 2004.

SECAD/MEC. **Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade.** CADERNOS SECAD 1. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília-DF, 2007.

SHRIBERG, M. Institutional assessment tools for sustainability in higher education. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 3, n. 3, p. 254–270, 2002.

SILVA JUNIOR, A. D. et al. **A sustentabilidade na perspectiva de discentes de Administração de uma Universidade Pública Federal: na prática a sustentabilidade fica no discurso.** XVII COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA. Mar del Plata, Argentina: 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181015/102_00115.pdf?sequence=1>. Acesso em: 21 nov. 2017

SPINACÉ, N. **Marina Grossi: “Sustentabilidade não é custo, mas investimento e lucro”**. Disponível em: <<https://www.forestfriend.org/single-post/2017/08/24/Marina-Grossi-Sustentabilidade-não-é-custo-mas-investimento-e-lucro>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

SPRINGETT, D. “Education for sustainability” in the business studies curriculum: a call for a critical agenda. **Business Strategy and the Environment**, v. 14, n. 3, p. 146–159, 2005.

SPRINGETT, D.; KEARINS, K. Gaining legitimacy? Sustainable development in business school curricula. **Sustainable Development**, v. 9, n. 4, p. 213–221, 2001.

STERLING, S. Higher education, sustainability, and the role of systemic learning. **Higher Education and the Challenge of Sustainability: Problematics, Promise and Practice**, p. 49–70, 2004.

STOUGH, T. et al. Assessing sustainability in higher education curricula: A critical reflection on validity issues. **Journal of Cleaner Production**, v. 172, p. 4456–4466, 2018.

STUBBS, W.; COCKLIN, C. Conceptualizing a “Sustainability Business Model”. **Organization & Environment**, v. 21, n. 2, p. 103–127, 2008.

TAUCHEN, J.; BRANDLI, L. A Gestão Ambiental em instituições de Ensino Superior: Modelo para implantação em Campus Universitário. **Gestão e Produção**, v. 13, n. 3, p. 503–515, 2006.

THOMAS, I. Sustainability in tertiary curricula: what is stopping it happening? **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 5, n. 1, p. 33–47, 2004.

TILBURY, D.; WORTMAN, D. **Engaging people in sustainability**. [s.l.] IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge, UK, 2004.

TODOROV, V.; MARINOVA, D. Modelling sustainability. **Mathematics and Computers in Simulation**, v. 81, n. 7, p. 1397–1408, 2011.

TRIVIÑOS, A. N. S. **INTRODUÇÃO À PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS: A PESQUISA QUALITATIVA EM EDUCAÇÃO – O POSITIVISMO, A FENOMENOLOGIA, O MARXISMO**. 1ª edição ed. São Paulo: Atlas, 1987.

UFMS. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. **Relatório de Gestão Exercício 2017**. Campo Grande, 2018. Disponível em: https://www.ufms.br/wp-content/uploads/2018/04/Relatorio_de_Gestao_2017_UFMS_com_parecer_CD.pdf

ULSF. University Leaders for a Sustainable Future. **The Talloires Declaration**, 1990. Disponível em: <<http://ulsf.org/wp-content/uploads/2015/06/TD.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

_____. **Brief History of the Talloires Declaration – ULSF**. Disponível em: <<http://ulsf.org/brief-history-of-the-talloires-declaration/>>. Acesso em: 13 jul. 2017a.

_____. **Talloires Declaration Signatories List – ULSF**. Disponível em: <<http://ulsf.org/96-2/>>. Acesso em: 13 jul. 2017b.

UNESCO. **Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014: documento final do esquema internacional de Implementação**. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001399/139937por.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

_____. **Educación para un Futuro Sostenible: Una Visión Transdisciplinaria para una**

Acción Concertada. Paris: 1997. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001106/110686s.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

_____. **Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas.** Brasília: Ed. IBAMA, 1999. 118p.

_____. **Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Objetivos de aprendizagem.** Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2017a.

_____. **Shaping the Future We Want.** UN Decade of Education for Sustainable Development (2005-2014). Final Report. Paris, 2014. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002301/230171e.pdf>>. Acesso em 25 jun. 2017.

_____. **UNESCO emphasizes the role of universities and higher education institutions in fostering sustainable development and empowering learners | United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.** Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/unesco-liaison-office-in-new-york/about-this-office/single-view/news/unesco_emphasizes_the_role_of_universities_and_higher_educat/>. Acesso em: 29 jul. 2017b.

VAN BELLEN, H. M. Indicadores de sustentabilidade: um levantamento dos principais sistemas de avaliação. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 2, n. 1, p. 01–14, 2004.

VILARÓ, E. P. I; GELI DE CIURANA, A. M. Educar para la sostenibilidad. hacia un modelo psicopedagógico de educación para la sostenibilidad desde el ámbito de la educación formal. **Nuevas tendencias en investigaciones en Educación Ambiental**, p. 111, 2004.

WALS, A. E. **Shaping the Education of Tomorrow: 2012 Full-length Report on the UN Decade of Education for Sustainable Development.** DEDS Monitoring & Evaluation, 2012. Disponível em: <<http://library.wur.nl/WebQuery/wurpubs/fulltext/246667>>. Acesso em: 5 jul. 2017.

WALS, A. E. J. Sustainability in higher education in the context of the UN DESD: a review of learning and institutionalization processes. **Journal of Cleaner Production**, v. 62, p. 8–15, 2014.

WENGER, E. Communities of practice and social learning systems. *Organization*, London, v. 7, n. 2, p. 225-246, 2000.

YARIME, M.; TANAKA, Y. The Issues and Methodologies in Sustainability Assessment Tools for Higher Education Institutions: A Review of Recent Trends and Future Challenges. **Journal of Education for Sustainable Development**, v. 6, n. 1, p. 63–77, 2012.

YUS, R. **Temas Transversais: Em Busca de uma Nova Escola.** Porto Alegre. Editora Artmed, 1998.

ZITZKE, V. A. Educação Ambiental e Ecodesenvolvimento. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 9, 2002.

APÊNDICES

A- Entrevista estruturada conforme a metodologia AISHE aplicada aos coordenadores ou docentes do curso

1. IDENTIFICAÇÃO

Campus:

Formação Profissional:

Cargo:

Disciplinas que ministra:

2. PERGUNTA ABERTA

1. Quando você ouve o termo sustentabilidade, o que isso significa para você?
2. Quais, se houver, as barreiras que impedem seu curso em desenvolver iniciativas de sustentabilidade no ensino?

3. PERGUNTAS – METODOLOGIA AISHE 2.0

1. OBJETIVOS EDUCACIONAIS

Os objetivos educacionais determinam o perfil do egresso, isto é, a caracterização do egresso que deixa o programa educacional e entra no campo profissional. Em relação ao perfil do egresso do seu curso, constante no PPC, pode-se afirmar:

| 0 | 1.Orientado para a atividade | 2. Orientado para o processo | 3. Orientado para o sistema | 4. Orientado para a cadeia/rede | 5.Orientado para a sociedade |
|------------------------------------|---|---|---|---|--|
| <p>- Não consta nenhum aspecto</p> | <p>- O perfil do egresso contém alguns aspectos relacionados ao desenvolvimento sustentável (DS).</p> | <p>- Desenvolvimento Sustentável é mencionado explicitamente no perfil do egresso.</p> <p>- Dentro do contexto disciplinar, o perfil contém todos ou muitos dos aspectos relevantes do desenvolvimento sustentável.</p> | <p>- Através do ensino o curso contribui comprovadamente para o desenvolvimento sustentável no nível de adaptações e melhoramentos.</p> <p>- O perfil do egresso em relação ao DS, é explicitamente baseado na visão da Instituição sobre o desenvolvimento sustentável.</p> <p>- Avaliações sistemáticas e ajustes no perfil do egresso são realizadas.</p> <p>- O perfil explicitamente demanda capacidades multidisciplinares.</p> | <p>- Através do ensino o curso contribui comprovadamente para o desenvolvimento sustentável ao nível de inovação sustentável.</p> <p>- O mercado profissional é ativamente envolvido em determinação, avaliação e melhoramento de elementos sustentáveis do perfil profissional.</p> <p>- O perfil explicitamente demanda capacidades interdisciplinares.</p> | <p>- Através do ensino o curso contribui comprovadamente para o desenvolvimento sustentável ao nível de mudança sistemática.</p> <p>- A sociedade é ativamente envolvida em determinação, avaliação e melhoramento de elementos sustentáveis no perfil.</p> <p>- O perfil explicitamente demanda capacidades transdisciplinares.</p> <p>- Comparado com instituições comparáveis, a organização cumpre um papel de liderança no que diz respeito à determinação do perfil.</p> |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

2. METODOLOGIA

Algumas metodologias educacionais são mais apropriadas que outras por adquirirem uma variedade de habilidades, conhecimentos e atitudes relacionadas ao desenvolvimento sustentável. De modo geral, em relação a metodologia aplicada em seu curso, pode-se afirmar:

| 0 | 1.Orientado para a atividade | 2. Orientado para o processo | 3. Orientado para o sistema | 4. Orientado para a cadeia/rede | 5.Orientado para a sociedade |
|--------------------------|--|--|---|--|--|
| - Não se adequa ao curso | - Em algumas disciplinas, são adotadas metodologias que estimulam o aprendizado ativo e reflexivo. | - Em muitas disciplinas, são adotadas metodologias que estimulam o aprendizado ativo e reflexivo. - As metodologias têm sido selecionadas de tal modo que a inovação* é estimulada. | - Em todas as disciplinas são adotadas várias metodologias que estimulam o aprendizado ativo, reflexivo e a inovação. | - Representantes do mercado profissionais contribuem significativamente para a implementação do aprendizado ativo, reflexivo e inovação. | - Representantes da sociedade contribuem significativamente para a implementação do aprendizado ativo, reflexivo e inovação. |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

3. CONSCIENTIZAÇÃO E INTRODUÇÃO AOS CONCEITOS BÁSICOS

Os conceitos básicos de sustentabilidade são tratados, assim como suas inter-relações. Esta introdução toma forma como um curso básico, tratado em poucos dias ou semanas. Como alternativa, isso pode ser difundido por um longo período (longitudinalmente), tanto como um tema isolado ou integrado em uma ou mais temas existentes. A introdução não é totalmente ou parcialmente limitada a uma disciplina específica. Em relação à introdução aos conceitos básicos do desenvolvimento sustentável no seu curso, pode-se afirmar:

| 0 | 1.Orientado para a atividade | 2. Orientado para o processo | 3. Orientado para o sistema | 4. Orientado para a cadeia/rede | 5.Orientado para a sociedade |
|--------------------------|---|--|--|--|---|
| - Não se adequa ao curso | - Os conceitos básicos de desenvolvimento sustentável são estudados no início do curso. | - O conceito amplo de desenvolvimento sustentável é abordado e relacionado com o conteúdo da disciplina. - Esta introdução visa explicitamente aumentar a conscientização sobre o desenvolvimento sustentável dos alunos. | - A introdução do conceito é explicitamente baseado na visão da Instituição sobre o desenvolvimento sustentável. - A introdução do desenvolvimento sustentável é utilizada como base para introdução de outros conteúdos. | - Representantes do mercado profissional contribuem significativamente para o estudo dos conceitos básicos do desenvolvimento sustentável. | - Representantes da sociedade contribuem significativamente para o estudo dos conceitos básicos do desenvolvimento sustentável. |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

4. INTEGRAÇÃO TEMÁTICA

Ao longo do currículo, temas relacionados ao desenvolvimento sustentável são tratados, sendo em sua maioria uma forte relação com a disciplina, embora outros temas podem estar presentes também. Em relação a integração temática no seu curso, pode-se afirmar:

| 0. | 1.Orientado para a atividade | 2. Orientado para o processo | 3. Orientado para o sistema | 4. Orientado para a cadeia/rede | 5.Orientado para a sociedade |
|--------------------------|---|---|---|--|---|
| - Não se adequa ao curso | - Alguns aspectos do desenvolvimento sustentável têm relação direta com disciplinas do curso e são estudados como parte do currículo. | - Muitos aspectos do desenvolvimento sustentável têm relação direta com disciplinas do curso e são abordadas de forma organizada. | - Desenvolvimento sustentável no currículo é explicitamente baseado no perfil do egresso. - Todos os aspectos do desenvolvimento sustentável que tenha relação direta com disciplinas do curso e são estudados de forma sistemática. | - Representantes do campo profissional contribuem significativamente para o estudo do desenvolvimento sustentável. | - Representantes da sociedade contribuem significativamente para o estudo do desenvolvimento sustentável. |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

5. INTEGRAÇÃO INTERDISCIPLINAR

Os vários temas relacionados à sustentabilidade no currículo estão relacionados entre si de várias maneiras. Em relação a integração interdisciplinar no seu curso, pode-se afirmar:

| 0 | 1.Orientado para a atividade | 2. Orientado para o processo | 3. Orientado para o sistema | 4. Orientado para a cadeia/rede | 5.Orientado para a sociedade |
|--------------------------|--|---|--|---|---|
| - Não se adequa ao curso | - Em algumas partes do currículo, a conectividade e complexidade** são objetivos explícitos do processo de aprendizagem. | - Em muitas partes do currículo, a conectividade e complexidade são metas explícitas e são objetivos explícitos do processo de aprendizagem. -A relação desta conectividade, complexidade com desenvolvimento sustentável é explícito. | - O nível de conectividade e complexidade aumenta sistematicamente ao longo do currículo, de forma cuidadosamente planejada. - O nível de complexidade e conectividade do currículo é considerado satisfatório pelo mercado profissional. | - As atividade praticas foram organizadas de forma que a conectividade e a complexidade sejam praticadas em um contexto interdisciplinar. | - As atividade praticas foram organizadas de forma que a conectividade e a complexidade sejam praticadas em um contexto transdisciplinar. |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

B- Parecer do Comitê de Ética**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: Sustentabilidade no ensino: um diagnóstico dos cursos de graduação em Administração da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Pesquisador: VIVIANE SUEMI YAMAMOTO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 80400217.9.0000.0021

Instituição Proponente: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.519.760

Apresentação do Projeto:

Segundo o(a) pesquisador(a) a educação se posiciona como uma das principais forças motrizes a fim de se alcançar e promover a conscientização pela sustentabilidade. Com isso, as Instituições de Ensino Superior assumem um importante papel como auxiliares no desenvolvimento de sociedades sustentáveis por meio do ensino e formação, capacitando os egressos seja em sua vida profissional ou nos grupos sociais onde estão inseridos. Diante do agravamento dos problemas socioambientais em todo o mundo, é crescente a preocupação e valorização das organizações que buscam minimizar os impactos de suas atividades e que se preocupam com a natureza e com o próximo. Neste cenário, é relevante que os cursos de ensino superior estimulem e forneçam bases necessários para que os futuros administradores adotem em suas tomadas de decisão e gestão, procedimentos e tecnologias que favoreçam a sustentabilidade. Portanto, a presente pesquisa tem como objetivo avaliar a educação para a sustentabilidade dos cursos de graduação em administração da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), com vistas à obtenção de subsídios à revisão dos projetos pedagógicos de curso. A metodologia da pesquisa foi dividida em duas fases com os seguintes instrumentos de coletas de dados: a pesquisa documental, reunindo os Projetos Pedagógicos dos Cursos e os Planos de Ensino disponíveis no site da Universidade e a aplicação de entrevista estruturadas, baseado no roteiro utilizada na metodologia AISHE 2.0, que é uma ferramenta de avaliação de sustentabilidade no Ensino Superior. Após a análise de dados, o intuito é propor ações de melhoria da educação para a sustentabilidade dos cursos de graduação

Endereço: Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação/UFMS

Bairro: Caixa Postal 549 **CEP:** 79.070-110

UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE

Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** bioetica@propp.ufms.br



Continuação do Parecer: 2.519.760

em administração da UFMS. Estabeleceu como critério de inclusão os Coordenadores de Curso com mandato válido e Docentes do quadro lotado no campus pesquisado e de exclusão os Coordenadores com mandato vencido ou irregular.

Objetivo da Pesquisa:

O(a) pesquisador(a) estabeleceu como objetivos avaliar a educação para a sustentabilidade dos cursos de graduação em Administração da UFMS, com vistas à obtenção de subsídios à revisão dos projetos pedagógicos de curso; descrever o ensino da sustentabilidade dos cursos de graduação em administração da UFMS; diagnosticar em que estágio os cursos de graduação em administração da UFMS se encontram com relação à sustentabilidade no ensino; propor ações de melhoria da educação para a sustentabilidade dos cursos de graduação em administração da UFMS.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Segundo o(a) pesquisador(a) o risco desta pesquisa é um possível constrangimento ao não saber como responder pelo curso, ficando garantido a recusa em responder a qualquer questão, sem nenhum prejuízo ao participante, e no caso do Coordenador, a possibilidade de indicar outro docente que possa responder pelo curso. Outro risco é dificuldade de entrevista pelo telefone, risco de distração e entendimento.

Benefícios: Segundo o(a) pesquisador(a) com os resultados obtidos do uso de um instrumento de avaliação da sustentabilidade no Ensino Superior, auxiliará a compreensão da posição que o curso de Administração se encontra em relação ao seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, identifica áreas e desenvolve estratégias para melhorar seu desempenho, ajuda na implantação de um ensino comprometido com a sustentabilidade e auxilia na formação de valores sustentáveis nos futuros profissionais e tomadores de decisão.

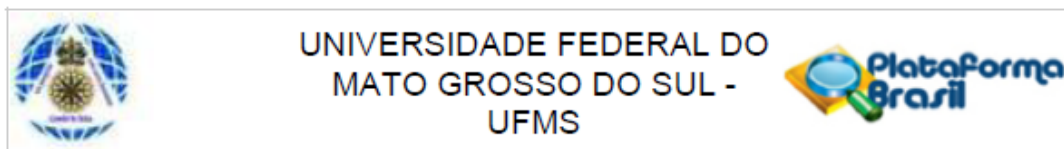
Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto apresenta temática atual e relevante e os documentos encaminhados atendem aos cuidados éticos previstos da Res. 466/2012. O(a) pesquisador(a) informa objetivos, delimita problema, método, número de participantes (com critério de inclusão e exclusão), riscos (com previsão de prevenção/acompanhamento) e benefícios para a pesquisa e participantes, bem como encaminha autorização do local de pesquisa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O modelo de TCLE encaminhado atende aos cuidados éticos, previstos da Res. 466/2012.

Endereço: Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação/UFMS
Bairro: Caixa Postal 549 CEP: 79.070-110
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** bioetica@propp.ufms.br



Continuação do Parecer: 2.519.760

Recomendações:

Sem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado, pois os documentos encaminhados atendem aos cuidados éticos previstos da Res. 466/2012.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|---|---|------------------------|------------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1028374.pdf | 25/01/2018 16:39:34 | | Aceito |
| Parecer Anterior | PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_2437908.pdf | 25/01/2018 16:38:52 | VIVIANE SUEMI YAMAMOTO | Aceito |
| Cronograma | NOVO_CRONOGRAMA.pdf | 25/01/2018 16:37:12 | VIVIANE SUEMI YAMAMOTO | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE_corrigido.pdf | 24/01/2018 17:10:40 | VIVIANE SUEMI YAMAMOTO | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | PROJETO_PESQUISA.pdf | 25/11/2017 17:13:20 | VIVIANE SUEMI YAMAMOTO | Aceito |
| Outros | AUTORIZACAO_UFMS.pdf | 24/11/2017 17:51:08 | VIVIANE SUEMI YAMAMOTO | Aceito |
| Folha de Rosto | FOLHA_DE_ROSTO.pdf | 24/11/2017 17:49:02 | VIVIANE SUEMI YAMAMOTO | Aceito |
| Outros | ENTREVISTA_PESQUISA.pdf | 23/11/2017 21:31:27 | VIVIANE SUEMI YAMAMOTO | Aceito |

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação/UFMS
 Bairro: Caixa Postal 549 CEP: 79.070-110
 UF: MS Município: CAMPO GRANDE
 Telefone: (67)3345-7187 Fax: (67)3345-7187 E-mail: bioetica@propp.ufms.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MATO GROSSO DO SUL -
UFMS



Continuação do Parecer: 2.519.760

CAMPO GRANDE, 28 de Fevereiro de 2018

Assinado por:
Geraldo Vicente Martins
(Coordenador)

Endereço: Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação/UFMS
Bairro: Caixa Postal 549 **CEP:** 79.070-110
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** bioetica@propp.ufms.br